

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**  
**N.º 170, DE 2021**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 239/2021**  
**OF 448/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.374, de 22 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sanclerlândia, Estado de Goiás.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 111, de 13 de fevereiro de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM, no município de Agrestina - PE;

2 - Portaria nº 743, de 9 de junho de 2015 - Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo, no município de Igaci - AL;

3 - Portaria nº 4.374, de 22 de setembro de 2015 - Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, no município de Sanclerlândia - GO;

4 - Portaria nº 6.219, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari, no município de Laranjal do Jari - AP;

5 - Portaria nº 90, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga, no município de Nuporanga - SP;

6 - Portaria nº 249, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis, no município de Palmeirópolis - TO;

7 - Portaria nº 531, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA, no município de Carmo do Cajuru - MG;

8 - Portaria nº 903, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão - ACB, no município de Bonito - MS;

9 - Portaria nº 1.401, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural Esportiva e Turística de Igaratá, no município de Igaratá - SP;

10 - Portaria nº 1.849, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras, no município de São José das Palmeiras - PR;

11 - Portaria nº 1.085, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural e Educativa de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Branca - SP;

12 - Portaria nº 1.457, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Rádio de Pio IX, no município de Pio IX - PI;

13 - Portaria nº 1.884, de 7 de junho de 2017 - Associação Movimento Rádio Comunitária Paixão FM, no município de Pardinho - SP;

14 - Portaria nº 1.971, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara, no município de Arara - PB;



15 - Portaria nº 2.209, de 7 de junho de 2017 - Associação de Rádio Difusão Comunitária de Itapuranga, no município de Itapuranga - GO;

16 - Portaria nº 2.469, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária de Pirajuí, no município de Pirajuí - SP;

17 - Portaria nº 2.735, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária São João do Morro, no município de Barão de Cocais - MG;

18 - Portaria nº 3.049, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta, no município de Jaguaribe - CE;

19 - Portaria nº 5.742, de 20 de dezembro de 2017 – Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM, no município de Juazeiro – BA;

20 - Portaria nº 5.747, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Unidos Para Comunicação Boa Nova em Pancas, no município de Pancas - ES;

21 - Portaria nº 5.749, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo, no município de Morro Redondo - RS;

22 - Portaria nº 6.159, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM, no município de Niterói - RJ;

23 - Portaria nº 293, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Educacional e Cultural Interativa, no município de Medianeira - PR;

24 - Portaria nº 1.011, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de Japonvar, no município de Japonvar - MG;

25 - Portaria nº 2.503, de 17 de maio de 2018 - Associação Cultural e Comunitária Normário Sales, no município de Jussari - BA;

26 - Portaria nº 1.258, de 14 de março de 2018 – Movimento de Ação Comunitária - MAC, no município de Solonópole - CE;

27 - Portaria nº 1.267, de 14 de março de 2018 - Associação Casa da Cultura de Bom Jardim, no município de Bom Jardim - PE; e

28 - Portaria nº 1.699, de 4 de abril de 2018 - Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão, no município de Bueno Brandão – MG;

29 - Portaria nº 3.891, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, no município de Canoinhas - SC; e

30 - Portaria nº 5.176, de 8 de novembro de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Genildo Melo, no município de Severiano Melo – RN.

Brasília, 2 de junho de 2021.

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.071343/2013-48, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ nº 02.602.948/0001-42, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de novembro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sanclerlândia, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10821/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 4374, de 22 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37161/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4701981** e o código CRC **BDDE9947**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica



DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga.**

Protocolo nº: 53000.071343/2013-48 (Processo de Outorga nº 53670.000481/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicado no DOU DE 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça**, sediada na localidade de **Sanclerlândia/GO** tem validade até 17/11/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

**VALKIRIA FERREIRA MACHADO**

Chefe de Divisão

## ANEXO 12

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 071343/2013-48

SEAPA/SCE

08/12/2013-10:59

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ sob o nº 02.602.948/0001-42, com sede na Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, na cidade de Sanclerlândia, Estado de Goiás, CEP 76.160-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 611 datada de 31/10/2001 e Decreto Legislativo nº 834/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 14/11/2003, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Sanclerlândia – GO, 27 de novembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Jovair Mendonça Vieira  
Presidente da Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de MendonçaNome do representante da entidade: JOVAIR MENDONÇA VIEIRA  
CPF: 327.881.692-72Jovair  
130



RELACÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME  
SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462 DE  
14 DE OUTUBRO DE 2011. (Item alterado pela Portaria nº 197, de 1º de julho de  
2013).



1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

  
\_\_\_\_\_  
Jovair Mendonça Vieira  
Presidente da Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**



Eu, JOVAIR MENDONÇA VIEIRA, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Sanclerlândia – GO, 27 de novembro de 2013.


  
JOVAIR MENDONÇA VIEIRA  
Presidente da Associação

## DECLARAÇÃO



A Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ sob o nº 02.602.948/0001-42, com sede na Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, na cidade de Sanclerlândia, Estado de Goiás, CEP 76.160-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 611 datada de 31/10/2001 e Decreto Legislativo nº 834/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 14/11/2003, neste ato representada por seu Presidente, senhor Jovair Mendonça Vieira, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município de Sanclerlândia – GO, portador CPF nº 327.881.692-72, DECLARA para todos os fins que se fizerem necessários que solicita a vistoria da ANATEL, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Sanclerlândia – GO, 27 de novembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Jovair Mendonça Vieira  
Presidente da Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça



## DECLARAÇÃO



A Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ sob o nº 02.602.948/0001-42, com sede na Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, na cidade de Sanclerlândia, Estado de Goiás, CEP 76.160-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 611 datada de 31/10/2001 e Decreto Legislativo nº 834/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 14/11/2003, neste ato representada por seu Presidente, senhor Jovair Mendonça Vieira, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município de Sanclerlândia – GO, portador CPF nº 327.881.692-72, DECLARA para todos os fins que se fizerem necessários que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da licença de funcionamento da estação.

Sanclerlândia – GO, 27 de novembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Jovair Mendonça Vieira  
Presidente da Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

Endereço para correspondência: AVENIDA 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO, SANCLERLÂNDIA  
– GO, CEP 76.160-000

Telefone para contato: 064- 3679-1155 / 64 8137-0239 / 64 8124-9845 / 64 81122206.

Correio eletrônico (e-mail) rebrcastro1@hotmail.com.



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.602.948/0001-42</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>06/01/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ASSOCIACAO JUVENTINA MARIA DE MENDONCA</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>AV 5 DE JANEIRO</b>		NÚMERO <b>2047</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>76.160-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>SANCLERLANDIA</b>	UF <b>GO</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>09/11/2007</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **27/11/2013** às **10:08:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)





República Federativa do Brasil  
COMARCA DE SANCLERLÂNDIA - ESTADO DE GOIÁS

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

CGC nº 02.888.048/0001-03

José Pinto de Paiva  
Oficial Tabelião

Vania de Faria Paiva Alves  
Escrevente e Suboficial

Av. X, Qd. M, Lt. 05/17 - St. Planalto - CEP: 76.160-000 - Sanclerlândia-GO - Telefax (64)3679-1157

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, a requerimento verbal de parte interessada, revendo nesta Serventia, no Livro A-1 - Registro de Pessoas Jurídicas, às fls. 53/54, constatei o registro do Estatuto da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, registro nº 036 em 23/06/1998, **havendo uma alteração** no referido estatuto, sendo averbado em 15/03/2001, onde foi feita a inclusão da letra "g", no artigo 1º do capítulo I (Constituição, Denominação e Objetivos do Estatuto da Associação, que tem o seguinte teor: "g) *buscar junto aos órgãos competentes, a obtenção para excução de serviços de radiodifusão em Sanclerlândia e a exploração de tais serviços de acordo com a legislação, divulgando as informações relacionadas com a comunidade sanclerlandense com a participação de outras entidades relacionadas no sentido de levantar e discutir os problemas sociais, culturais e afins*", não havendo outra alteração, até a presente data.

Sobre o pedido feito, é o que me cumpre certificar.

Sanclerlândia, 14 de novembro de 2013.



*Vania de Faria Paiva Alves*  
Vania de Faria Paiva Alves  
- Escrevente Aut. -

Emolumentos: R\$ 23,37  
Taxa Judiciária: R\$ 10,11  
Total: R\$ 33,48





# ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO -- SANCLERLÂNDIA -- GO  
Fone: 64 -- 3679-1155



## ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da reunião extraordinária da Assembleia Geral da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de 2009, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia – GO, às 20:00, reuniram-se, extraordinariamente, os membros da Associação, nos termos do Edital nº 002/2009 e do Estatuto da instituição, a saber: os membros da Diretoria Executiva – Presidente: Jovair Mendonça Vieira. Vice Presidente: Rogério Moreira. 1º Tesoureiro: Alcides Alves Pereira. Presidente do Conselho Fiscal, Itamar Leão do Amaral. Presidente do Conselho de Programação: Aylton Filemon de Macedo. Membros do Conselho Comunitário: Valdivino Mendonça da Silva e Suede Maria da Silva. A pauta da Reunião consiste na proclamação, pela Comissão Eleitoral, do resultado das Eleições para a Diretoria Executiva da Associação comunitária, para o período de 11/01/2010 a 10/01/2015. Dada a palavra ao Presidente da Comissão Eleitoral, o mesmo agradeceu a presença de todos, ressaltando o quanto foi proveitoso o pleito eleitoral, que transcorreu sem qualquer tipo de problema, com a participação efetiva dos membros associados. Segundo o presidente a votação foi expressiva, e como só havia uma chapa concorrendo ao pleito, não houveram incidentes a serem relatados. Passando à proclamação do resultado, o Presidente da Comissão Eleitoral proclamou vencedora a chapa única, composta pelos seguintes membros: PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, SECRETÁRIO: Rogério Moreira, 1º TESOUREIRO: Jaime Sabino de Souza, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Fabrícia Amélia Campos. A Posse da nova Diretoria Executiva ficou agendada para o dia 11/01/2010, às 20:00, na sede da Associação. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Rogério Moreira, secretário desta assembleia e Vice presidente da Associação; pelo Presidente da Associação, senhor Jovair Mendonça Vieira, pelo 1º Tesoureiro, senhor Alcides Alves Pereira, e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

049913040309491120000006 - Verifique em: extrajudicial.tigo.jus.br/sis

Protocolo. 2.208 AV-36 Livro: A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia, GO, 14 de novembro de 2009

Vanila de Faria Paiva Alves - Escrevente Suboficial





Ata da primeira Assembléia Geral, Eleição e Posse da Diretoria da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, aos dez dias do mês de janeiro de 2000, reuniram-se os representantes do município de Sanclerlândia, Estado de Goiás, conforme feita pelo Edital do dia três de janeiro, com a finalidade de realizar primeira Assembléia Geral para eleger e dar posse a primeira Administração da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Para presidir e secretariar a reunião foram aclamados, respectivamente, o Sr. Jovair Mendonça Vieira e a Srª Marisa de Fátima Alves, tomando da palavra deu por iniciados os trabalhos, fazendo a chamada dos presentes, de acordo com o Estatuto Social aprovado em reunião de 05 de fevereiro de 1998, observado estar o quadro de associados com número suficiente de quorum, o Sr. Presidente oficializou a instalação da Assembléia Geral, lendo para os presentes a ordem do dia, onde constava como item a Eleição e Posse da primeira Administração. Em continuidade, solicitou à Srª Secretária que apresentasse a relação das chapas de consenso, indicado para compor a primeira Administração e os Cargos da Diretoria os seguintes associados: Presidente-Jovair Mendonça Vieira; Vice-Presidente-Rogério Moreira; 1º Tesoureiro- Alcides Alves Pereira, 2º Tesoureiro-José Braz Correia, Secretário Executivo-Itamar Leão do Amaral, Presidente do Conselho Fiscal-José Nadir de Faria. Após apresentada a chapa e observado haver o consenso dentre todos os associados presentes, o Sr. Presidente Jovair Mendonça Vieira determinou à Srª Secretária que procedesse a apresentação da chapa, para aclamação por parte dos associados. Após a aclamação por unanimidade por parte dos presentes, a Srª Secretária propôs aos Sr. Presidente da reunião que se procedesse a posse dos aclamados para a primeira Administração da Associação, o Sr. Presidente acolhendo a proposta chamou para a mesa os eleitos e, diante de todos os presentes deu como empossada a Primeira Administração da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça passando a palavra para o Sr. Presidente eleito da Associação Jovair Mendonça Vieira que tomando da palavra agradeceu aos presentes e propôs, de acordo com o Estatutos, a nomeação e instalação do Conselho Comunitário de Programação o Sr. Aylton Filemon de Macedo e para membros do referido Conselho, os Srs. Jos-e Damas, Valdivino Mendonça da Silva, Márcia Vaz de Oliveira e Suêde Maria da Silva, nada mais tendo a se tratar, o Sr. Presidente agradeceu a todos e encerrou a sessão, mandando lavar a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos, vai assinada por mim e todos os membros.

Itamar Leão do Amaral  
Jovair Mendonça Vieira  
Marcia Vaz de Oliveira  
João Batista Daniel  
Rogério Moreira  
Leandro Luis Daniel  
Marisol Sabino de Souza  
Marisa de Fátima Alves  
José Nadir de Faria  
José Braz Correia  
Lindomar Evangelista de Lima  
Aylton Filemon de Macedo  
Rosilda P. da Silva  
José Tolentino da Silva  
José Jodemar de Sousa  
Suede Maria da Silva  
Jeová Constantino Santiago  
José Damas  
Valdivino Mendonça Vieira

#### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia foi extraída do Livro de Registro de Atas da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, nº 01, fols. 11 a 12v.

Sanclerlândia, 15 de março de 2001.

Jovair Mendonça Vieira  
Presidente

01  
PARTÓRIO DE REG. DE PES JUR. TÍT. DOC.  
PROT. TAB. 2º DE NOTAS E ESC. 2º DO CIVEL  
**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original. Dou fé.

SANCLERLÂNDIA  
GO 05 NOV. 2007

03  
03 2001  
Aylton Filemon de Macedo  
Oficial e Tabelião  
Sanclerlândia - GO  
Selo de Autenticidade  
Corregedoria Geral da Justiça  
**AUTENTICAÇÃO**  
07138000215

660 Protocolo-1-A..... Pag. 185  
Apresentad do dia 15 de março  
de 19 2001 / JPPau  
O Oficial

### C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que nesta data registrei  
a presente ata, às margem do R.digo, às fls. 64  
a 65 do Livro nº 01, Registro de Pessoas Jurídicas  
sob o número 54. Sanclerlândia - Goiás, 15 de mar-  
ço de 2001.

*Jose Pinto de Paiva*  
Jose Pinto de Paiva - Oficial

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e  
Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas  
e Escriçãnia 2º do Cível.

JOSÉ PINTO DE PAIVA - Titular  
SANCLERLÂNDIA - GOIÁS





Ilmo. Sr.  
Oficial do Cartório de Registro de Títulos e Documentos  
NESTA

A Associação Comunitária e Cultural Joventina Maria de Mendonça, com sede nesta cidade, à Professora Ivani Maria Alves, Quadra 04, Lote 02, Setor Rodoviário, por seu Presidente infra-assinado, vem mui respeitosamente junto a V. Sa. Solicitar o seu Registro no Livro de Pessoas Jurídicas, aos termos do competente Estatuto anexo e demais documentos que instrui o presente.

N. Termos

A. Deferimento.

Sanclerlândia, 23 de junho de 1998

*Jovair Mendonça Vieira*  
Jovair Mendonça Vieira  
-Presidente-

Nº 531 Protocolo-1-A Pag. 163  
Apresentado em 23 de junho  
de 1998  
O Oficial *[Assinatura]*

REGISTRO Sob nº 036 fls. 53 do Livro  
A registro de pessoas jurídicas  
Protocolos de 13 de 06 de 1998  
O Oficial *[Assinatura]*



Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos,  
Protocolos de 13 de 06 de 1998  
Sanclerlândia - GOIÁS





Ilmo. Sr.  
Oficial do Cartório de Registro de Títulos e Documentos  
NESTA



A Associação Comunitária e Cultural Joventina Maria de Mendonça, com sede nesta cidade, à Professora Ivani Maria Alves, Quadra 04, Lote 02, Setor Rodoviário, por seu Presidente infra-assinado, vem mui respeitosamente junto a V. Sa. Solicitar o seu Registro no Livro de Pessoas Jurídicas, aos termos do competente Estatuto anexo e demais documentos que instrui o presente.

N. Termos

A. Deferimento.

Sanclerlândia, 23 de junho de 1998



*Jovair Mendonça Vieira*  
Jovair Mendonça Vieira  
-Presidente-

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVELS  
E TABELIONATO 1º. DE NOTAS  
SANCLERLÂNDIA - GO

Reconheço verdadeira(s) a(s) assinatura(s) de  
*Jovair Mendonça Vieira*  
pessoa(s) por mim devidamente identi-  
ficada(s), e por haver(em) sido aposta(s) em  
minha presença, do que dou fé.  
Em test. *[Signature]* da verdade.

SANCLERLÂNDIA, GO. 23, 06, 1998  
*Aydon Filemon de Macedo*  
Aydon Filemon de Macedo - Oficial e Tabelião

Nº 531 Protocolo-1-A Pag. 163  
Assentado do 23 de junho  
de 1998  
*[Signature]*  
Oficial

RECEBTO Nº 036 de 53 do Livro  
A de 100 pessoas jurídicas  
Prot. nº 23 06 98  
*[Signature]*

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVELS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E TABELIONATO 1º DE NOTAS  
SANCLERLÂNDIA - GO

Ministério das Comunicações  
14  
10

# ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

## CAPÍTULO I

### DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1 – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de Sanclerlândia-Go.. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transporte, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada no endereço na Rua Professora Ivani Maria Alves Qd-04 Lt-02 Setor Rodoviário – Sanclerlândia-Go.

Art.2 – Os objetivos sociais que fundamentam s sua constituição são os seguintes:

a)Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;

b)Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismo e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;

Assinatura José Lacerda  
08.13.336







c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimentos, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;

d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

e) Fortalecer os laços institucionais entre os representantes públicos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;

f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento da Lei, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e consideração para com os direitos individuais e coletivos valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção;

Parágrafo Único – Para alcançar seus objetivos a Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências; organizando cursos, treinamentos e qualificações de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizados; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais; realizando programas especiais em emissora de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sobre sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismo de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente o cidadão associados, atendendo, naturalmente, as normas constitucionais (art. 5º Inciso IX da Constituição).

CARTÓRIO DE REG. DE PES. JUR. TÍT. DOC.  
PROT. TAB. 2º DE NOTAS E ESC. 2º DO CÍVEL  
**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original. Dou fé.

05 NOV 2007



**AUTENTICAÇÃO**

07130000220





## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 3 – Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Sanclerlândia, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

Parágrafo 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao conselho comunitário.

Parágrafo 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

Parágrafo 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a)- FUNDADORES – os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da associação;
- b)- CONTRIBUINTES – os que se inscreveram após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia;
- c)- HONORÁRIOS – cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade ao Município, ao Estado e à sociedade.

Art. 4- São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

a)- Aceitar como seus objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividade e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembléias;

b)- Prestigiar com sua presença ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades.





c)- Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembléias indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 5º - Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a)- Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- b)- Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c)- Afastamento do Quadro Social.

Parágrafo 1º - O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou da tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo 2º - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se dispunha a retomar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.

### CAPÍTULO III

#### DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 – São Legítimos Dirigentes:

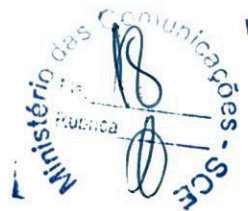
- a)Presidente
- b)Vice-Presidente
- c)Secretário
- d)Tesoureiro
- e)Conselho Comunitário
- f)Historiador

Art. 7 – Compete ao Presidente:

- a)Representar a Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça em todos os Atos Públicos, em Juízo e fora dele;
- b)Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para Atos decorrentes das atividades Associativas;
- c)Presidir às assembléias extraordinárias;
- d)Presidir Conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, públicas da Associação;
- e)Dar posse ao membro da Diretoria;







- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da Entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em geral, aceitar bens em comodato;
- i) assinar com secretário, as Atas de Reunião e Assembléias;
- j) Assinar com Tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça a quaisquer ordem de pagamentos ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécie de título, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro. X

**Art. 8 – Compete ao Vice-Presidente:**

Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designada e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

**Art. 9 – Compete ao Secretário:**

Superintender os trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembléias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavar, subscrever as Atas de reunião da Diretoria e das Assembléias;
- d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.

**Art. 10 – Compete ao Tesoureiro:**

- a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre solicitados;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda a clareza e arquivamento de comprovantes;
- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitados, todos os dados referentes às suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.





Art. 11- Compete ao Conselho Comunitário:

a) Acompanhar divulgações da associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;

b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, religiosos ou moradores, desde que legalmente instituídas.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÃO GERAIS E PERMANENTES

Art. 12 – O mandato da Diretoria Executiva será de cinco anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a conseqüente fixação de custos de taxas correspondentes.

Art. 13 – As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembléia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14 – A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembléia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

## CAPÍTULO V

### DAS ELEIÇÕES

Art. 15 – Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.







Art. 16 – Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Art. 17 – Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Art. 18 – As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19 – A Assembléia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da associação.

Art. 20 – As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21 – As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22 – A Presidência poderá autorizar a Secretaria-Geral e a Tesouraria a convidar pessoas filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23 – O Atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

## CAPÍTULO VII

### DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 24 – A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) contribuições regulares de filiados;
- b) subvenções, auxílios e dotações;
- c) doações e legados;
- d) rendas patrimoniais;







e) contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;

f) arrecadação contributiva decorrentes de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República do Brasil;

Parágrafo Único – Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

Art. 25 – A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

## CAPÍTULO VIII

### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 26 – A Assembléia Geral é órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o “Livro de Presença”, onde sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo 3º - O Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando ser tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

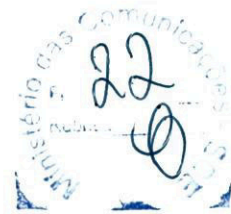
Parágrafo 5º - A Ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e por 03 (três) sócios escolhidos pela Assembléia.

Art. 27 – A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 28 – São atribuições da Assembléia Geral:

*Aluísio José Lucilei*  
OAB. GO. nº 13336





a) examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;

b) eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;

c) destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para esse finalidade em Assembléia Geral Extraordinária;

d) promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma de letra c deste Artigo;

e) deliberar sobre os demais assuntos constante da "Ordem do Dia".

Art. 29 – A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos, Fiscal, ou por 1/3 (um terço), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30 – As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante edital à ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 31 – A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associados, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votada, o sócio quite com a Tesouraria.

Parágrafo 3º - os Sócios beneméritos poderão participar da Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 32 – Na falta do comparecimento à Assembléia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto na letra c, do Artigo 28.







## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

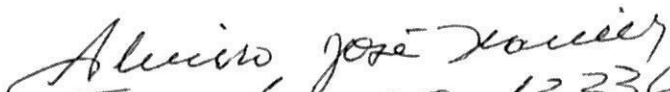
Art. 34 – O presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 35 – A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terço), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal.

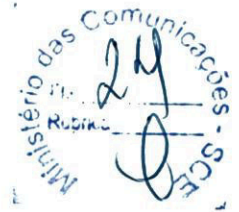
Parágrafo Único – Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Sanclerlândia, 20 de março de 1998

  
**JOVAIR VIEIRA DE MENDONÇA**  
Presidente da Associação Comunitária e Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

  
OAB-60. nº 13336





## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

Art. 34 – O presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 35 – A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terço), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Sanclerlândia, 20 de março de 1998

1º OFICIAL

*Jovair Mendonça de Oliveira*  
**JOVAIR VIEIRA DE MENDONÇA**

Presidente da Associação Comunitária e Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

1º 531 Protocolo-1-A Pag. 163  
presente do dia 23 de junho  
e 1998  
O Oficial *Repaltes*

REGISTRO Sub n.º 036115.53 do Livro  
1 registro de pessoas jurídicas  
Protocolos Sanclerlândia 23/06/1998  
O Oficial *Repaltes*

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos,  
Documentos e Protocolos, Tabelionato 2º de Notas  
e Escrivânia 2º do Cível.

JOSÉ PINTO DE PAIVA - Titular  
SANCLERLÂNDIA - GOIÁS

*Alcino José Xavier*  
TAB-60. n.º 1333



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E TABELIONATO 1º. DE NOTAS  
SANCERLÂNDIA - GO**

Reconheço verdadeira(s) a(s) assinatura(s) de  
Jovair Vieira de Mendonça  
\_\_\_\_\_ pessoa(s) por mim devidamente identi-  
ficada(s), e por haver(em) sido aposta(s) em  
minha presença, do que dou fé.  
Em testº \_\_\_\_\_ da verdade.  
SANCERLÂNDIA - GO. 23/06/1998

Ayilton Filemon de Macedo - Oficial e Tabelião

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E TABELIONATO 1º. DE NOTAS  
SANCERLÂNDIA - GO**

Reconheço verdadeira(s) a(s) assinatura(s) de  
Jovair Mendonça Vieira  
\_\_\_\_\_ pessoa(s) por mim devidamente identi-  
ficada(s), e por haver(em) sido aposta(s) em  
minha presença, do que dou fé.  
Em testº \_\_\_\_\_ da verdade  
SANCERLÂNDIA - GO. 23/06/1998

Ayilton Filemon de Macedo - Oficial e Tabelião







Relação da Diretoria da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL  
JOVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Presidente: JOVAIR MENDONÇA VIEIRA, brasileiro, casso, funcionário público municipal, residente e domiciliado à Rua Lázaro Antônio Vieira, s/n, Centro, nesta cidade.

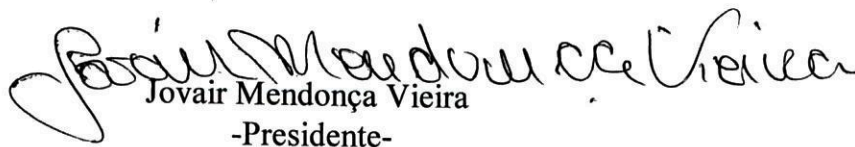
Vice-Presidente: ARISMAR LEÃO DO AMARAL, brasileiro, casado, torneiro mecânico, residente e domiciliado à Av. Independência, 123, nesta cidade.

Secretário: ITAMAR LEÃO DO AMARAL, brasileiro, solteiro, torneiro mecânico, residente e domiciliado à Av. 5 de Janeiro, 2.047, nesta cidade.

1º Tesoureiro: JEANNE ALVES MONTE, brasileira, solteira, médica, residente e domiciliada à Rua Professora Ivani, s/n, Setor Rodoviário, nesta cidade.

2º Tesoureiro: HELENA MOTA FERREIRA, brasileira, casada, costureira, residente e domiciliada à Rua 1º de Maio, 33, centro, nesta cidade.

Sanclerlândia, 23 de junho de 1998

  
Jovair Mendonça Vieira  
-Presidente-

Nº 531 Protocolo-I-A Pag. 163  
Apresentado do dia 23 de junho  
de 1998  
O Oficial

REGISTRO Sob nº 036 fls. 53 do Livro  
de registro de pessoas jurídicas  
Protocolos Sanclerlândia 23.06.1998  
O Oficial

Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos,  
Documentos e Títulos, Tabelionato 2º de Notas  
e Escrituras da Cidade  
JOSE LUIZ DE PAIVA - Titular  
SANCLERLÂNDIA - GOIÁS





sta da Fundação da Associação  
Comunitária e cultural de Sancerlândia go  
teira de mendonça

Aos 06 (seis) dias de mês de janeiro de 1998  
às 8 Hs, reuniram-se moradores do município de San-  
clerlândia Go nesta cidade com a finalidade de fun-  
dar a associação comunitária; depois de ampla-  
mente instaladas e acomodadas, as presente, apre-  
sentou para presidi-la o sr. Itamar Beão do  
Amaral, depois de declarar aberta a presente reunião  
solicitou a mim Helena Maria Ferreira para secretariá-la  
em seguida o sr. presidente colocou em pauta a  
necessidade de fundarmos uma associação co-  
munitária e cultural, para promover a integração  
social na comunidade, estabelecer um relacio-  
namento de companheirismo, de solidariedade e  
cooperação entre os moradores, no sentido também  
de estudar e preservar as raízes culturais básicas  
da população, estimulando especialmente nos jovens  
a manifestação folclórica, artística e cultural,  
preservarmos também o patrimônio histórico, como a  
Casa do Fundador Santiclaire Rodrigues de Mendonça  
transformando em museu e outros que a sociedade  
fulgarem necessário. Após vários oradores enalteceram  
a grande necessidade de união e trabalho que visa  
também preservarmos a história de nosso povo em  
seguida foi colocada em votação a Fundação da  
Associação Comunitária e cultural Ina Juventina Maria  
de Mendonça de Sancerlândia, aprovada por aclamação  
sobre colorosa saúva de palmas. Em seguida o  
presidente declarou Fundada a Associação Comunitária  
e cultural Juventina na de Mendonça proceguindo  
o presidente mostrou que é necessário a eleição de um



presidente, secretário tesoureiro para diretoria provisória; sendo apresentados os nomes dos sr: Jovair Mendonça Vieira, o neto do fundador da cidade para presidente, Itamar Leão do Amaral secretário Jeanne Alves Monte tesoureira, sendo eleita por aclamação. Em ato contínuo o sr: presidente declarou empossada a diretoria provisória, passando presidência desta assembleia ao presidente recém eleito e empossado. Sr: Jovair Mendonça Vieira que agradeceu a presença de todos dizendo não vamos medir esforços para preservarmos história do nosso povo e juntos, vamos buscar soluções para o bem estar da coletividade, e declarou a palavra franqueada sendo que vários oradores enalteceram a criação desta associação. Em seguida sr: presidente comunicou a todos membros fundadores, sessão para aprovação do seu estatuto no dia 20 (vinte) dias do mês de março de 1998 às 20 Hs: na Av 5 janeiro nº 2047 Setor Rodoviário esp: Professora Ivani de Faria Sauerlandia - Eo agradeceu a todos e encerrou a sessão, após lida e aprovada por todos e assinada por mim e todos membros fundadores.

Itamar Leão:

Jovair Mendonça Vieira

Assis Alves Pereira

Benedito Olimia da Silva

Nilton Antonio de Jesus

Aluísio José Xavier

Leora Constantino Fontana

Jeanne Alves Monte

Itamar Leão do Amaral

Penélope S. Pereira Pedrosa

Helena Costa Ferreira

Nº 531 Protocolo-1-A  
Apresentado em 23 de junho de 1998

REGISTRO de pessoas jurídicas  
A registro de pessoas jurídicas  
Protocolo nº 531 de 23 de junho de 1998  
Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Escrituras  
JOSE PINTO - TITULAR  
SANCERLANDIA - GOIAS

CARTÓRIO D  
PROT. TAB. 2  
AUTENTICAÇÃO  
Confere o original. Dou fé.

NOV. 2007

Reg. e Notário  
JES - Escrivão

AUTENTICAÇÃO  
07138000233



Ao  
Cartório Oficial de Registro de Pessoas Jurídicas  
N E S T A



O Sr. Jovair Mendonça Viera, presidente da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, vem com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Senhoria, requerer a averbação da alteração estatutária da Associação, constante da Ata de Sessão Extraordinária, bem como o registro da ata da primeira Assembléia Geral para eleição e posse da nova mesa diretora.

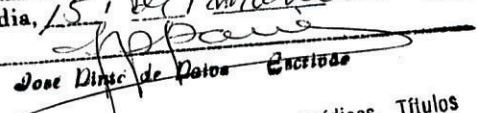
Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Sanclerlândia, 15 de março de 2001.

  
Jovair Mendonça Viera  
Presidente

659 Protocolo-1-A Pag. 185  
Apresentad do dia 15 de março  
de 2001  
O Oficial



**CERTIDÃO**  
Certifico e dou fé que procedi a averbação  
da Ata de Sessão extraordinária da Ass.  
Com. e Cultural Juventina Maria de Mendonça  
Sanclerlândia, 15 de março de 2007.  
  
José Diniz de Paula Escrivão

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos  
Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas  
e Escrivania 2º do Cível.  
JOSE PINTO DE PAIVA Titular  
SANCLERLÂNDIA - GOIÁS

Ata da Sessão Extraordinária da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e um, reuniram-se na sede da Associação os seus representantes e sócios, conforme convocação feita pelo Edital 001/01, de 01/03/01, com a finalidade de analisar e atender ao disposto no ofício nº 001/01/SSR/DOUL-MC do Ministério de Serviços de Radiodifusão/Departamento de outorga de serviços de radiodifusão, de 16 de fevereiro de 2001. Após a abertura da sessão, o presidente pediu ao secretário, que procedesse a leitura oral do referido ofício para que todos os presentes tomassem conhecimento do assunto, objeto da pauta do dia, que após analisado pelos presentes, por unanimidade e em observância ao que determina o artigo 15 § 1º, alínea "a", do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63, determinaram a inclusão da letra g, ao artigo 1º do Capítulo I (Constituição, Denominação e Objetivos do Estatuto da presente Associação) que tem o seguinte teor: "(g) Buscar junto aos órgãos competentes, a obtenção para execução de serviços de radiodifusão em Sanclerlândia e a exploração de tais serviços de acordo com a legislação, divulgando as informações relacionadas com a comunidade sanclerlandense com a participação de outras entidades no sentido de levantar e discutir os problemas sociais, culturais e afins"; dando continuidade o presidente incumbiu ao Sr. Secretário de atender às demais exigências do Ofício supramencionado. E não havendo nada mais a se tratar o presidente deu por encerrada a presente ata da sessão que depois de lida e aprovada será assinada por mim que a lavrei e pelos demais interessados. Sala das Sessões aos sete dias do mês de março de dois mil e um.

Ass. Comunicação  
Bica



*Assinaturas manuscritas:*  
 J. Mendonça  
 Rogério Moura  
 Maria de F. Almeida  
 Marisol Sabino de Souza  
 Lindomar Gonçalves de Lima  
 Sueli M. Silva  
 José Valente da Silva  
 Maria Odemir de Souza  
 Fabíola R. da Silva

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
 E TABELAMENTO DE NOTAS  
 AUTENTICAÇÃO  
 Conferência com o original  
 Sanclerlândia - Go. 16 / 03 / 2001  
 Aylton Filomeno de Macedo  
 Oficial e Tabelante

Nº 659 Protocolo-1-A Pag. 185  
Apresentad do dia 15 de março  
de 2001  
O Oficial

C E R T I D ã O

Certifico nesta data, procedi a AVERBAÇÃO à margem do R.36, fls.53 do Livro de Registro de Pessoas Jurídicas, nº 1, da Ata, ou melhor desta Ata, ficando-a como parte integrante do Registro acima, ficando uma via arquivada neste Cartório. O referido é verdade e dou fé.

Sanclerlândia, 15 de março de 2001.

*Jose Pinto de Paiva*  
José Pinto de Paiva - Oficial

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos  
Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas  
e Escrivania 2º do Cível.

JOSE PINTO DE PAIVA - Titular  
SANCLERLÂNDIA - GOIÁS



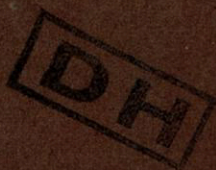


**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**Endereço:** Esplanada dos  
CEP: 70044-900 – Brasília-DF

**Assunto:** RENOVAÇÃO DE OUTORGA

**Interessada:** Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça





**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**



**Identificação do Processo**

Número: 53000.071343/2013 Localidade / UF: SANCLERLÂNDIA/GO  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 200

**Processo**

1. A Entidade é uma: Associação

**2. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

**Mapa RadCom:**

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom FL. 06
- CNPJ válido e atual FL. 08
- O Estatuto Social FL. 14 ss

**Pendências:**

- Certidão Negativa ANATEL
- Cópia do RG e CPF
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada ? venceu o mandato
- Último relatório do Conselho Comunitário

\*\*\*WALLACE S. PINHEIRO

WALLACE

~~Natália Froemming~~





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6177



Ofício nº 617 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

Ao Senhor (À Senhora)

**JOVAIR MENDONÇA VIEIRA**

Da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

Avenida 05 de Janeiro, nº 2047, Centro  
76.160-000 Sanclerlândia – GO

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.071343/2013-48.**

Ao Senhor (À Senhora) Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.071343/2013-48**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **SANCLERLÂNDIA / GO**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 322 / 2014, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 322/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº **53000.071343/2013-48**  
Processo de Outorga nº 53670.000481/1998

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **SANCLERLÂNDIA / GO**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

II. Cópia do CPF de todos os dirigentes, conforme art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, alínea “e”, da Norma 1/2011;

III. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

IV. Relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Rádio Fusão Comunitária, conforme exigência contida no subitem 20.3, alínea “h”, da Norma 1/2011;

V. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação de seu texto ao disposto na legislação vigente, a fim de:

a) Indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, conforme exigência contida no subitem 8.2, alínea “g”, da Norma 1/2011;

b) Assegurar a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os

cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes no subitem 20.3, alínea “d” c/c subitem 8.3, alínea “c”, ambos da Norma 1/2011;

c) Determinar que não haja a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, conforme exigência contida no subitem 20.3, alínea “d” c/c subitem 8.3, alínea “g”, ambos da Norma 1/2011;

d) Adequar o artigo 12 do Estatuto Social ao subitem 8.2, alínea “h”, da Norma 1/2011, o qual prescreve que o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, é limitado ao máximo de **4 (quatro) anos**, sendo admitida uma recondução.


## CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 22 de janeiro de 2014.



**WALLACE S. PINHEIRO**  
*Técnico de Nível Superior*

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 322/2014/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 23 de janeiro de 2014.



**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



*Exigência de Renovação*

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155



Sanclerlândia – GO, 24 de março de 2014.

Ao Senhor  
Samir Amando Granja Nobre Maia  
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária  
Ministério das Comunicações  
Brasília – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 014013/2014-36  
SEAPA/SECE  
01/04/2014-09:10

Senhor Coordenador,

Em resposta ao Ofício nº 617/2014/ CGRC/SEC-MC, de 20 de Janeiro de 2014, que encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.071343/2013-48, encaminhamos a Vossa Senhoria a documentação solicitada, a saber:

1. Cópia dos RG dos diretores da Associação, comprovando que todos são Brasileiros Natos;
2. Cópia do CPF/ Carteira Nacional de Habilitação (que contém o nº de CPF de todos os membros da Diretoria);
3. Certidão Negativa de Débitos e Receitas Administradas pela ANATEL;
4. Relatório Resumido da Grade de Programação
5. Avaliação do Conselho Comunitário acerca da Grade de Programação;
6. Ata comprovando a alteração do Estatuto Social (registrada pelo Cartório de Registros), conforme solicitação.

Desde já colocamo-nos à disposição para questionamentos, aguardando o parecer favorável quanto à Renovação da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Comunitária.

Atenciosamente,

  
Jovair Mendonça Vieira  
Presidente da Associação

*Seanc  
131*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Jovair Mendonça Vieira*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2093212/2.A VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 05/NOV/1999

NOME JOVAIR MENDONÇA VIEIRA

FILIAÇÃO JOAQUIM ANTONIO VIEIRA  
DIVINA DE MENDONÇA VIEIRA

SANCLERLANDIA-GO DATA DE NASCIMENTO 02/JAN/1969

NATURALIDADE NAO DOADOR DE ORGÃOS E TECIDOS

DOC ORIGEM C.CAS. 771 FLS. 255 L. 3 CRC C.DO  
ARAGUAIA PA EM 29/08/1987


CPF 327881692-72

  
ASSINATURA DO DIRETOR

4398351

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº DE INSCRIÇÃO NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF  
327881692-72

NOME COMPLETO  
JOVAIR MENDONÇA VIEIRA

NASCIMENTO  
02.01.69

ASSINATURA  
*Jovair Mendonça Vieira*

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

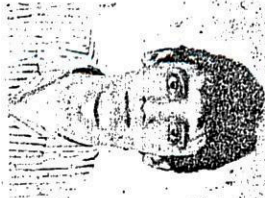
CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

001/2941-5  
21 MAR 1988  
BANCO DO BRASIL  
XINGUARA (PA)  
20440/0571

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO  
PROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO



ALCIDES ALVES PEREIRA  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL 2 685 143

DATA DE EXPEDIÇÃO 04-Nov-87

NOME ALCIDES ALVES PEREIRA

FILIAÇÃO Alcino Pereira da Silva

Nair Maria Alves Pereira

NATURALIDADE Bom Sucesso-MG DATA DE NASCIMENTO 26-Out-1969

DOG ORIGEM CN Nº 849 Fls 213 Livro Exp.

Bom Sucesso-MG 18-abr-1971

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

ALCIDES ALVES PEREIRA

Nº de Inscrição

479014971-49

Data do Nascimento

26/10/69



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

ALCIDES ALVES PEREIRA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/02/97



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3541997-8741395 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/DEZ/1998

NOME ARISMAR LEAO DO AMARAL

PAI JOSE LEAO DO AMARAL  
MÃE BENEDITA DA ROCHA AMARAL

GOIÂNIA-GO DATA DE NASCIMENTO 14/JUL/1975

LOCAL DE ORIGEM C.NAS. 3797 FL9. 51 L. A-4 CRC  
SANCERLANDIA-GO EM 11/09/1988

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO DIRETOR

IN N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ARISMAR LEAO DO AMARAL

14/07/1975

GOIÂNIA-GO

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO DIRETOR

IN N° 7.116 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura:

ARISMAR LEAO DO AMARAL

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 28/03/94

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

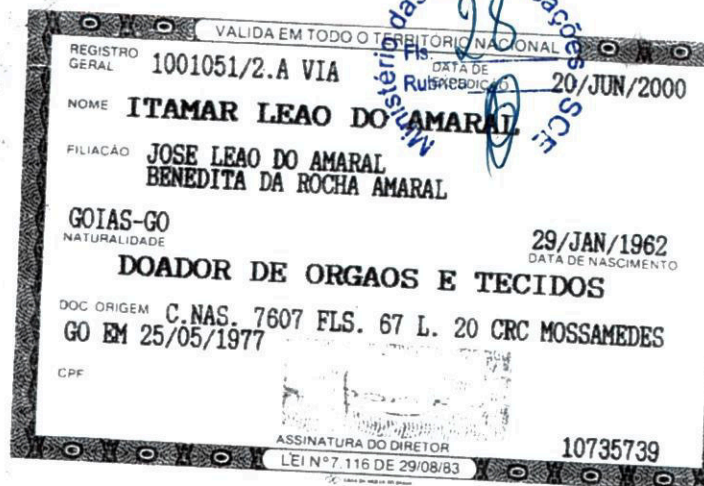
Nome  
ARISMAR LEAO DO AMARAL

Nº de Inscrição  
779575391-49

Data de Nascimento  
14/07/75

Barcode





CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420 Rua 2 Qd. A-37 S/N - Jardim Goiás - CEP 74.805-180 - Goiânia - Goiás

[www.celg.com.br](http://www.celg.com.br)

Fale com a Celg: 0800 62 0196

DATA DE EMISSÃO 16/08/2013  
RAZÃO 14  
REGIONAL P06  
MEDIDOR 10348166-4  
ROTA 379 - 4244000

**MARICELIA APARECIDA E SILVA**

RUA T-36 154 QD. 154 L.2/3  
APART - 301  
SETOR BUENO  
CEP: 74000000 GOIANIA GO  
GOIANIA

USAR P/ DÉBITO AUTOMÁTICO  
CONTA

020251

CÓDIGO DO CLIENTE

CONTA

UNIDADE CONSUMIDORA

VENCIMENTO



93714615

0072717887

10002205511

03/09/2013

**FATURA POR E-MAIL**

Cadastre-se no site:  
[www.celg.com.br](http://www.celg.com.br) e receba  
sua fatura por e-mail.



Duas formas  
fáceis  
de manter  
suas faturas  
em dia  
e aproveitar  
melhor  
o seu tempo.

**CELG**  
COM VOCE

**DÉBITO AUTOMÁTICO CELG**

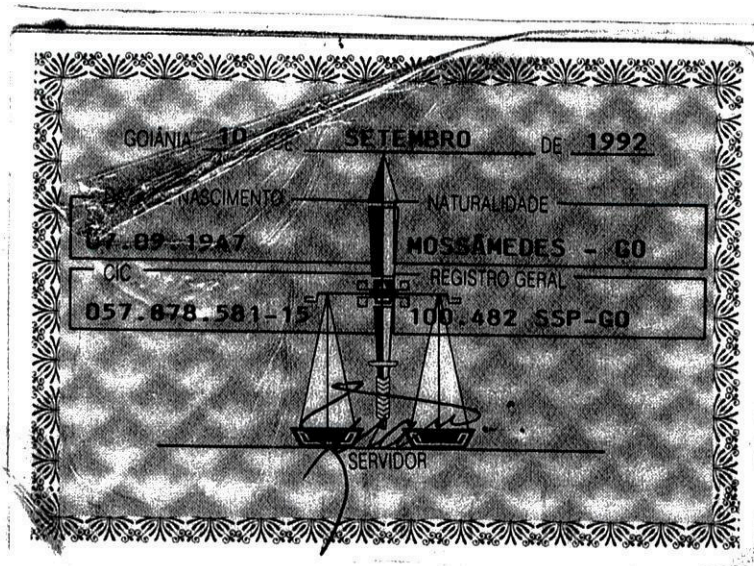
Solicite diretamente  
no seu banco ou através  
do caixa eletrônico.

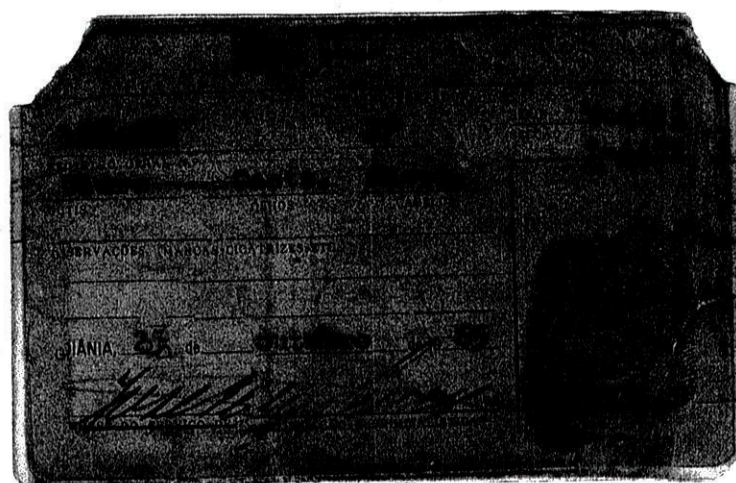
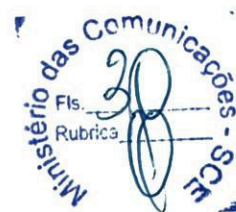






Ministério das Comunicações - SCF  
Fls. 29  
Rubrica *[Assinatura]*







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1099598-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/10/94

NOME WALDINEU CUSTODIO DA SILVA

FILIAÇÃO BOLIVAR CUSTODIO DA SILVA

MARIA HELENA DE REZENDE SILVA DATA DE NASCIMENTO

CORREGO DO OURO-GO 30/08/1971

DOC ORIGEM C.CASM. LIV. 01 FLS.74

TERM 74 CORREGO DO OURO-GO

CPF \* \* \* MARINA CASSEMIRA BASTOS ARRUDA

CUIABA-MT DIRETORA DO INST. IDENT. CIVIL E CRIMINAL 084

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE JUSTIÇA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

das Comunicações

31

Waldineu Custodio da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome WALDINEU CUSTODIO DA SILVA

Nº de Inscrição 791836381-72

Data de Nascimento 30/08/71

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

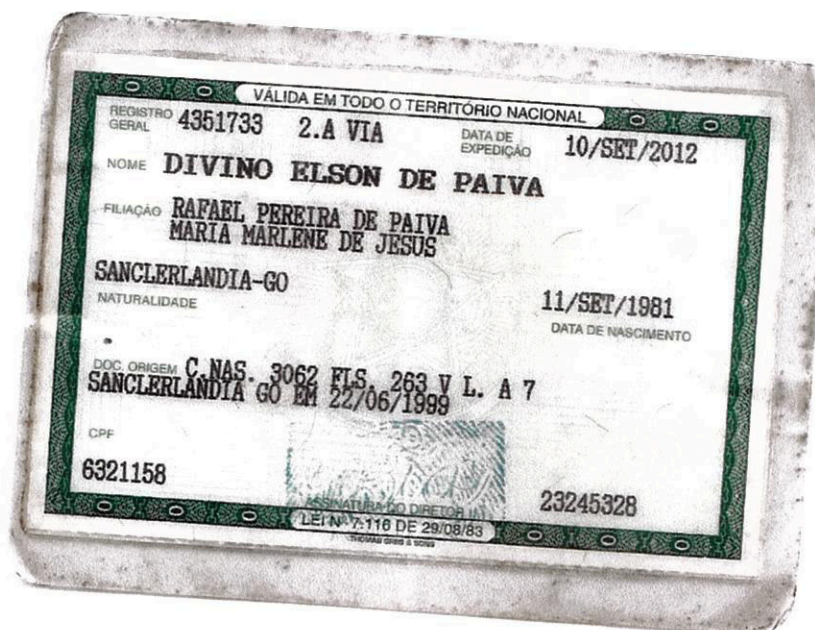
Assinatura

Waldineu Custodio da Silva

WALDINEU CUSTODIO DA SILVA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 17/09/94







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **DIVINO ELSON DE PAIVA**  
CPF: **719.223.261-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.  
Emitida às 11:32:17 do dia 24/03/2014 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 20/09/2014.

Código de controle da certidão: **8AC7.9572.338C.9ECA**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3958601 DATA DE EXPEDICAO 27/AGO/1996

NOME **MARCIA CASTORINA E SILVA**

FILIAÇÃO VICENTE ANTONIO DA SILVA  
BENEDITA LEMES DA SILVA

SAO LUIS DE MONTES BELOS-GO 27/MAR/1980  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C.NAS. 1622 FLS. 19V L. A3 CRC-CORREGO DO OURO-GO EM 01/06/1986

ASSINATURA DO DIRETOR  14866072

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO


Ministério das Comunicações  
Fls. 3  
Rubrica

ASSINATURA DO TITULAR 

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura  
  
MARCIA CASTORINA E SILVA

S  
E  
R  
P  
R  
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 11/04/98

BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
**MARCIA CASTORINA E SILVA**

Nº de Inscrição **893221181-72** Data do Nascimento **27/03/80**





**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA  
**CNPJ:** 02.602.948/0001-42

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:26:52 do dia 25/03/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/04/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

## Relatório da Programação Semanal da Rádio Cerrado FM 87,9

### Relatório Semanal da Rádio:



- Horário de Funcionamento das 05:00 às 00:00.
- Das 05:00 às 07:30 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 07:30 às 08:00 (Programa falando francamente em rede com a Rádio Mil de Goiânia ).
- Das 08:00 às 11:00 (Programa Iris Costa e Você ).
- Durante a Programção Momentos de Informações Derecionados a Comunidade. Ex: Aviso de Cursos , Aviso da Celg, Aviso da Seneago , Avisos do Poder Judiciário, Avisos da Secretária de Saúde , Prefeitura , Oferta de Emprego ,Informações das Principais Manchetes de Jornais Do Estado e da Nossa Região, Giro de Notícias Com Liborio Santos, Resumo de Novelas , Horóscopo do Dia, Giro dos Famosos, etc...
- Das 11:00 ás 12:00 hs (Programa Jesus está Voltando da Igreja Evangelica Assembleia de Deus ).
- Das 12:00 às 13:00 hs (Programa Musical e Apoio ).
- Das 13:00 ás 15:00 hs (Programa Conexão 87 e Informações á Comunidade ).
- Das 15:00 ás 18:00 hs (Programa Nação Sertaneja com informações a Comunidade ).
- Das 18:00 ás 18:30 hs ( Programa da Igreja Católica ).
- Das 18:30 às 19:00 hs (Segue o Programa Nação Sertaneja ).
- Das 19:00 ás 20:00 hs ( A voz do Brasil ).
- Das 20:00 ás 22:00 hs (A Noite e Nossa ).
- Das 22:00 às 00:00 hs (Apoio cultural e Musicas Variadas ).
- Obs:
- Na Terça-feira das 16:00 ás 17:00 ( Programa Maravilhosa Graça ).
- Na quarta-feira das 10:00 às 11:00 (Programa Evangelico Jesus está Voltando).
- Na quarta-feira das 18:30 às 19:00 (Programa a literatura nas ondas da rádio – programa da UEG – Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Sanclerlândia-Go).



- No Sábado
- Das 05:00 às 08:00 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 08:00 às 09:00 (Programa Infantil da Igreja Católica).
- Das 09:00 às 11:00 (Programa Evangelico Show da Amizade).
- Das 11:00 às 12:00 (Programa Evangelicos Amiguinhos de Jesus).
- No decorrer do dia Bloco de Apoio e Musicas Variadas .
- No Domingo
- Das 05:00 às 08:00 (Programa Manhã Sertaneja).
- Das 09:00 às 11:00 (Apoio Cultural e Músicas Variadas ).
- Das 11:00 às 12:00 ( programa Voz do Evangelho ).
- No decorrer do dia , segue os apoios culturais e Musicas variadas
- Durante a Programação Semanal , acontece promoções com sorteios de brindes para os ouvintes .



ASSOC. COMUNITÁRIA CULTURAL  
 JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
 CNPJ: 02 602 948/0001-42

*Márcia Pastoreira e Silva*

## Relatório da Programação Semanal da Rádio Cerrado FM 87.9

### Relatório Semanal da Rádio:



- Horário de Funcionamento das 05:00 às 00:00.
- Das 05:00 às 07:30 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 07:30 às 08:00 (Programa falando francamente em rede com a Rádio Mil de Goiânia ).
- Das 08:00 às 11:00 (Programa Iris Costa e Você ).
- Durante a Programção Momentos de Informações Derecionados a Comunidade. Ex: Aviso de Cursos , Aviso da Celg, Aviso da Seneago , Avisos do Poder Judiciário, Avisos da Secretária de Saúde , Prefeitura , Oferta de Emprego ,Informações das Principais Manchetes de Jornais Do Estado e da Nossa Região, Giro de Notícias Com Liborio Santos, Resumo de Novelas , Horóscopo do Dia, Giro dos Famosos, etc...
- Das 11:00 às 12:00 hs (Programa Jesus está Voltando da Igreja Evangelica Assembleia de Deus ).
- Das 12:00 às 13:00 hs (Programa Musical e Apoio ).
- Das 13:00 às 15:00 hs (Programa Conexão 87 e Informações á Comunidade ).
- Das 15:00 às 18:00 hs (Programa Nação Sertaneja com informações a Comunidade ).
- Das 18:00 às 18:30 hs ( Programa da Igreja Católica ).
- Das 18:30 às 19:00 hs (Segue o Programa Nação Sertaneja ).
- Das 19:00 às 20:00 hs ( A voz do Brasil ).
- Das 20:00 às 22:00 hs (A Noite e Nossa ).
- Das 22:00 às 00:00 hs (Apoio cultural e Musicas Variadas ).
- Obs:
- Na Terça-feira das 16:00 às 17:00 ( Programa Maravilhosa Graça ).
- Na quarta-feira das 10:00 às 11:00 (Programa Evangelico Jesus está Voltando).
- Na quarta-feira das 18:30 às 19:00 (Programa a literatura nas ondas da rádio – programa da UEG – Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Sanclerlândia-Go).



- No Sábado
- Das 05:00 às 08:00 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 08:00 às 09:00 (Programa Infantil da Igreja Católica).
- Das 09:00 às 11:00 (Programa Evangelico Show da Amizade).
- Das 11:00 às 12:00 (Programa Evangelicos Amiguinhos de Jesus).
- No decorrer do dia Bloco de Apoio e Musicas Variadas .
- No Domingo
- Das 05:00 às 08:00 (Programa Manhã Sertaneja).
- Das 09:00 às 11:00 (Apoio Cultural e Músicas Variadas ).
- Das 11:00 às 12:00 ( programa Voz do Evangelho ).
- No decorrer do dia , segue os apoios culturais e Musicas variadas
- Durante a Programação Semanal , acontece promoções com sorteios de brindes para os ouvintes .



ASSOC. COMUNITÁRIA CULTURAL  
 JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
 CNPJ: 02 602 948/0001-42

*Hárcia Pastoreira e Silva*

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155



## **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

O Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, em cumprimento à determinação constante da Norma 1/2011, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, afirma que, avaliando a grade de programação apresentada pela Diretoria de Programação da Rádio Comunitária, **SE MANIFESTA PELA APROVAÇÃO** da grade de programação, por considerar que a mesma presta um serviço de qualidade, prezando pela informação de qualidade a serviço da comunidade Sanclerlandense e da região, apresentando informes de utilidade pública, serviços de interesse comunitário, além de apresentar uma programação voltada para as atividades artísticas e culturais.

Sanclerlândia GO, 17 de março de 2014.

*Valdineu Custódio da Silva*  
Valdineu Custódio da Silva  
Presidente do Conselho Comunitário



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO

Fone: 64 – 3679-1155



**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

Ata da décima quinta reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos 17 dias do mês de março do ano de 2014 (17/03/2014), na sede da Associação, sito à Avenida 5 de janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia – GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 001/2014, a saber: o PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva; os membros Maria Obeair Soares de Paiva, Marcia Castorina e Silva, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, José Damas, José Maria de Oliveira e Simone Aparecida e Silva e Maria das Graças de Faria A pauta da Reunião consiste na adequação do Estatuto Social da Associação, para que se adéque à legislação em vigor e para cumprir a diligência apresentada pelo Ministério das Comunicações para a Renovação da Outorga. O Presidente da Associação solicitou que o Senhor Antonio Eustáquio da Rocha Junior o secretariasse durante a realização da Assembleia. Dando início às atividades, o Presidente agradeceu a presença de todos, ressaltando que é de extrema urgência e importância que deliberem acerca da pauta, uma vez que o prazo para a apresentação da documentação para a Outorga expira em 26 de março. O presidente fez a leitura da Nota Técnica apresentada pelo Ministério das Comunicações (Nota Técnica nº 322/2014/CGRC/SCR-MC), onde estão as pendências relativas ao processo de renovação. A alteração solicitada no Estatuto Social está prevista na Norma nº 1/2011. Após a leitura da nota técnica, e ainda do Estatuto Social vigente, os membros da assembléia deliberaram acerca do assunto, decidindo-se pela aprovação das alterações propostas, para que o Estatuto Social da Associação, a saber: Ficam criados a alínea g do artigo 2º do estatuto, bem como o Artigo 4B e suas alíneas, com a seguinte reação: **Art. 2º g)** Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente. **Art. 4B-** São direitos dos associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias: **a)** votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos; **b)** ter o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, respeitando-se a legislação vigente. **Art. 14B** – Não haverá, no âmbito da Associação, a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, nos termos da legislação vigente. O Artigo 12 do Estatuto, passa a vigorar com a seguinte redação: **Art. 12** – O mandato dos membros que compõe a Diretoria Executiva será de quatro (4) anos, sendo admitida 1 recondução, nos termos da legislação vigente. O Parágrafo Único do Artigo 12 continua em vigor com a mesma redação. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, secretário desta assembleia; pelo Presidente da Associação, senhor Jovair Mendonça Vieira, pelo 2º Tesoureiro, senhor Arismar Leão do Amaral, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

*(Assinaturas manuscritas)*  
Arismar Leão do Amaral  
Alcides Alves Pereira  
Valdineu Custódio da Silva  
Antonio Eustáquio da Rocha Júnior

04691304030949112000912 - Verifique em: extrajudicial.tigojus.br/seio

Protocolo: 2.238 AV-36 Livro: A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 24 de março de 2014

*(Assinatura manuscrita)*  
Vania de Faria Paiva Alves - Escrevente Suboficial





Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicações Eletrônicas

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 300 - O

Brasília - DF

CEP 70044-900

MALOTE 2009 BRASIL  
Dia-a-dia na sua empresa

MALOTE 2009 BRASIL

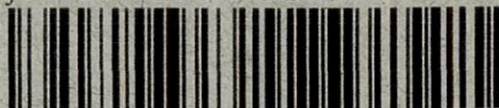


REGISTRADO URGENTE  
REGISTERED PRIORITY



PESO (WEIGHT (kg))  
0.106

JG 43467225 3 BR





Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

Av 5 de janeiro, nº 2047, Centro  
Planaltina - GO

CEP: 76.160-000





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

### TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.

2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.

3. A partir de 10/07/2014, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.



Documento assinado eletronicamente por **Marilda Maria Lopes, Agente Administrativo**, em 13/10/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0763990** e o código CRC **12BFB4E1**.



**NOTA TÉCNICA Nº 4151/2014/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.071343/2013-48**

Processo de Outorga nº: 53670.000481/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça (Associação Juventina Maria de Mendonça)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **SANCLERLÂNDIA/GO**.

**ANÁLIS**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1,8.2,8.3 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

a. Certidão cartorária com relação a averbação da Ata da décima quinta reunião da entidade, que promoveu alterações no Estatuto atendendo a Nota Técnica 322/2014/CGRC/SCE-MC. **(As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação).**

b. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia autenticadas e legível do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011, bem como do CPF, com relação ao Secretário ( Rogério Moreira) e 1º tesoureiro (Jaime Sabino de Souza)..

c. Relatório do Conselho Comunitário de avaliação da grade de programação da Rádio Comunitária, deve ser assinado por no mínimo cinco(5) membros do Conselho

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

Em pesquisa realizada junto à rede mundial de computadores, chegou-se a documentos que demonstrariam possível vínculo político partidário da entidade, a saber:

1. O presidente ( JOVAIR MENDONÇA VIEIRA) faz parte da Executiva Municipal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ocupando o cargo de Secretário.

Assim, visto que o fato elencado tem o potencial de transgredir o art. 11 da Lei nº 9.612/1998, em obediência aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, é imprescindível que se abra prazo para que a Associação apresente razões entendidas como cabíveis.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 15/07/2014, às 08:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Engenheiro de Operacoes**, em 15/07/2014, às 10:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0038357** e o código CRC **7D65685A**.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, 242 - Centro - CEP: 88010-970 - Florianópolis/SC  
(48) 3229-4338 FAX (48) 3225-6724

Ofício nº 3930/2014/SEI-MC

**Florianópolis, 11 de julho de 2014**

Ao Senhor

JOVAIR MENDONÇA VIEIRA

Representante Legal da Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça

Avenida 5 de Janeiro, 2047, Centro

CEP : 76.160-000 - Sanclerlândia/GO.

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **4151/2014/SEI/DRMC/SC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**

3 O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Engenheiro de Operacoes**, em 15/07/2014, às 10:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0038415** e o código CRC **3AB1F305**.



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

S.A. JOVAIR MENDONÇA VIEIRA

ENDEREÇO / ADRESSE

AV. S. de JAMOZARD 2047 CENTRO

CEP / CODE POSTAL

76.160-000

CIDADE / LOCALITÉ

SANCLEALÂNDIA

UF

PAÍS / PAYS

GOIABRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 3930/2014/SEI-MC

53000.071343/2013-48

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

22/07/2014

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DÉPÔT

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Dysson Lee

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

3541997

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENTDANIEL ROSIQUE SILVEIRI LAVARES  
AG. CORREIOS/CARTEIRO  
B-331.975-1

22 JUL 2014

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC040

114 x 186 mm

CORREIOS  
BRASILAVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVISO Nº 07

AR

JH 32271895 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Praça do Cordeiro de Fátima - DRNCA

Praça do Cordeiro de Fátima - 1º andar

53000-070 - FLORESTA - SC

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



Sanclerlândia – GO, 18 de agosto de 2014.

Ao  
Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional de Santa Catarina  
Florianópolis – SC

Senhor Delegado,



Guilherme Dali Igna de Oliveira  
Agente Administrativo  
DRMC-04/Matrícula 1802367

Em resposta à Nota Técnica nº 4151/2014/SEI-MC, encaminhamos a este Ministério das Comunicações a documentação solicitada para Renovação da Outorga para funcionamento da Rádio Comunitária mantida pela Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, no município de Sanclerlândia, conforme Processo de Renovação nº 53000.071343/2013-48, a saber:

1. Certidão Cartorária com relação à averbação da Ata da Décima Sexta reunião da Associação, que promoveu as alterações na Diretoria Executiva da Associação, quando o então presidente, senhor Jovair Mendonça Vieira solicita sua exclusão para cumprimento ao estabelecido na legislação vigente, e o então Tesoureiro, Arismar Leão do Amaral, assumiu a presidência da Associação, nos termos do Estatuto, seguindo a linha de sucessão ali prevista (ver cópia da Ata).
2. Certidão Cartorária com relação à averbação da Ata da Décima Quinta reunião da Associação, que promoveu as alterações no Estatuto.
3. Declaração assinada pelo Presidente da Associação, senhor Arismar Leão do Amaral, relatando a movimentação social e na direção da Associação.
4. Cópia da Ata e Certidão Cartorária com relação à Ata da Décima Primeira reunião, que comunica o falecimento do 1º Tesoureiro (Jaime Sabino de Souza) e sua substituição pelo 2º Tesoureiro, Arismar Leão do Amaral, conforme previsto no estatuto da associação.



5. Cópia da Ata e Certidão Cartorária com relação à Ata da Décima Quarta reunião, quando o então secretário Rogério Moreira pede destituição do cargo que ocupa, por motivos pessoais, e quando a Assembléia nomeia o senhor Antonio Eustaquio da Rocha Júnior para assumir a referida função, nos termos do Estatuto da entidade.
6. Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF) do atual presidente, Arismar Leão do Amaral, do Secretário, Antonio Eustaquio da Rocha Júnior e da Tesoureira, Márcia Castorina e Silva, comprovando que todos são brasileiros natos.
7. Relatório da Programação Semanal da Rádio Comunitária, devidamente assinada pelos membros do Conselho e da Diretoria Executiva da Associação.



Arismar Leão do Amaral  
Presidente da Associação



A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2265 Data Registro: 18/08/2014 Folha nº 1

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

*gualter***ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO

Fone: 64 - 3679-1155



001 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO  
002 COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
003 Ata da décima sexta reunião Ordinária da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de  
004 Mendonça. Aos oito dias do mês de agosto de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de  
005 janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se, ordinariamente, os membros  
006 da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de  
007 Convocação 002/2014, a saber: o PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE:  
008 Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO  
009 CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE  
010 PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu  
011 Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião  
012 consiste na análise da Nota técnica nº 4151/2014/SEI-MC, referente ao Processo de Renovação da  
013 outorga da Rádio (Processo nº 53000.071343/2013-48). A Nota apontou algumas irregularidades  
014 que precisam ser sanadas para que a Renovação da outorga possa ser expedida, entre elas, a  
015 regularização da Presidência da Associação. No item nº 3 da nota, consta a análise da situação do  
016 atual presidente, Jovair Mendonça Vieira, que além de presidente desta associação, é ainda  
017 Secretário da Executiva Municipal do PSDB. Ocorre que a Lei nº 9.612/1998 determina, em seu  
018 artigo 11, que os membros da Presidência não podem possuir vínculos político partidários. Dada a  
019 palavra ao senhor Jovair Mendonça Vieira, o mesmo esclareceu que exerce o cargo não a título de  
020 realização pessoal, mas com o intuito de poder contribuir para o fortalecimento da Associação,  
021 uma vez que foi eleito por seus pares, e que jamais utilizou de seu cargo para a promoção de  
022 ações político partidárias dentro da Associação. Afirmou ainda que sente muito orgulho da  
023 Associação, que possui o objetivo de difundir a cultura em nosso município e que não tem  
024 poupado esforços para manter viva a memória de seus antepassados, que foram fundadores e  
025 grandes baluartes da sociedade sanclerlandense, inclusive dando nome à Associação (sua avó  
026 materna era a senhora Juventina Maria de Mendonça, que dá nome à Associação por ter  
027 incentivado a cultura e por ser a esposa do fundador do município). O Senhor Jovair disse ainda  
028 que, como seu objetivo é o de auxiliar e não de provocar quaisquer prejuízos à Associação, coloca  
029 seu cargo à disposição da Associação, da qual continuará fazendo parte e lutando para que seus  
030 objetivos sejam alcançados. Os membros presentes manifestaram seu apoio à decisão do senhor  
031 Jovair, ressaltando a importância de sua atuação junto à Associação e a necessidade de sua  
032 contribuição mesmo não mais exercendo a função de presidente. Dado a necessidade de  
033 preenchimento do cargo de Presidente, e observando o disposto no Estatuto da Instituição, que  
034 prevê, em seu artigo 6º, Parágrafo único, que em caso de impedimento do presidente, deve  
035 assumir sua função, o vice presidente ou o tesoureiro, foi apresentado o nome do senhor Alcides  
036 Alves Pereira, que declinou de assumir a função, alegando não ter disponibilidade de tempo para  
037 tal. Desta forma, foi apresentado então o nome do Senhor Arismar Leão do Amaral, Tesoureiro da  
038 Associação, que aceitou prontamente exercer a função de Presidente da Associação. Dada ainda a  
039 necessidade de nomeação de uma pessoa para substituir o Tesoureiro, como o estatuto não prevê a  
040 ordem de substituição, e como o mesmo estatuto prevê que os casos omissos serão deliberados  
041 pela Assembléia, por aclamação foi indicado o nome da senhora Márcia Castorina e Silva para  
042 exercer a função de Tesoureira. A senhora Márcia agradeceu a indicação e aceitou atuar como  
043 Tesoureira. Em seguida a Assembléia deliberou que a primeira incumbência do novo presidente  
044 seria regularizar as pendências elencadas na nota técnica do Ministério das Comunicações para  
045 que a renovação da outorga seja expedida, uma vez que o trabalho realizado pela rádio  
046 comunitária é de extrema importância para a sociedade sanclerlandense, por se tratar de um dos  
047 poucos meios de comunicação que alcançam toda a região e que levam informações tanto à zona  
048 urbana quanto na zona rural do município. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente  
049 reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da







A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2265 Data Registro: 18/08/2014 Folha nº 2

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL

## JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV. 3 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCERLÂNDIA - GO

Fone: 64 - 3679-1155

050 Rocha Júnior, Secretário desta Associação, pelo ex Presidente, senhor Jovair Mendonça Vieira,  
 051 pelo Presidente empossado, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Eleita, senhora  
 052 Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e  
 053 por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

054 *Marcia Castorina e Silva*  
 055 *Arismar Leão do Amaral*  
 056 *Jovair Mendonça Vieira*  
 057 *Divino Elson de Paiva*  
 058 *Valdirio Mendonça Silva*  
 059 *Jovair Leão*  
 060

449129402954511299921 - Carteira eletrônica - tipo jus.br/selo

Protocolo 2.265 AV-36 Livro A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sancelândia-GO, 18 de agosto de 2014

Vania de Faria Paiva Alves - Escrevente e Suboficial



Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sancelândia/GO. Dou fé. Eu 10 Escrevente e Suboficial.

*Vania de Faria Paiva Alves*  
 Vania de Faria Paiva Alves  
 Escrevente e Suboficial





A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2238 Data Registro: 24/03/2014 Folha nº 1

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

*gpatrice*

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA.

Ata da décima quinta reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos 17 dias do mês de março do ano de 2014 (17/03/2014), na sede da Associação, sito à Avenida 5 de janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 001/2014, a saber: o PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva; os membros Maria Obeair Soares de Paiva, Marcia Castorina e Silva, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, José Damas, José Maria de Oliveira e Simone Aparecida e Silva e Maria das Graças de Faria A pauta da Reunião consiste na adequação do Estatuto Social da Associação, para que se adéque à legislação em vigor e para cumprir a diligência apresentada pelo Ministério das Comunicações para a Renovação da Outorga. O Presidente da Associação solicitou que o Senhor Antonio Eustáquio da Rocha Junior o secretariasse durante a realização da Assembleia. Dando início às atividades, o Presidente agradeceu a presença de todos, ressaltando que é de extrema urgência e importância que deliberem acerca da pauta, uma vez que o prazo para a apresentação da documentação para a Outorga expira em 26 de março. O presidente fez a leitura da Nota Técnica apresentada pelo Ministério das Comunicações (Nota Técnica nº 322/2014/CGRC/SCR MC), onde estão as pendências relativas ao processo de renovação. A alteração solicitada no Estatuto Social está prevista na Norma nº 1/2011. Após a leitura da nota técnica, e ainda do Estatuto Social vigente, os membros da assembléia deliberaram acerca do assunto, decidindo-se pela aprovação das alterações propostas, para que o Estatuto Social da Associação, a saber: Ficam criados a alínea g do artigo 2º do estatuto, bem como o Artigo 4B e suas alíneas, com a seguinte reação: **Art. 2º g)** Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente. **Art. 4B-** São direitos dos associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias: a) votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos; b) ter o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, respeitando-se a legislação vigente. **Art. 14B** - Não haverá, no âmbito da Associação, a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, nos termos da legislação vigente. O Artigo 12 do Estatuto, passa a vigorar com a seguinte redação: **Art. 12** - O mandato dos membros que compõe a Diretoria Executiva será de quatro (4) anos, sendo admitida 1 recondução, nos termos da legislação vigente. O Parágrafo Único do Artigo 12 continua em vigor com a mesma redação. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, secretário desta assembleia; pelo Presidente da Associação, senhor Jovair Mendonça Vieira, pelo 2º Tesoureiro, senhor Arismar Leão do Amaral, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

*[Assinaturas manuscritas]*  
Arismar Leão do Amaral  
Alcides Alves Pereira  
Valdivino Custódio da Silva  
Antonio Eustáquio da Rocha Júnior

Protocolo 2238 AV-36 Livro A-1  
Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia/GO - 24 de março de 2014  
José Pinto de Paiva Alves - Escrevente e Suboficial

PEN JUR. TIT. DOC. PROT.  
José Pinto de Paiva  
TITULAR  
SANCLERLÂNDIA/GO

Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia/GO. Dou fé. Eu *[Assinatura]* Escrevente e Suboficial.

*[Assinatura]*  
Vania da Faria Paiva Alves  
Escrevente e Suboficial

PEN JUR. TIT. DOC. PROT. TAB. 2º DE NOT. E ESC. DOZ.  
José Pinto de Paiva  
Titular  
SANCLERLÂNDIA-GO

Poder Judiciário Estado de Goiás  
Selo Eletrônico de Fiscalização  
04691301141258129000007  
Consulte esse selo em  
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>



## **DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, ARISMAR LEÃO DO AMARAL, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, mais especificamente para fins de comprovação junto ao Ministério das Comunicações, visando sanar as irregularidades apontadas pela Nota Técnica nº 4151/2014/SEI-MC, referente ao Processo de Renovação nº 53000.071343/2013-48, que:

1. Em relação ao senhor Rogério Moreira, ex secretário da Associação Comunitária, o mesmo solicitou e lhe foi deferida a destituição do cargo de Secretário, uma vez que o mesmo vem encontrando dificuldades para comparecer às reuniões, conforme comprova a Ata da 14ª Reunião Ordinária da Associação, ocorrida em 11/10/2013 (Cópia anexa). Salientamos que o cargo de Secretário foi então ocupado pelo Senhor Antonio Eustaquio da Rocha Júnior, conforme comprova a mesma ata, e os documentos comprobatórios de sua nacionalidade seguem anexo (RG e CPF);
2. Em relação ao senhor Jaime Sabino de Souza, Ex 1º Tesoureiro da Associação, o mesmo faleceu de acidente automobilístico ainda no ano de 2010, e a Associação regularizou a situação, sendo que o então 2º Tesoureiro, Arismar Leão do Amaral ocupou o cargo acima mencionado ( Ata da 11ª Reunião Ordinária anexa). Com a necessidade da alteração da Presidência, o então Tesoureiro Arismar passou a assumir a função de Presidente, e assumiu o cargo de 1ª Tesoureira a senhora Márcia Castorina e Silva, conforme comprovado pela Ata da 16ª Reunião ordinária (anexa). Segue anexo ainda cópia do RG e CPF da Senhora Márcia Castorina e Silva, comprovando sua nacionalidade.

Sanclerlândia – GO, 10 de agosto de 2014.



ARISMAR LEÃO DO AMARAL  
Presidente da Associação



A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2263 Data Registro: 14/08/2014 Folha nº

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

25

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL

## JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO

Fone: 64 - 3679-1155

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da décima primeira reunião Ordinária da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos oito dias do mês de outubro de 2010, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se, ordinariamente, os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 001/2010, a saber: os membros da PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, SECRETÁRIO: Rogério Moreira, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdeine Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Fabricia Amélia Campos. A pauta da Reunião consiste na aprovação das contas do período de outubro de 2009 a setembro de 2010, bem como o Balanço Social da associação (movimentação de membros). O Presidente da Associação solicitou que o Senhor Rogério Moreira o secretariasse durante a realização da Assembleia. Dando início às atividades, o Presidente agradeceu a presença de todos, ressaltando que esta reunião é a primeira a ser realizada após o falecimento do senhor Jaime Sabino de Souza, sócio fundador da Associação. 1º Tesoureiro da instituição, pessoa que muito contribuiu para a criação e funcionamento da associação desde sua fundação. O presidente ressaltou que o sentimento de pesar pelo falecimento é incontestável, e que a falta que o mesmo fará é algo com o qual todos aprenderão a conviver, mas que os ensinamentos e lições de vida por ele deixados serão perpetuados. Os membros presentes solicitaram que fosse encaminhada à família uma nota de pesar pelo seu falecimento. O presidente falou a todos que, conforme previsto no estatuto, o 2º Tesoureiro passaria a assumir as responsabilidades inerentes à gestão financeira, o que era incumbência do 1º Tesoureiro. Assim sendo, dada a palavra ao 2º Tesoureiro, senhor Arismar Leão do Amaral, este agradeceu a confiança nele depositada e se comprometeu cumprir fielmente suas atribuições. O tesoureiro fez a leitura do relatório financeiro do período de outubro de 2009 a setembro de 2010, que foi apreciado e aprovado pelos membros presentes. Sobre o Balanço Social, não houveram entradas ou saídas, com exceção do membro Jaime Sabino de Souza, pelo motivo acima descrito. A Diretora de Programação da Rádio Comunitária fez um balanço das ações do período de 10/2009 a 09/2010, ressaltando que a novidade para o período foi a inclusão dos programas encaminhados pela Justiça Eleitoral para a veiculação no período. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Rogério Moreira, secretário desta assembleia e Secretário da Associação; pelo Presidente da Associação, senhor Jovair Mendonça Vieira, pelo 1º Tesoureiro, senhor Alcides Alves Pereira, e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

Simone Aguiar de Silva  
Rogério Moreira  
Valdeine Custódio da Silva  
Arismar Leão do Amaral  
Jovair Mendonça Vieira

Protocolo 2263 AV-36 Livro: A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia - GO, 14 de agosto de 2014.  
Vania de Faria Paiva Alves - Escrevente Substituta



Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia/GO. Dou fé. Eu

Escrevente e Suboficial.

Vania de Faria Paiva Alves  
Escrevente e Suboficial



Poder Judiciário Estado de Goiás  
Selo Eletrônico de Fiscalização  
04691301141258129000005  
Consulte esse selo em  
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>





A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2264 Data Registro: 14/08/2014 Folha nº 1  
O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

*Ypatinga*

### ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155



001 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO  
002 COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
003 Ata da décima quarta reunião Ordinária da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de  
004 Mendonça. Aos onze dias do mês de outubro de 2013, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de  
005 janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se, ordinariamente, os membros  
006 da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de  
007 Convocação 001/2013, a saber: o PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE:  
008 Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO  
009 CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE  
010 PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino  
011 Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião  
012 consiste na aprovação das contas do período de outubro de 2012 a setembro de 2013, bem como o  
013 Balanço Social da associação (movimentação de membros), além da análise da documentação  
014 juntada para a renovação da outorga para a execução de serviços de radiodifusão, nos termos da  
015 legislação federal vigente. O Presidente da Associação solicitou que o Senhor Antonio Eustáquio  
016 da Rocha Junior o secretariasse durante a realização da Assembleia. Dando início às atividades, o  
017 Presidente agradeceu a presença de todos, repassando a palavra ao tesoureiro da Associação,  
018 senhor Arismar, para que procedesse a apresentação das contas do período retro mencionado. O  
019 tesoureiro disse que para a apreciação das contas do exercício foi elaborado um relatório  
020 simplificado, que foi entregue aos membros para a análise, contendo toda a movimentação  
021 financeira da Associação, que compreende também a movimentação da Rádio, que é mantida pela  
022 Associação. O Tesoureiro apresentou ainda a prestação de contas das promoções e ações  
023 desenvolvidas no mesmo período, ressaltando que este ano a participação da comunidade tem se  
024 apresentado com maior força, e isso tem se demonstrado inclusive na quantidade de projetos que  
025 estão sendo desenvolvidos. Os membros procederam a análise do relatório financeiro simplificado  
026 e não apresentaram questionamentos. O Balanço financeiro foi aprovado e passou-se então à  
027 deliberação acerca da movimentação social. O presidente disse que para este exercício não foram  
028 solicitadas inclusões ou exclusões, permanecendo inalterado o quadro social da Associação,  
029 todavia o Secretário da Associação, senhor Rogério Moreira, solicitou destituição de seu cargo,  
030 uma vez que está difícil comparecer em todas as reuniões. Os membros deliberaram e  
031 consideraram que o pleito é justo, determinando se, então, que se nomeie alguém para atuar como  
032 secretário até que se realize a eleição. Por aclamação, foi indicado o senhor Antonio Eustáquio da  
033 Rocha Junior, que aceitou a incumbência, dizendo que se sente honrado com a oportunidade,  
034 todavia alertou para o fato de que trata-se de um arranjo provisório, até que se organize nova  
035 eleição para o cargo. Em seguida o presidente da associação procedeu a leitura de um documento  
036 encaminhado pelo Ministério das Comunicações, referente à renovação da outorga para realização  
037 de serviços de radiodifusão. Os documentos devem ser encaminhados até o dia 30 de novembro  
038 do corrente ano, sob pena de ser impedida de continuar funcionando caso não apresente a  
039 documentação solicitada até a data fixada. O presidente afirmou que todas as medidas estão sendo  
040 tomadas no sentido de se enviar a documentação ainda no mês de outubro, para evitar  
041 aborrecimentos, e que necessita da confirmação e atualização dos dados dos membros para  
042 encaminhar juntamente com a demais documentação. O presidente disse ainda que, caso seja  
043 necessário, será convocada uma reunião extraordinária para conclusão dos trabalhos para a  
044 renovação da outorga, e que manterá os membros informados acerca da situação. Nada mais tendo  
045 a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada  
046 por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, secretário desta assembleia; pelo Presidente da  
047 Associação, senhor Jovair Mendonça Vieira, pelo 2º Tesoureiro, senhor Arismar Leão do Amaral,  
048 pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme  
049 previsto no Estatuto da Associação. 050





A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2264 Data Registro: 14/08/2014 Folha nº 2  
O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155

051 *José Pinto de Paiva*  
052 *Walter de Castro Silva*  
053 *Primo do Sr. José*  
054 *Primo do Sr. José*  
055 *Primo do Sr. José*  
056 *Primo do Sr. José*  
057 *Primo do Sr. José*  
058 *Primo do Sr. José*  
059 *Primo do Sr. José*  
060 *Primo do Sr. José*

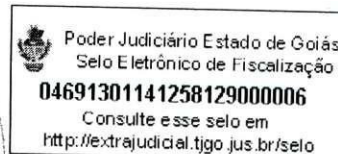
Protocolo: 2264 - RV-36 - Livro: A-1  
Atos Protocolados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia, 14 de agosto de 2014  
José Pinto de Paiva Alves - Escrevente e Suboficial

*José Pinto de Paiva*  
Titular  
SANCLERLÂNDIA-GO

Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia/GO. Dou fé. Eu *10* Escrevente e Suboficial.

*Vanice de Faria Paiva Alves*  
Vanice de Faria Paiva Alves  
Escrevente e Suboficial





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: **ARTISMAR LEÃO DO AMARAL**

Assinatura do Titular: *Artismar Leão do Amaral*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 3541997-8741395 DATA DE EXPEDIÇÃO: 14/DEZ/1993

NOME: **ARTISMAR LEÃO DO AMARAL**

FILIAÇÃO: **JOSE LEÃO DO AMARAL  
BENEDITA DA ROCHA AMARAL**

LOCALIDADE: **GOIÂNIA-GO** DATA DE NASCIMENTO: **14/JUL/1975**

DOC. ORIGEM: **C.NAS. 3797 FLS. 51 L. A-4 CRC  
SANCERLANDIA-MS EM 11/09/1986**

Assinatura do Titular: *Artismar Leão do Amaral*

LEI Nº 116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: **ARTISMAR LEÃO DO AMARAL**

Nº de Inscrição: **778676391-49** Data do Nascimento: **14/07/75**

Assinatura do Titular: *Artismar Leão do Amaral*

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: *Artismar Leão do Amaral*

Nome: **ARTISMAR LEÃO DO AMARAL**

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 26/03/94

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: **MARCIA CASTORINA E SILVA**

Assinatura do Titular: *Marcia Castorina e Silva*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 8938601 DATA DE EXPEDIÇÃO: 27/AGO/1996

NOME: **MARCIA CASTORINA E SILVA**

FILIAÇÃO: **VICENTE ANTONIO DA SILVA  
BENEDITA LEMES DA SILVA**

LOCALIDADE: **SAO LUIS DE MONTES BELOS-GO** DATA DE NASCIMENTO: **27/MAR/1980**

DOC. ORIGEM: **C.NAS. 1622 FLS. 19V L. A3 CRC-CORREGO DO  
OURO-GO EM 01/06/1986**

Assinatura do Titular: *Marcia Castorina e Silva*

14866072

LEI Nº 116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: **MARCIA CASTORINA E SILVA**

Nº de Inscrição: **893221181-72** Data do Nascimento: **27/03/80**

Assinatura do Titular: *Marcia Castorina e Silva*

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: *Marcia Castorina e Silva*

Nome: **MARCIA CASTORINA E SILVA**

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 11/04/98



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO GERAL	4351727 2.A VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO	10/JUL/2008
NOME	ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA JUNIOR		
FILIAÇÃO	ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA DALVA MARIA BORGES DA ROCHA		
NATURALIDADE	SANCLERLANDIA-GO	DATA DE NASCIMENTO	23/MAR/1985
DOC. ORIGEM	C.NAS. 4075 FLS. 218 L. A-8 SANCLERLANDIA GO EM 18/04/1985		
CPF	008957661-67		
5079992	Darcyana S. Mariano PARNACÓPOLIS-PA	23245247	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	
 POLEGAR DIREITO	
 ASSINATURA DO TITULAR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	



## **Relatório da Programação Semanal da Rádio Cerrado FM 87,9**

### **Relatório Semanal da Rádio:**

- Horário de Funcionamento das 05:00 às 00:00.
- Das 05:00 às 07:30 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 07:30 às 08:00 (Programa falando francamente em rede com a Rádio Mil de Goiânia ).
- Das 08:00 às 11:00 (Programa Iris Costa e Você ).
- Durante a Programção Momentos de Informações Derecionados a Comunidade. Ex: Aviso de Cursos , Aviso da Celg, Aviso da Seneago , Avisos do Poder Judiciário, Avisos da Secretária de Saúde , Prefeitura , Oferta de Emprego ,Informações das Principais Manchetes de Jornais Do Estado e da Nossa Região, Giro de Notícias Com Liborio Santos, Resumo de Novelas , Horóscopo do Dia, Giro dos Famosos, etc...
- Das 11:00 às 12:00 hs (Programa Jesus está Voltando da Igreja Evangelica Assembleia de Deus ).
- Das 12:00 às 13:00 hs (Programa Musical e Apoio ).
- Das 13:00 às 15:00 hs (Programa Conexão 87 e Informações á Comunidade ).
- Das 15:00 às 18:00 hs (Programa Nação Sertaneja com informações a Comunidade ).
- Das 18:00 às 18:30 hs ( Programa da Igreja Católica ).
- Das 18:30 às 19:00 hs (Segue o Programa Nação Sertaneja ).
- Das 19:00 às 20:00 hs ( A voz do Brasil ).
- Das 20:00 às 22:00 hs (A Noite e Nossa ).
- Das 22:00 às 00:00 hs (Apoio cultural e Musicas Variadas ).
- Obs:
- Na Terça-feira das 16:00 às 17:00 ( Programa Maravilhosa Graça ).
- Na quarta-feira das 10:00 às 11:00 (Programa Evangelico Jesus está Voltando).
- No Sabádo
- Das 05:00 às 08:00 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 08:00 às 09:00 (Programa Infantil da Igreja Católica).

- Das 09:00 às 11:00 (Programa Evangelico Show da Amizade).
- Das 11:00 às 12:00 (Programa Evangelicos Amiguinhos de Jesus).
- No decorrer do dia Bloco de Apoio e Musicas Variadas .
- No Domingo
- Das 05:00 às 08:00 (Programa Manhã Sertaneja).
- Das 09:00 às 11:00 (Apoio Cultural e Músicas Variadas ).
- Das 11:00 às 12:00 ( programa Voz do Evangelho ).
- No decorrer do dia , segue os apoios culturais e Musicas variadas
- Durante a Programação Semanal , acontece promoções com sorteios de brindes para os ouvintes .

*Bandêirânia - 60, 10/08/14*

ASSOC. COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
CNPJ: 02 602 948/0001-42

*Márcia Castorina e Silva*

*Virino Eba de Faria Simone Aparecida e Silva*  
*Waldine custodio da Silva Animes logo do Amor*  
*Fosair Mendonça Vieira, Antonio Gustavo de Jesus Junior*  
*VALDIVINO MENDONÇA SILVA, Amor*  
*Cyilton Lilemon de Mocado.*



Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, nº 242, Centro  
Florianópolis - SC  
CEP: 88 010 - 910





# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina-DRMC/SC.

## NOTA TÉCNICA Nº 8770/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.071343/2013-48**

Processo de Outorga nº: 53670.000481/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **SANCLERLÂNDIA/ GO.**

### ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1, 8.2, 8.3 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

II. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, **válido e atual;**

III. Ata de Eleição da nova diretoria devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, visto que o mandato da atual diretoria teve início 11/01/2010 e expirou em 11/01/2014, conforme descreve as Atas da Assembleia Geral dos dias 29/10/2009 e 10/01/2000, respectivamente e, de acordo com o que dispõe o art. 12 do Estatuto da entidade( mandato de quatro (4) anos).

VI. Vale ressaltar que, caso haja alteração na composição desta nova diretoria a ser eleita, é necessário apresentar cópia autenticada e legível do RG E CPF de todos os novos dirigentes.

V. Último relatório resumido do Conselho Comunitário, versando sobre a programação veiculada pela emissora, **assinado por todos os membro do Conselho Comunitário**, tendo vista o que foi apresentado pela entidade, esta assinado apenas pelo presidente do conselho, Sr. Valdineu.

### CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, **sob pena de indeferimento do pedido de renovação e**



**consequente extinção da autorização**, alertando que esta é a terceira (3ª) Nota Técnica dirigida à entidade, para solucionar as pendências.

À consideração superior.

---



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 28/08/2014, às 11:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 28/08/2014, às 11:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0106577** e o código CRC **FF574C3B**.

---



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, 242- Centro -CEP: 88010-970-Florianópolis/SC  
(48) 3229-4338 FAX (48) 3225-6724

Ofício nº 9200/2014/SEI-MC

**Florianópolis, 27 de agosto de 2014**

Ao Senhor

ARISMAR LEÃO DO AMARAL

Representante Legal da Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça

Avenida 5 de janeiro, 2047, Centro

CEP: 76.160.000 - Sanclerlândia/GO.

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **8770/2014/SEI/DRMC/SC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR POSTAL (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, no original ou em cópia autenticada sob pena da **extinção da outorga**.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



**MARCELO JOSÉ DUDEQUE**

Delegado Regional  
Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 28/08/2014, às 11:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0106770** e o código CRC **AE8F873D**.



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SR. ARI SMAR LEÃO DO AMARAL

ENDEREÇO / ADRESSE

AV. 5 DE JANEIRO 2047 CENTRO

CEP / CODE POSTAL

76.160000

CIDADE / LOCALITÉ

SANCLERLÂNDIA

UF

PAÍS / PAYS

GO BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 9200/2014/SEI-MC

53000.071343/2013-48

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Márcia Bastos e Silva

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

03/09/14

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

03 SET 2014

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

3958601 SSP-GO

PUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENTDANIEL ROSIQUE SILVÉRIO TAVARES  
CARTEIRO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JH 12906134 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

1	2	3
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDERECO  
DEVOLUCAO  
RETOUR



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155

Sanclerlândia – GO, 29 de setembro de 2014.

Ao  
Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional de Santa Catarina  
Florianópolis – SC



Senhor Delegado,

Em resposta à Nota Técnica nº 8770/2014/SEI-MC, encaminhamos a este Ministério das Comunicações a documentação solicitada para Renovação da Outorga para funcionamento da Rádio Comunitária mantida pela Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, no município de Sanclerlândia, conforme Processo de Renovação nº 53000.071343/2013-48, a saber:

1. Cópia das Atas da 17ª, 18ª e 19ª Reunião da Associação, com registro e Certidão Cartorária, que convoca as eleições, divulga as chapas inscritas e empossa a nova Diretoria, respectivamente. Ressaltamos que, como não houve alterações, não estão sendo encaminhados os documentos pessoais dos novos diretores, vez que os documentos anteriormente encaminhados suprem esta necessidade.
2. Cópia do Comprovante de Inscrição no CNPJ válido e Atual.
3. Declaração da Associação, conforme item I da Nota Técnica.
4. Ultimo Relatório Resumido do Conselho Comunitário, devidamente Assinado.

A handwritten signature in blue ink, reading 'Arismar Leão do Amaral'.

Arismar Leão do Amaral  
Presidente da Associação

# **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**

## **JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

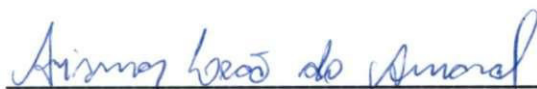
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO

Fone: 64 – 3679-1155

### **DECLARAÇÃO**

A Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ sob o nº 02.602.948/0001-42, com sede na Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, na cidade de Sanclerlândia, Estado de Goiás, CEP 76.160-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 611 datada de 31/10/2001 e Decreto Legislativo nº 834/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 14/11/2003, neste ato representada por seu Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, DECLARA para todos os fins que se fizerem necessários que a Emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Sanclerlândia – GO, 20 de setembro de 2014.



Arismar Leão do Amaral  
Presidente da Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.602.948/0001-42</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>06/01/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ASSOCIACAO JUVENTINA MARIA DE MENDONCA</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>AV 5 DE JANEIRO</b>	NÚMERO <b>2047</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>76.160-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>SANCLERLANDIA</b>	UF <b>GO</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>09/11/2007</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **29/09/2014** às **12:21:23** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155

**RELATÓRIO RESUMIDO DO CONSELHO COMUNITÁRIO**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
*RÁDIO CERRADO FM*

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 05:00 às 00:00  
PROGRAMAÇÃO

**PROGRAMAÇÃO DIÁRIA – TODOS OS DIAS DA SEMANA**

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO
05:00 - 07:29	Programa Manhã Sertaneja
07:30 – 07:59	Programa Falando Francamente, em rede com a Rádio Mil de Goiânia.
08:00 – 10:59	Programa Iris Costa e Você
11:00 – 11:59	Programa Jesus Está Voltando, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus
12:00 – 12:59	Programa Musical da Fé – Programação Gospel
13:00 – 14:59	Programa Conexão 87
15:00 – 17:59	Programa Nação Sertaneja
18:00 – 18:29	Programa Show da Fé, da Igreja Católica
18:30 – 18:59	Programa Nação Sertaneja, com as 20 músicas mais pedidas durante o dia.
19:00 – 19:59	A Voz do Brasil
20:00 – 00:00	Programa “A noite é Nossa”

**PROGRAMAÇÃO ESPECIAL – ALGUNS DIAS DA SEMANA**

**TERÇA FEIRA**

16:00 – 16:59	Programa Maravilhosa Graça
10:00 – 11:00	Programa Jesus Está Voltando – Programação Infantil

**QUARTA FEIRA**

17:00 – 17:59	Programa UEG EM FOCO
---------------	----------------------

**SÁBADO**

08:00 – 08:59	Programa Show da Fé – Programação Infantil Maravilhosa Graça
10:00 – 11:59	Programa Evangélico Show da Amizade
12:00 – 12:59	Programa Amiguinhos de Jesus – Programação Infantil

**DOMINGO**

11:00 – 11:59	Programa “A Voz do Evangelho”.
---------------	--------------------------------



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155

Durante a programação, são veiculados informes de interesse da comunidade, com avisos sobre Cursos, Palestras, Convites, Divulgação de Festividades, Programações Religiosas, Artísticas e Culturais, Avisos das Estatais (CELG, SANEAGO, ANATEL, Secretarias de Estado e Prefeitura Municipal), Avisos do Judiciário e Legislativo, Ofertas de Empregos, Notas de Falecimento, bem como a divulgação das principais notícias do dia.

  
Valdineu Custódio da Silva

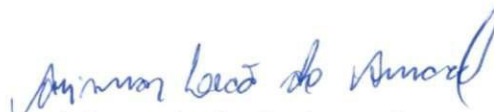
Presidente do Conselho Comunitário

  
Divino Elson de Paiva

Membro do Conselho Comunitário

  
Valdivino Mendonça da Silva  
Membro do Conselho Comunitário

  
Márcia Castorina e Silva  
Membro do Conselho Comunitário

  
Arismar Leão do Amaral  
Presidente da Associação

# ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL

## JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO

Fone: 64 – 3679-1155

### ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da décima nona reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos vinte dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia – GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 005/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na Proclamação do Resultado das Eleições para Diretoria Executiva da Associação, bem como na posse dos eleitos. O Presidente saudou a todos, agradecendo a presença na reunião e a votação maciça durante o processo Eleitoral. Em seguida, o presidente passou a palavra ao secretário da associação, que procedeu a leitura do relatório das Eleições, confirmando que aproximadamente 85% dos membros aptos a participarem do pleito compareceram para votar no dia 17/09/2014, e que o resultado foi a eleição da Chapa “o Trabalho Continua”, única chapa que se inscreveu para participa do pleito, com a seguinte composição: PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e Silva. O Presidente declarou empossados os novos Diretores Executivos da Associação Comunitária, e como presidente eleito, agradeceu a todos pela oportunidade de continuar à frente da Associação, reafirmando seu compromisso em lutar para que novas ações sejam desenvolvidas com o intuito de melhorar a atuação da associação junto à comunidade. Os demais membros não quiseram fazer uso da palavra, dizendo apenas que corroboravam da opinião do presidente. Ato contínuo, o Secretário solicitou o uso da palavra para dar conhecimento à Associação da Nota Técnica nº 8770/2014/SEI-MC, do Ministério das Comunicações, que trata do pedido de renovação de outorga da Associação Comunitária (Processo de Outorga nº 53000.071343/2013-48). O Secretário disse que todas as providências estão sendo tomadas para que a resposta seja entregue em tempo hábil, dependendo agora apenas do registro das atas que ainda não foram registradas e na juntada de documentos. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

Arismar Leão do Amaral

Valdivino Mendonça da Silva

Divino Elson de Paiva

Márcia Castorina e Silva

Antonio Eustáquio da Rocha Júnior

Márcia Castorina e Silva

Valdivino Custódio da Silva

Itamar Leão do Amaral

04681304030949112000023 - Verifique em: [extrajudicial.tjgo.jus.br](http://extrajudicial.tjgo.jus.br)

Protocolo: 2.272 AV-36 Livro A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014

Faria de Faria Paiva Alves

Escrevente e Substituto





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155

**ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA**  
**CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

Ata da décima sétima reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos dois dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia – GO, às 20:00, reuniram-se, extraordinariamente, os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 003/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na aprovação do Edital de Eleição para Diretoria Executiva da Associação e na divulgação de informações referentes às eleições. O presidente ressaltou a importância em se regularizar a situação da atual Diretoria, vez que a Associação vem pleiteando a renovação da Outorga para funcionamento da Rádio, e que o pleito da atual diretoria está vencido. O Secretário Antonio Eustáquio da Rocha Júnior procedeu a leitura do Edital, informando que as Chapas interessadas em concorrer nas Eleições poderá ser realizada a partir do dia 03/09/2014, encerrando no dia 14/09/2014. As Eleições estão previstas para acontecer no dia 17/09/2014, no período das 08:00 às 19:00, na sede da Associação, sendo que contagem dos votos e divulgação do resultado ocorrerão ainda no mesmo dia. Desde já os membros da Associação foram convocados para uma reunião no dia 15/09/2014, para a divulgação das Chapas inscritas e outra no dia 20/09/2014, para a proclamação do resultado. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

*Arismar Leão do Amaral*  
*Alcides Alves Pereira*  
*Márcia Castorina e Silva*  
*Itamar Leão do Amaral*  
*Valdivino Mendonça da Silva*  
*Divino Elson de Paiva*  
*Antonio Eustáquio da Rocha Júnior*  
*Márcia Castorina e Silva*  
*Valdivino Mendonça da Silva*  
*Itamar Leão do Amaral*

04691394030949112000022 - Verifique em: [extrajudicial.juiz.br/sis](http://extrajudicial.juiz.br/sis)

Protocolo: 2.271 AV-36 Livro: A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014

*Antonio Eustáquio da Rocha Júnior*  
Antonio Eustáquio da Rocha Júnior - Escrevente e Subscritor



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO

Fone: 64 – 3679-1155

**ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA  
CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

Ata da décima oitava reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos quinze dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia – GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 004/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na divulgação da Chapas inscritas para Eleição para Diretoria Executiva da Associação e na divulgação de informações referentes às eleições. O presidente passou a palavra ao secretário da associação, que procedeu a leitura dos nomes inscritos na Chapa “o Trabalho Continua”, única inscrita para participar da eleição, com a seguinte composição: PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e Silva. O Secretário ressaltou aos presentes a importância das Eleições, que ocorrerão, conforme previsto, no dia 17/09/2014, na sede da Associação, no período das 08:00 às 19:00, informando que a contagem dos votos e divulgação do resultado serão ainda no dia 17, e, no dia 20/09/2014, às 20:00, na sede da Associação, a Assembléia se reunirá para a proclamação do resultado e posse dos eleitos, ficando desde já convocados todos os presentes. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

*Arismar Leão do Amaral*

*Simone Aparecida e Silva*

*Divino Elson de Paiva*

*Valdivino*

*Antonio Eustáquio da Rocha Júnior*

*Márcia Castorina e Silva*

*Valdivino Mendonça da Silva*

*Itamar Leão do Amaral*

04691204000949112000024 - Verifique em: [extrajudicial.tjgo.jus.br/selo](http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo)

Protocolo: 2.273 AV-36 Livro: A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014

*Valdivino*  
Valdivino Mendonça da Silva - Escrevente e Subscritor

*José Pinto de Paiva*  
Titular

SANCLERLÂNDIA-GO





A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2273 Data Registro: 30/09/2014 Folha nº 1

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇAAV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155

001 ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA  
002 CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
003 Ata da décima oitava reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça.  
004 Aos quinze dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro,  
005 nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos  
006 termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 004/2014, a  
007 saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira,  
008 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar  
009 Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de  
010 Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdeine Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva,  
011 Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na divulgação da Chapas inscritas  
012 para Eleição para Diretoria Executiva da Associação e na divulgação de informações referentes às  
013 eleições. O presidente passou a palavra ao secretário da associação, que procedeu a leitura dos  
014 nomes inscritos na Chapa "o Trabalho Continua", única inscrita para participar da eleição, com a  
015 seguinte composição: PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino  
016 Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides  
017 Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO  
018 CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE  
019 PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdeine  
020 Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e  
021 Silva. O Secretário ressaltou aos presentes a importância das Eleições, que ocorrerão, conforme  
022 previsto, no dia 17/09/2014, na sede da Associação, no período das 08:00 às 19:00, informando  
023 que a contagem dos votos e divulgação do resultado serão ainda no dia 17, e, no dia 20/09/2014,  
024 às 20:00, na sede da Associação, a Assembléia se reunirá para a proclamação do resultado e posse  
025 dos eleitos, ficando desde já convocados todos os presentes. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se  
026 a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio  
027 Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do  
028 Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário,  
029 Divino Elson de Paiva e por 3, membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

030 *Arismar Leão do Amaral*  
031 *Valdivino Mendonça da Silva*  
032 *Divino Elson de Paiva*  
033 *Márcia Castorina e Silva*  
034 *Antonio Eustáquio da Rocha Júnior*  
035 *Itamar Leão do Amaral*  
036 *Valdeine Custódio da Silva*  
037 *Valdivino Mendonça da Silva*  
038 *Valdivino Mendonça da Silva*  
039 *Valdivino Mendonça da Silva*  
040 *Valdivino Mendonça da Silva*  
041 *Valdivino Mendonça da Silva*  
042 *Valdivino Mendonça da Silva*  
043 *Valdivino Mendonça da Silva*  
044 *Valdivino Mendonça da Silva*  
045 *Valdivino Mendonça da Silva*  
046 *Valdivino Mendonça da Silva*  
047 *Valdivino Mendonça da Silva*  
048 *Valdivino Mendonça da Silva*  
049 *Valdivino Mendonça da Silva*

1489120402020812000024 - Protocolo 2.273 AV-36 Livro A-1  
Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia - GO - 30 de setembro de 2014

Protocolo 2.273 AV-36 Livro A-1  
Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia - GO - 30 de setembro de 2014  
José Pinto de Paiva  
Titular  
Sanclerlândia - GO  
Cartório de Registro de Títulos e Documentos

Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia/GO. Dou fé. Eu Escrevente e Suboficial.

*Vanila de Faria Paiva Alves*  
Escrevente e Suboficial

Poder Judiciário Estado de Goiás  
Selo Eletrônico de Fiscalização  
04691301141258129000011  
Consulte esse selo em  
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>





## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2272 Data Registro: 30/09/2014 Folha nº 1  
O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

*[Assinatura]*

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da décima nona reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos vinte dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 005/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na Proclamação do Resultado das Eleições para Diretoria Executiva da Associação, bem como na posse dos eleitos. O Presidente saudou a todos, agradecendo a presença na reunião e a votação maciça durante o processo Eleitoral. Em seguida, o presidente passou a palavra ao secretário da associação, que procedeu a leitura do relatório das Eleições, confirmando que aproximadamente 85% dos membros aptos a participarem do pleito compareceram para votar no dia 17/09/2014, e que o resultado foi a eleição da Chapa "o Trabalho Continua", única chapa que se inscreveu para participa do pleito, com a seguinte composição: PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e Silva. O Presidente declarou empossados os novos Diretores Executivos da Associação Comunitária, e como presidente eleito, agradeceu a todos pela oportunidade de continuar à frente da Associação, reafirmando seu compromisso em lutar para que novas ações sejam desenvolvidas com o intuito de melhorar a atuação da associação junto à comunidade. Os demais membros não quiseram fazer uso da palavra, dizendo apenas que corroboravam da opinião do presidente. Ato contínuo, o Secretário solicitou o uso da palavra para dar conhecimento à Associação da Nota Técnica nº 8770/2014/SEI-MC, do Ministério das Comunicações, que trata do pedido de renovação de outorga da Associação Comunitária (Processo de Outorga nº 53000.071343/2013-48). O Secretário disse que todas as providências estão sendo tomadas para que a resposta seja entregue em tempo hábil, dependendo agora apenas do registro das atas que ainda não foram registradas e na juntada de documentos. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

*[Assinaturas manuscritas]*

Protocolo 2272 AV-36 Livro A-1  
Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014  
José Pinto de Paiva Alves - Escrevente e Suboficial

Protocolo 2272 AV-36 Livro A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos

Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014

José Pinto de Paiva Alves - Escrevente e Suboficial



Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia/GO. Dou fé. Eu 40 Escrevente e Suboficial.

*[Assinatura]*  
Vanir de Faria Paiva Alves  
Escrevente e Suboficial



Poder Judiciário Estado de Goiás  
Selo Eletrônico de Fiscalização  
04691301141258129000010  
Consulte esse selo em  
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

EMOL = 24,66  
TX = 10,68  
TOTAL = 35,33





A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2271 Data Registro: 30/09/2014 Folha nº 1

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

*Opative*

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL

## JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO

Fone: 64 - 3679-1155

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da décima sétima reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos dois dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se, extraordinariamente, os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 003/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na aprovação do Edital de Eleição para Diretoria Executiva da Associação e na divulgação de informações referentes às eleições. O presidente ressaltou a importância em se regularizar a situação da atual Diretoria, vez que a Associação vem pleiteando a renovação da Outorga para funcionamento da Rádio, e que o pleito da atual diretoria está vencido. O Secretário Antonio Eustáquio da Rocha Júnior procedeu a leitura do Edital, informando que as Chapas interessadas em concorrer nas Eleições poderá ser realizada a partir do dia 03/09/2014, encerrando no dia 14/09/2014. As Eleições estão previstas para acontecer no dia 17/09/2014, no período das 08:00 às 19:00, na sede da Associação, sendo que contagem dos votos e divulgação do resultado ocorrerão ainda no mesmo dia. Desde já os membros da Associação foram convocados para uma reunião no dia 15/09/2014, para a divulgação das Chapas inscritas e outra no dia 20/09/2014, para a proclamação do resultado. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação. Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

Arismar Leão do Amaral  
 Márcia Castorina e Silva  
 Divino Elson de Paiva  
 Antonio Eustáquio da Rocha Júnior  
 Valdineu Custódio da Silva  
 Valdivino Mendonça da Silva  
 Aylton Filemon de Macedo

44812402084912000022 - Carteira de Registro de Títulos e Documentos  
 Protocolo 2.271 AV-36 Livro A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
 Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014  
 José Pinto de Paiva  
 Titular

Escritório de Suboficial

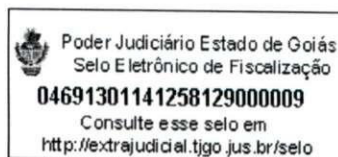


Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia-GO. Dou fé. Eu

Escritor e Suboficial.

*Opative*  
 Vania de Faria Paiva Alves  
 Escritor e Suboficial



EMOL = 24,66  
 TX = 30,62  
 TOTAL = 55,28

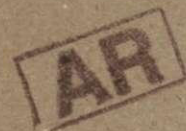




Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional em Santa Catarina

Praca XV de Novembro, nº 242, Centro  
Florianópolis - SC

CEP 88 010-970





(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça  
Santalândia - GO

**NOTA TÉCNICA Nº 13143/2014/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.071343/2013-48**

Processo de Outorga nº: 53670.000481/1988.

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Sanclerlândia/GO**.

**ANÁLISE**

---

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Tendo em vista a análise realizada no processo e, em pesquisa à rede mundial de computadores bem como em busca ao banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, constatou-se a existência de indícios segundos os quais a requerente manteria vínculo que a subordinariam ou a sujeitariam à gerência, administração, domínio, comando ou orientação de outra entidade, mediante compromissos ou **relações ideológicas e político-partidárias**, em infringência ao subitem 8.1, "f.7" da Norma 1/2011 e ao art.11 da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. a saber:

- O Vice- Presidente da entidade ( Valdivino Mendonça da Silva) é filiado ao Partido Social Democrático Brasileiro -PSDB, inclusive fazendo parte do Diretório Municipal , como membro da Comissão Provisória do mencionado Partido ( cópia da Certidão em anexo).

Desta maneira, como todos os fatos acima citados têm o potencial de infringir dispositivos legais, em obediência aos princípios Constitucionais da ampla defesa e do contraditório, **é necessário que a entidade se manifeste** no prazo referido no Ofício que acompanha esta NT, **apresentando as razões que entender pertinentes** e realize nova Assembleia para eleição de novo dirigente, que não tenham vínculo partidário, religiosos, familiares ou comerciais,



com a Ata devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e cópia legível autenticada do RG E CPF do novo eleito, bem como, do comprovante de residência, caso o Vice-Presidente venha renunciar.

II. Cópia autenticada e legível do CPF do Secretário Antônio Eustáquio, bem como, do RG e CPF do novo Vice-Presidente eleito, caso o atual venha renunciar seu mandato. Caso contrário, a cópia autenticada e legível do seu CPF.

## CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 09/10/2014, às 10:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 09/10/2014, às 14:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0179455** e o código CRC **EC651DA1**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar-Centro  
CEP: 88010-970-Florianópolis/SC  
(48) 3229-4373 FAX (48) 3225-6724

Ofício nº 14805/2014/SEI-MC

Florianópolis, 09 de outubro de 2014.

Ao Senhor  
ARISMAR LEÃO DO AMARAL  
Representante Legal da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de  
Mendonça  
Avenida 5 de Janeiro, 2047, Centro.  
CEP: 76.160.000 - Sanclerlândia / GO.

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **13143/2014/SEI/DRMC/SC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR POSTAL (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com



assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

MARCELO JOSÉ DUDEQUE



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 09/10/2014, às 14:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0179592** e o código CRC **0CE3E1F7**.

---



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **VALDIVINO MENDONÇA DA SILVA (Título Eleitoral: 018877991007 )** é **MEMBRO DA COMISSÃO PROVISÓRIA (exercício 24/03/2013 a 24/04/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSDB - 45 PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**  
Abrangência: **MUNICIPAL - SANCLERLÂNDIA/GO**  
Vigência: **Início: 24/03/2013 Final: 24/04/2015**  
Código: **IUHE.HBC9.H\$BB.P6ZQ.**  
Certidão emitida às: **09/10/2014 10:11:42**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar-Centro  
CEP: 88010-970-Florianópolis/SC  
(48) 3229-4373 FAX (48) 3225-6724

Memo. nº 1455/2014/SEI-MC

Florianópolis, 09 de outubro de 2014

À Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas.

**Assunto: Solicitação de abertura de processo de apuração de infração - Ref.Processo nº53000.071343/2013-48.**

1. Foram encontrados indícios de que a Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Sanclerlândia/GO, estaria infringindo o art.11 da Lei nº 9.612/1998, ao manter vínculo político-partidário, conforme exposto abaixo.

O Vice-Presidente da entidade ( Valdivino Mendonça da Silva) é membro do Diretório Municipal do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, fazendo parte da sua Comissão Provisória, conforme Certidão extraída do *site* do TSE, cadastradas e digitalizadas no referido processo via SEI ( doc.0179919).

2. Diante o exposto, solicitamos abertura de processo de apuração de infração.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 09/10/2014, às 12:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0179919** e o código CRC **AD3BC335**.





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação  
Eletrônica  
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas  
Coordenação de Análise de Denúncias

### DESPACHO

Processo nº: **53000.071343/2013-48**

Interessado(a): **ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA  
MARIA DE MENDONCA (ASSOCIACAO JUVENTINA MARIA DE  
MENDONCA)**

Em atenção ao Memorando nº 1455/2014/SEI-MC, de 9 de outubro de 2014, por intermédio do qual comunica indícios de ilícitos administrativos, informamos que foi instaurado o Processo de Apuração de Infração - PAI nº 53900.001686/2015-63 em desfavor da ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA (ASSOCIACAO JUVENTINA MARIA DE MENDONCA), entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Sanclerlândia, Estado de Goiás.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 10/02/2015, às 10:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0319564** e o código CRC **49FC1074**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155

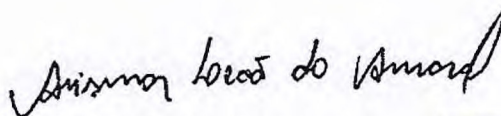
Sanclerlândia – GO, 20 de novembro de 2014.

Ao  
Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional de Santa Catarina  
Florianópolis – SC

Senhor Delegado,

Em resposta à Nota Técnica, encaminhamos a este Ministério das Comunicações a documentação solicitada para Renovação da Outorga para funcionamento da Rádio Comunitária mantida pela Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, no município de Sanclerlândia, conforme Processo de Renovação nº 53000.071343/2013-48, a saber:

1. Cópia da Ata da 20ª Reunião da Associação, com registro e Certidão Cartorária, substitui o Vice Presidente, senhor Valdivino Mendonça da Silva
2. Cópia dos documentos pessoais do senhor Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário da Associação.



Arismar Leão do Amaral  
Presidente da Associação



Carolina Souto Ribeiro  
Agente Administrativo  
ORMC - 04 / Matrícula 1786449



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155

**ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA**  
**CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

Ata da vigésima reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 006/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e Silva. A pauta da Reunião consiste na substituição do vice presidente da associação, em cumprimento à determinação do Ministério das Comunicações, referente ao processo de renovação de Outorga da Rádio. O Presidente saudou a todos, agradecendo a presença na reunião, e fez a leitura da Nota Técnica, que recomenda a substituição do Vice Presidente da Associação, uma vez que o mesmo é membro de um partido político e exerce o cargo dentro da Comissão Municipal do referido Partido. Dada a palavra ao vice presidente, este se manifestou dizendo que embora faça parte da comissão, jamais influenciou as decisões da associação levando em consideração seu posicionamento político partidário, e que sua atuação como vice presidente sempre foi seguida com o intuito de ajudar a fortalecer as ações da instituição, e que, para não prejudicar a Associação, renuncia ao seu mandato. O presidente agradeceu ao senhor Valdivino por seu posicionamento e por seu desprendimento, reforçando as suas palavras de que, realmente, o seu intuito sempre foi o de auxiliar, o que mais uma vez foi demonstrado. Em seguida, passou a deliberar-se sobre a substituição do vice presidente, ficando acordado que a 1º Tesoureira, senhora Márcia Castorina e Silva, assumiria a função e que o 2º tesourei-te, senhor Alcides Alves Pereira passaria a ocupar a função de 1º Tesoureiro. Os membros aprovaram a solução proposta, deliberando, por unanimidade, que assim fosse feito. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Vice Presidente, Márcia Castorina e Silva, pelo Senhor Valdivino Mendonça da Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

Antonio Eustáquio da Rocha Júnior

Valdivino Custódio da Silva

Márcia Castorina e Silva

Alcides Alves Pereira

Arismar Leão do Amaral

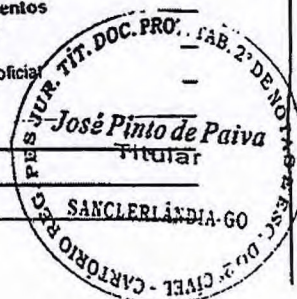
Divino Elson de Paiva

0499130-1092849112000020 - Verifique em: extrajudicial.jus.br 1010

Protocolo: 2.285 AV-36 Livro B-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 21 de novembro de 2014

Valdivino Mendonça da Silva  
Escritor e Suboficial







B

## Registro Integral

Livro nº B-1 Registro nº 36 Protocolo: 2285 Data Registro: 21/11/2014 Folha nº 1

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL

## JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO, SANCERLÂNDIA - GO

Fone: 64 3679-1133

## ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da vigésima reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sancerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 006/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Fileron de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elton de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e Silva. A pauta da Reunião consiste na substituição do vice presidente da associação, em cumprimento à determinação do Ministério das Comunicações, referente ao processo de renovação de Outorga da Rádio. O Presidente saudou a todos, agradecendo a presença na reunião, e fez a leitura da Nota Técnica, que recomenda a substituição do Vice Presidente da Associação, uma vez que o mesmo é membro de um partido político e exerce o cargo dentro da Comissão Municipal do referido Partido. Dada a palavra ao vice presidente, este se manifestou dizendo que embora faça parte da comissão, jamais influenciou as decisões da associação levando em consideração seu posicionamento político partidário, e que sua atuação como vice presidente sempre foi seguida com o intuito de ajudar a fortalecer as ações da instituição, e que, para não prejudicar a Associação, renuncia ao seu mandato. O presidente agradeceu ao senhor Valdivino por seu posicionamento e por seu desprendimento, reforçando as suas palavras de que, realmente, o seu intuito sempre foi o de auxiliar, o que mais uma vez foi demonstrado. Em seguida, passou a deliberar-se sobre a substituição do vice presidente, ficando acordado que a 1ª Tesoureira, senhora Márcia Castorina e Silva, assumiria a função e que o 2º tesoureira, senhor Alcides Alves Pereira passaria a ocupar a função de 1º Tesoureira. Os membros aprovaram a solução proposta, deliberando, por unanimidade, que assim fosse feito. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Vice Presidente, Márcia Castorina e Silva, pelo Senhor Valdivino Mendonça da Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elton de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

Antonio Eustáquio da Rocha Júnior  
Valdivino Custódio da Silva  
Márcia Castorina e Silva  
Alcides Alves Pereira  
Itamar Leão do Amaral  
Aylton Fileron de Macedo  
Divino Elton de Paiva  
Valdivino Mendonça da Silva

Protocolo 2285 - AV-36 Livro B-1  
Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sancelândia - GO 21 de novembro de 2014

Arismar Leão do Amaral - Presidente e Secretário

Valdivino Mendonça da Silva - Vice Presidente

Márcia Castorina e Silva - 1ª Tesoureira

Alcides Alves Pereira - 2ª Tesoureira

Antonio Eustáquio da Rocha Júnior - Secretário

Itamar Leão do Amaral - Presidente do Conselho Fiscal

Aylton Fileron de Macedo - Presidente do Conselho de Programação

Valdivino Custódio da Silva - Membro do Conselho Comunitário

Divino Elton de Paiva - Membro do Conselho Comunitário

Valdivino Mendonça da Silva - Membro do Conselho Comunitário

Márcia Castorina e Silva - Membro do Conselho Comunitário

Alcides Alves Pereira - Membro do Conselho Comunitário

Antonio Eustáquio da Rocha Júnior - Membro do Conselho Comunitário

Itamar Leão do Amaral - Membro do Conselho Comunitário

Aylton Fileron de Macedo - Membro do Conselho Comunitário

Valdivino Custódio da Silva - Membro do Conselho Comunitário

Divino Elton de Paiva - Membro do Conselho Comunitário

Valdivino Mendonça da Silva - Membro do Conselho Comunitário

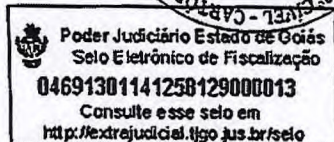
Márcia Castorina e Silva - Membro do Conselho Comunitário

Alcides Alves Pereira - Membro do Conselho Comunitário

Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sancelândia/GO. Dou fé. Eu Arismar Leão do Amaral Escrevente e Suboficial.

Arismar Leão do Amaral  
Escrevente e Suboficial





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4351727 2.ª VIA DATA DE EXPEDICAO 10/JUL/2008

NOME ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA JUNIOR

FILIAÇÃO ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA  
DAIVA MARIA BORGES DA ROCHA

SANCERLANDIA-GO 23/MAR/1985  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. CHUEM C.NAS. 4075 FLB. 218 L. A-8 SANCERLANDIA  
GO EM 18/04/1985

CNP 008957661-67

5079992 Darciana S. Matoso  
PAVIMENTO DO CHISPA 23245247

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Assinatura: Antonio E. da Rocha Junior

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Fls. 01

ESTADO DE GOIÁS – COMARCA DE  
SANCLERLÂNDIA

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE  
INTERDIÇÃO E TUTELAS E TABELIONATO DE NOTAS

Praça Três Poderes, nº 10, centro, Sanclerlândia – Goiás.

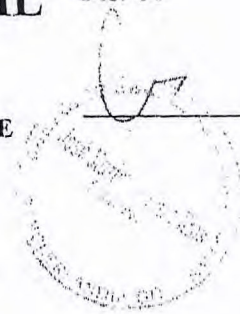
Telefone e Fax: (64) 3679-1157

Adriana Macedo e Silva Rios

José Maria Ferreira Rios

Oficiala e Tabeliã

Escrevente



## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

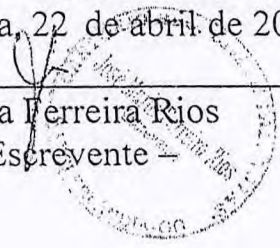
CERTIFICO que do Livro nº A-08 às fls. 218 sob o termo de nº 4.075, consta o registro do Nascimento de: ANTONIO EUSTÁQUIO DA ROCHA JUNIOR, ocorrido a vinte e três dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, (23.03.1985.), em Hospital Santa Lucia, nesta cidade, às 05:15 horas, do sexo masculino, filho de: Antonio Eustáquio da Rocha e de Dalva Maria Borges da Rocha brasileiros, casados, comerciante e do lar, ela com 31 anos de idade, naturais de Santana de Patos-MG e Carmo do Paranaíba-MG, residentes e domiciliados nesta cidade. AVÓS PATERNOS: Alceu José da Rocha e Abadia Maria de Jesus. AVÓS MATERNOS: Boanerges Elias Borges e Laudelina Ana de Jesus. FOI DECLARANTE: O pai do registrado. OBS: Feito o registro em 18 de abril de 1985.

Emolumentos: R\$ 20,00  
Taxa Judiciária: R\$ 8,00  
Total R\$ 28,00

O referido é verdade e dou fé.  
Sanclerlândia, 22 de abril de 2009.

José Maria Ferreira Rios

—Escrevente—







## COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
**008.957.661-67**Nome  
**ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA JUNIOR**Nascimento  
**23/03/1985**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
**8D47.6C09.5951.6E3A**A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço**www.receita.fazenda.gov.br**Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 09:32:25 do dia 17/02/2014 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR  
*Antonio E. da Rocha Junior*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4351727 2.A VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 10/JUL/2008

NOME **ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA JUNIOR**

FILIAÇÃO **ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA  
DALVA MARIA BORGES DA ROCHA**

SANCLERLANDIA-GO 23/MAR/1985  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM C.NAS. 4075 FLS. 218 L. A-8 SANCLERLANDIA  
GO EM 18/04/1985

CPF 008957661-67

5079992 Darcyana S. Marinho 23245247  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/85

THOMAS GREG & SONS



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4351727 2.A VIA DATA DE EMISSÃO 10/01/2008

NOME **ANTONIO EUSTÁQUIO DA ROCHA JUNIOR**

FILIAÇÃO **ANTONIO EUSTÁQUIO DA ROCHA DELVA MARIA BORGES DA ROCHA**

SANCTI LUCIA GO DATA DE NASCIMENTO 23/MAR/1966

DOC. ORIGEM C.NAS. 4075 FLS. 318 L. A-B SANCTI LUCIA GO EM 18/04/1985

CPF 008957661-67

5079992

Darcyana S. M. M. LINDO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/88

23245247

THOMAS ORRISI & SOUZA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

ANTONIO E. DA ROCHA JUNIOR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS ORRISI & SOUZA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANTONIO EUSTÁQUIO DA ROCHA JUNIOR

ASSINATURA DO TITULAR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA E TIPOGRAFIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME DO ELEITOR

ANTONIO EUSTÁQUIO DA ROCHA JUNIOR

DATA DE NASCIMENTO

23/03/1966

LOCAL DE NASCIMENTO

SANCTI LUCIA GO

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA E TIPOGRAFIA



Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional em Santa Catarina

Rua XV de Novembro, nº 242, Centro  
Florianópolis - SC  
CEP 88 010-970

AR

AR

DH



**REGISTRADO URGENTE**  
**REGISTERED PRIORITY**

VAR ☒ MP ☐ PESO / WEIGHT (kg) *0.053*

9H 35438467 8 BR

Barcode



Associação Comunitária Cultural Puertina  
Rua de Mendença  
Ave 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Barcelonandia - GO  
CEP. 76.160-000

(ETIQUETA DO CARIMBO MP)



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR** 30 dias - Toda

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE** 25/11/2014

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SR. ARISMAR LEÃO DO AMARAL

ENDEREÇO / ADRESSE

AV. 5 de JANEIRO 2047 CENTRO

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITE

UF

PAIS / PAYS

76.160-000 SANCERLÂNIA

GOIÁS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 14805/2014/SEI.MC

53000.071343/2013.48

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*Arismar Leão*

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

24/10/2014

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

24 OUT 2014

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'EMPLOIE

DANIEL ROSQUE SILVERIO TAVARES  
AG. CORREIOS/CARTEIRO

6.331.975-1

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FCB 163 / 16

114 x 186 mm





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 - Centro - CEP: 88010-970 - Florianópolis/SC  
(48) 3229-4338 FAX (48) 3225-6724

Memo. nº 359/2015/SEI-MC

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias - CODEN

Assunto: Informação sobre entidades comunitárias de pleiteiam a Renovação da Outorga.1.

Senhora Coordenadora,

Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Sanclerlândia/GO**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM  
Delegada Regional  
Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 25/02/2015, às 12:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0372956** e o código CRC **2FF00936**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica****Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica****Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas****Coordenação de Análise de Denúncias****DESPACHO**Processo nº: **53000.071343/2013-48**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA  
MARIA DE MENDONÇA**

Em atenção ao Memorando nº 359/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registro de PAIs Ativos	53900.001686/2015	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando análise da defesa;</li><li>• Irregularidade apurada: Art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98.</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.000347/2007	<ul style="list-style-type: none"><li>• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0411554);</li><li>• Despacho nº 792, de 28/10/2009 - ADVERTÊNCIA;</li><li>• Infração: 14.2 c/c 17.2 e 18.3.2.2 da Norma Complementar n 01/2004 e Art. 40, inciso XXII c/c Art. 38 inciso do Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 1998.</li></ul>

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**,





**Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 20/03/2015, às 11:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0411550** e o código CRC **405CEC9B**.

---

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.



Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** GO  
**Município:** Sanclerlândia  
**Canal:** 200  
**Fase:** 3

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**

### Dados da Entidade

**Entidade:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA  
**Nome Fantasia:**  
**Logradouro:** AV 5 DE JANEIRO  
**Telefone:** Não Informado  
**Situação:** Entidade não possui débitos

**CNPJ:** 02.602.948/0001-42

**Bairro:** SETOR RODOVIÁRIO  
**Número:** 2047  
**Fax:** Não Informado

### ☐ Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

**CNPJ:**

**Razão Social:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA  
**Tipo de Usuário:** Integral

#### Endereço Sede

**País:** Brasil  
**Cep:** 76160000  
**Número:** 2047  
**Município:** Sanclerlândia  
**Telefone:**

**Logradouro:** AV 5 DE JANEIRO  
**Complemento:**  
**Bairro:** SETOR RODOVIÁRIO  
**Distrito:**  
**SubDistrito:**  
**Fax:**

**UF:** GO

#### Endereço de Correspondência

**País:** Brasil  
**Cep:** 76160000  
**Número:** 2047  
**Município:** Sanclerlândia

**Logradouro:** AV 5 DE JANEIRO  
**Complemento:**  
**Bairro:** SETOR RODOVIÁRIO  
**Distrito:**  
**SubDistrito:**

**UF:** GO

**Telefone:**   **Fax:**   **E-mail:**

#### Dados da Outorga

**Data Publicação Contrato/Convênio:**

**Data Limite Instalação:**

**Número do Processo:**

**Fistel:**

**Caixa:**

**Sequência:**

### ☐ Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text" value="611"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="24/10/2001"/>	<input type="text" value="31/10/2001"/>	Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text" value="27696"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="SCM"/>	<input type="text" value="29/07/2002"/>	<input type="text" value="31/07/2002"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text" value="834"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="14/11/2003"/>	<input type="text" value="17/11/2003"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>



43455	▼	ATO	▼	SCM	▼	25/03/2004	▼	30/03/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▼
792	▼	Despacho	▼	MC	▼	28/10/2009	▼		Advertência	Jur. ▼

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

 Tela Inicial	 Imprimir
--	--



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

**DESPACHO Nº 792 DE 28 de outubro DE 2009**

**A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 do mesmo mês e ano, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 53000.000347/2007**, bem como em atendimento à faculdade conferida pelo disposto no § 1º do art. 59 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a modificação introduzida pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, resolve: **ADVERTIR a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RADCOM, no canal 200, no Município de Sanclerlândia, no Estado de Goiás, por contrariar o que está disposto nos itens 14.2 c/c 17.2 e 18.3.2.2 da Norma Complementar nº 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de Janeiro de 2004 do Ministério das Comunicações e Art. 40, inciso XXII combinado com o Art. 38 inciso I do Regulamento de Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 1998.

*E. F. Teixeira*

**ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA**

D.L. 834/2003



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

### Identificação do Processo

Número: 53000.071343/2013 Localidade / UF: SANCLERLÂNDIA/GO  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 200

### Processo

1. A Entidade é uma: Associação

#### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Arismar Leão do Amaral	779.575.391-49	Presidente	20/09/2014 20/09/2018	
Antonio Eustáquio da Rocha Júnior	008.957.661-67	Secretário	20/09/2014 20/09/2018	
Alcides Alves Pereira	479.014.971-49	Tesoureiro	20/09/2014 20/09/2018	
Marcia Castorina e Silva	893.221.181-72	Vice-Presidente	20/09/2014 20/09/2018	

#### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PROCESSO CADASTRADO E DIGITALIZADO-SEI.

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos: fl.02, doc.0178217.
- CNPJ válido e atual : fl. 03,doc.0178217.
- O Estatuto Social: fls.15 à 26,31,32 e 56, doc.0037215.
- Certidão Negativa ANATEL: fl.50, doc.0037215.
- Cópia do RG e CPF dos dirigentes: fls.10 e 11, doc.0105852, fl.40,doc.0037215, fl.06,doc.0265051.
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada: fl.06,doc.0178217 e fl.02,doc.0265051.
- Último relatório Conselho Comunitário: fls. 04 e 05, doc.0178217.

Conclusão da Análise-Processo Instruído.  
É o Relatório.

TADEU/DRMC/SC.21/05/15.

Tadeu Rosa

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina-DRMC/SC.

## NOTA TÉCNICA Nº 10821/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.071343/2013-48**

Assunto: **Renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Sanclerlândia/GO**, por meio da Portaria nº **611**, publicada no DOU de 31/10/2001, e Decreto Legislativo nº **834**, publicado no DOU de 17/11/2003.

### ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou 17/11/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 27/11/2013, às fls. nº 02, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
Associação Comunitária Cultural Juventina Maria Mendonça

QUADRO DIRETIVO
Presidente: Arismar Leão do Amaral.
Vice-Presidente: Márcia Castorina e Silva.
Tesoureiro: Alcides Alves Pereira.
Secretário: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, fls.15 à 26, 31, 32,56, doc.0037215.
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fl.06, doc.0178217, fl.02, doc.0265051.
		Ok,



3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	fls.10,11,doc.0105852, fl.40,doc.0037215, fl.06,doc.0265051.
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fl.02,doc.0178217.
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, fl.50,doc.0037215..
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, fl.03,doc.0178217.
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok,fls.04,05, doc.0178217.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.

MINUTA

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora

Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, 17 de novembro de 2023, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Juventina Maria Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão

comunitária, na localidade de Sanclerlândia/GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**RICARDO JERÔNIMO**  
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2015.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000481/1998 e nº 53000.071343/2013-48, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sanclerlândia/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos



termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria

entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 21/05/2015, às 11:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegado Substituto**, em 21/05/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/05/2015, às 14:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 27/05/2015, às 14:43, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 09/06/2015, às 12:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0517585** e o código CRC **8943D454**.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo



nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a

entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das



## Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.
19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a

ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	<b>DOCUMENTOS</b>			
--	-------------------	--	--	--



		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta



Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.  
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****DESPACHO**

Processo n.: 53000.071343/2013-48

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0604420), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		fl.02, doc.0037215.
1.1	O requerimento é tempestivo?		X	
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		fl.02. doc.0178217.
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		fl.50, doc.0037215.
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual.	X		fl.03, doc.0178217.
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		fls. 15 á 26,3132,56, doc.0037215.
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		fl.06, doc.0178217, fl.02, doc.0265051.
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		fls.10 e 11, doc.0105852 e fl.40, doc.0037215 e fl.06,doc.0265051.
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		fls.04 e 05, doc.0178217.
9	Relatório de apuração de infrações	X		Despacho Interno CODEN 04115



9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/08/2015, às 12:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0604143** e o código CRC **A47CC335**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.071343/2013-48**

**Interessado: Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**

**Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do Processo nº 53000.071343/2013-78 (ver Despacho 0604143), da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, entidade que requer renovação de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sanclerlândia, estado de Goiás, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/09/2015, às 15:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0698905** e o código CRC **486006F9**.

**Minutas e Anexos**

EM nº - MC

Brasília, de de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.



2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**RICARDO BERZOINI**

Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº , DE DE DE 2015.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000481/1998 e nº 53000.071343/2013,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RICARDO BERZOINI**



## PORTARIA Nº 4374/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000481/1998 e nº 53000.071343/2013, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RICARDO BERZOINI**



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2015, às 14:27, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0722342** e o código CRC **00F8AA32**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**RICARDO BERZOINI**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2015, às 14:27, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0722346** e o código CRC **8F3D3042**.



**PORTARIA Nº 156, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.020130/2015-92, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica INSPETECH - INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ nº 05.871.613/0001-18, situada no Município de Rio de Janeiro - RJ, na Rua Newton Prado, 46, Vasco da Gama, CEP 20.930-440 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**PORTARIA Nº 157, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.023055/2015-11, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica IPETRA INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR DE TRÂNSITO S/S LTDA, CNPJ nº 07.573.361/0001-76, situada no Município de Joaçaba - SC, na Rodovia BR 282, s/n, Km 391, Vila Remor, CEP 89.600-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**PORTARIA Nº 158, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.018273/2015-34, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica TRANSMETRO TECNOLOGIA DA QUALIDADE LTDA-ME, CNPJ: 05.673.750/0001-48, situada no Município de Rio de Janeiro - RJ, na Rua Sousa Barros, nº 404, Engenho Novo, CEP 20.961-150, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**PORTARIA Nº 159, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.014260/2015-96, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica QUALITEC - QUALIDADE TÉCNICA EM INSPEÇÃO AUTOMOTIVA LTDA - EPP, CNPJ nº 04.713.598/0001-17, situada no Município de Vila Velha - ES, na Avenida Carlos Lindenberg, 4.723, Galpão 06, Loja 07, Nossa Senhora da Penha, CEP 29.123-001 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**PORTARIA Nº 160, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.017146/2015-18, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica NITETRA SERVIÇOS VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ nº 05.752.649/0001-82, situada no Município de São Gonçalo - RJ, na Rua Oswaldo Vieira de Souza, 4651, Boa Vista, CEP 24.466-190 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**PORTARIA Nº 161, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.016614/2015-37, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica SETA - INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - ME, CNPJ nº 02.750.377/0001-93, situada no Município de Cuiabá - MT, na Avenida Kaytto Guilherme do Nascimento Pinto, s/n, Residencial Paiaguas, CEP 78.048-240 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**Ministério das Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 4.283, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.043652/2003-56, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURA E LAZER DO BAIRRO ASTECA, com sede à RUA 109 Nº 73 - AZTECA, na localidade de Governador Valadares/MG, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**PORTARIA Nº 4.369, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051987/2012-39 e nº 53670.000477/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO SETOR AEROPORTO CAMPOS DE BELOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Campos Belos / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**PORTARIA Nº 4.370, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058098/2011-11 e nº 53770.002934/1998 resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de trinta de Agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DE QUISSAMÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quissamã / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**PORTARIA Nº 4.372, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000730/1998 e nº 53000.056642/2011, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 28 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VIANÓPOLIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Vianópolis, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**PORTARIA Nº 4.373, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001246/1998 e nº 53000.031942/2012, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 10 de maio de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SOCIAL DE SANTO ESTEVÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Santo Estevão, estado da Bahia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**PORTARIA Nº 4.374, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000481/1998 e nº 53000.071343/2013, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.071343/2013-48**

**Referência: Portaria nº 4.374, de 22 de setembro de 2015.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 24/09/2015, da Portaria nº 4.374, de 22/09/2015, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 24 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 24/09/2015, às 14:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0735591** e o código CRC **ABBDF75D**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.071343/2013-48**

Entidade: **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça (associação Juventina Maria de Mendonça)**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4.374, de 22/09/2015, no Diário Oficial da União de 24/09/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Sanclerlândia/GO**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.071343/2013-48**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/10/2015, às 10:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0770100** e o código CRC **6323C7BE**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.071343/2013-48**

**Interessado: Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**

**Assunto: Atualização da Exposição de Motivos**

Solicitamos atualização da Exposição de Motivos (documento 0722346), em função da troca da Pasta Ministerial.

Brasília, 20 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemmin**, **Chefe de Divisão**, em 20/10/2015, às 16:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **077405** e o código CRC **72334**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0780264** e o código CRC **CBB8E182**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.071343/2013-48**

Entidade: **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4.374, de 22/09/2015, no Diário Oficial da União de 24/09/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Sanclerlândia/GO**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53000.071343/2013-48**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/01/2016, às 15:11, conforme art. 3º, III, das Portarias MC nº 9/2014 e MCTC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0909095** e o código CRC **3DB2A48B**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima***

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar

requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### **III - CONCLUSÃO**

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

**ANEXO**  
**PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

<b>DOCUMENTOS</b>		<b>SI</b>	<b>NÃO</b>	<b>Fls. /</b>
		<b>M</b>	<b>O</b>	<b>nº do</b>
				<b>doc.</b>
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

**Lucas Borges de Carvalho**

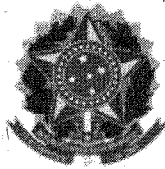
Assessor do Consultor Jurídico

**Alan Emanuel Cavalcante Trajano**

Consultor Jurídico



*Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque*

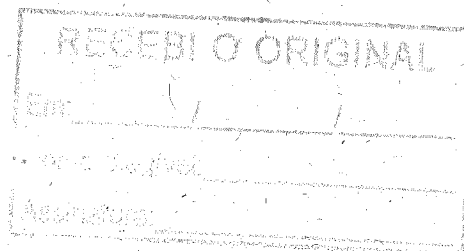


**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 4416/2016/SEI-MC



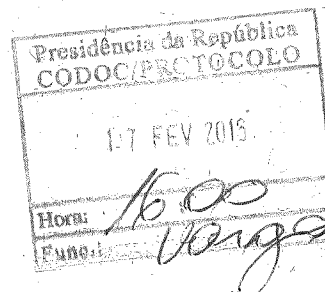
Ao Senhor

**ADAUTO MODESTO JÚNIOR**

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar  
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**



Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 01/2016 MC ✓

- 53000.020436/2013

EM nº 02/2016 MC ✓

- 53000.029406/2013

EM nº 03/2016 MC ✓

- 53000.055380/2013

EM nº 04/2016 MC ✓

- 53000.004800/2014

EM nº 05/2016 MC ✓

- 53000.059200/2013

EM nº 06/2016 MC ✓

- 53000.060033/2013

EM nº 07/2016 MC ✓

- 53000.026610/2013

EM nº 08/2016 MC ✓

- 53000.006807/2013

EM nº 09/2016 MC ✓

- 53000.069868/2013

EM nº 10/2016 MC ✓

- 53000.071599/2013

EM nº 11/2016 MC ✓

- 53000.005567/2013

EM nº 12/2016 MC ✓

- 53000.069421/2013

EM nº 13/2016 MC ✓

- 53000.057576/2013

EM nº 14/2016 MC ✓

- 53000.062556/2013

EM nº 15/2016 MC ✓

- 53000.029836/2013

EM nº 16/2016 MC ✓

- 53000.024521/2009

EM nº 17/2016 MC ✓

- 53000.046500/2013

EM nº 18/2016 MC ✓

- 53000.041415/2008

EM nº 19/2016 MC ✓

- 53000.067628/2013

EM nº 20/2016 MC ✓

- 53000.069249/2013

EM nº 22/2016 MC ✓

- 53000.059223/2013

EM nº 23/2016 MC ✓

- 53830.000833/2001

EM nº 24/2016 MC ✓

- 53000.058385/2013

EM nº 25/2016 MC ✓

- 53000.067636/2013

EM nº 26/2016 MC ✓

- 53000.070749/2013



EM nº 27/2016 MC ✓

- 53000.008262/2014

EM nº 28/2016 MC ✓

- 53000.071627/2013

EM nº 29/2016 MC ✓

- 53000.071201/2013

EM nº 30/2016 MC ✓

- 53000.027270/2013

EM nº 31/2016 MC ✓

- 53000.052005/2013

EM nº 32/2016 MC ✓

- 53000.001775/2003

EM nº 33/2016 MC ✓

- 53000.028782/2013

EM nº 34/2016 MC ✓

- 53000.053176/2013

EM nº 35/2016 MC ✓

- 53000.057226/2011

EM nº 36/2016 MC ✓

- 53000.057353/2011

EM nº 37/2016 MC ✓

- 53000.065557/2013

EM nº 38/2016 MC ✓

- 53000.017967/2013

EM nº 39/2016 MC ✓

- 53000.016224/2012

EM nº 41/2016 MC ✓

- 53000.069957/2013

EM nº 42/2016 MC ✓

- 53000.092143/2006

EM nº 43/2016 MC ✓

- 53000.008629/2012

EM nº 45/2016 MC ✓

- 53000.059736/2013

EM nº 46/2016 MC ✓

- 53000.064843/2007

EM nº 48/2016 MC ✓

- 53000.030808/2008

EM nº 49/2016 MC ✓

- 53000.023452/2013

EM nº 50/2016 MC ✓

- 53000.025519/2007

EM nº 51/2016 MC ✓

- 53000.050216/2012

EM nº 52/2016 MC ✓

- 53000.056637/2011

EM nº 53/2016 MC ✓

- 53000.071343/2013

EM nº 54/2016 MC ✓

- 53000.061913/2013

EM nº 55/2016 MC ✓

- 53000.056642/2011

EM nº 56/2016 MC ✓

- 53000.058098/2011

EM nº 57/2016 MC ✓

- 53000.020796/2013

EM nº 58/2016 MC ✓

- 53000.046522/2013

EM nº 59/2016 MC ✓

- 53000.069974/2013

EM nº 60/2016 MC ✓

- 53000.015829/2013

EM nº 61/2016 MC ✓

- 53000.039068/2013

EM nº 62/2016 MC ✓

- 53000.058131/2011

EM nº 63/2016 MC ✓

- 53000.065780/2013

EM nº 64/2016 MC ✓

- 53000.062558/2013

EM nº 65/2016 MC ✓

- 53000.057914/2011

EM nº 66/2016 MC ✓

- 53000.051987/2012

EM nº 67/2016 MC ✓

- 53000.020798/2013

EM nº 68/2016 MC ✓

- 53000.031942/2012

EM nº 69/2016 MC ✓

- 53000.056238/2011

EM nº 70/2016 MC ✓

- 53000.058125/2011

EM nº 71/2016 MC ✓

- 53000.052021/2011

EM nº 72/2016 MC ✓

- 53000.059226/2012

EM nº 73/2016 MC ✓

- 53000.057295/2012

EM nº 74/2016 MC ✓

- 53000.006880/2013

EM nº 75/2016 MC ✓

- 53000.062335/2013

EM nº 76/2016 MC ✓

- 53000.031927/2012

EM nº 77/2016 MC ✓

- 53000.070233/2013

EM nº 78/2016 MC ✓

- 53000.045558/2013

EM nº 79/2016 MC ✓

- 53000.046522/2011

EM nº 80/2016 MC ✓

- 53000.040134/2011

EM nº 81/2016 MC ✓

- 53000.016939/2012

EM nº 82/2016 MC ✓

- 53000.055763/2011

EM nº 83/2016 MC ✓

- 53000.020068/2012

EM nº 84/2016 MC ✓

- 53000.048414/2012

EM nº 85/2016 MC ✓

- 53000.071796/2013

EM nº 86/2016 MC ✓

- 53000.056634/2011



EM nº 105/2016 MC (antiga EM 394/2015 MC) ✓

- 53000.062227/2013

EM nº 106/2016 MC (antiga EM nº 368/2015 MC) ✓

- 53000.004549/2005

EM nº 108/2016 MC (antiga EM 120/2012 MC) ✓

- 53000.037683/2007

EM nº 109/2016 MC (antiga EM 672/2011 MC) ✓

- 53670.002069/2002

Atenciosamente,

**RENATA MORAES CHECCHIO**  
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 17/02/2016, às 10:49, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0969905** e o código CRC **A9732DA7**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.071343/2013-48**

**Referência:Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016.**

**Interessado: Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonca (associação Juventina Maria de Mendonça)**

**Assunto:Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 18 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 19/02/2016, às 10:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0974917** e o código CRC **0EB46DBA**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17635/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
**ARISMAR LEÃO DO AMARAL**  
Representante Legal da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça  
Avenida 5 de Janeiro, 2047, Centro.  
CEP: 76.160.000 - Sanclerlândia / GO.  
CNPJ nº 02.602.948/0001-42

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, sediada em **Sanclerlândia / GO**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **07 de novembro de 2013**, conforme Portaria nº 4.374, de 22/09/2015, publicada no DOU de 24/09/2015.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1137602** e o código CRC **C9ED3420**.

Ofício nº 17635/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.071343/2013-48



NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

OFÍCIO nº 17635/ 2016/SEI-MCTIC, de 18/05/2016

ENDEREÇO / ADDRESS

Nº DO PROCESSO: 53000.071343/2013-48

ARISMAR LEÃO DO AMARAL

ASS. COM. E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

CEP / CODE POSTAL

AVENIDA 5 DE JANEIRO, 2047, CENTRO.

76.160.000

SANCLERLÂNDIA / GO

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

01/06/16

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

3541997

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DU DESTINATAIRE

DANIEL RUIZ DE SILVEIRO TAVARES

AG. CORREIOS / CARTEIRO

8.331.975-1

AC SANCLERLÂNDIA/GO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CNO

AR

JO 39168266 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

31 / 05 / 16

13 : 55 h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações

Departamento de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Estacionamento do Ministério, Bloco R, Anexo B Sala 300-O  
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.071343/2013-48**

Entidade: **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/11/2017, às 16:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2373468** e o código CRC **AE8FBA61**.

## Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.



Respeitosamente,

---

**Referência:** Processo nº 53000.071343/2013-48

SEI nº 2373468

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2382462** e o código CRC **8B4E0A70**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 21/12/2017, às 09:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2516622** e o código CRC **5EB730AE**.

**Referência:** Processo nº 53000.071343/2013-48

SEI nº 2516622



Brasília, 16 de fevereiro de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*


**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**
**GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 6869/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
**MARCELO PACHECO DOS GUARANY**  
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
 Casa Civil da Presidência da República  
 Brasília/DF


 Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
064/2018	53000.018934/2013-97	Associação Comunitária Inocenciente de Comunicação e Marketing
065/2018	53000.050829/2011-81	RC FM – Rádio Comunitária de Itambé
066/2018	53000.062558/2013-78	Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM
067/2018	53000.052005/2013-15	Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD
068/2018	53000.069421/2013-44	Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo
069/2018	53000.045645/2013-61	Associação Comunitária Rádio Tropical FM
070/2018	53000.006951/2013-81	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN
071/2018	53000.027270/2013-57	Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru
072/2018	53000.062556/2013-89	Associação Lar Comunitário
073/2018	53000.067636/2013-21	Associação Local de Obras Assistenciais
074/2018	53000.021295/2013-47	Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM
075/2018	53000.071343/2013-48	Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça
076/2018	53000.057704/2012-62	Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois
077/2018	53000.065557/2013-85	Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto - MG
078/2018	53000.056215/2011-11	Associação Comunitária Farroupilha
079/2018	53000.058135/2011-91	Associação Comunitária Bonjardinense de Radiodifusão
080/2018	53000.058120/2011-23	Sociedade Rádio Comunitária Camará FM
081/2018	53000.045554/2013-25	Associação Cultural Comunitária Joanopolense
082/2018	53000.031927/2012-08	Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA)
083/2018	53000.059288/2011-56	Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN
084/2018	53000.016594/2013-60	Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo
085/2018	53000.070749/2013-11	Fundação Deputado Walfrido Monteiro
086/2018	53000.056641/2011-46	Associação Comunitária e Cultural Teresense
087/2016	53000.068677/2013-34	Fundação Beneficente Rosal da Liberdade
088/2018	53000.050217/2012-79	Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV
089/2018	53900.017160/2015-03	Associação Anunciação
090/2018	53900.049331/2015-55	Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira
091/2018	53000.006952/2013-26	Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR)
092/2018	53900.048224/2015-18	Associação Comunitária de Barros Cassal - ASCOBAC
093/2018	53900.049658/2015-27	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural
094/2018	53000.015797/2013-39	Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde
095/2018	53000.049958/2012-15	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
096/2018	53000.039184/2013-97	Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro - AMICENTRO
097/2018	53900.000757/2014-21	Associação Cultural Ideal



098/2018	53000.056216/2011-57	Associação Comunitária Cultural
099/2018	53900.024778/2014-31	Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim
100/2018	53900.049346/2015-13	Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM
101/2018	53900.029912/2015-71	Associação Comunitária Cultural Capimense
102/2018	53900.016430/2015-51	Associação Comunitária dos Moradores de Juruiaia
103/2018	53000.056241/2011-31	Race FM – Rádio Comunitária Educadora FM
113/2018	01250.006631/2017-18	TV Taubaté Ltda.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017**, em 27/02/2018, às 15:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2681350** e o código CRC **5193A0E8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6869/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2681350



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº: 53000.071343/2013-48**

**Referência: Ofício nº 6869/2018 SEI-MCTIC.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: CGRC**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 6869/2018 SEI-MCTIC, de 27 de fevereiro de 2018, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restituo o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 28/02/2018, às 16:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2689567** e o código CRC **65DFC38C**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.071343/2013-48

SEI nº 2689567

## Pedro Paulo Verano de Souza

---

**De:** Luciana Silveira Teixeira  
**Enviado em:** sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43  
**Para:** Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva  
**Cc:** Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho  
**Assunto:** Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC  
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC  
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC  
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC  
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC  
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC  
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC  
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC  
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC  
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC  
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC  
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC  
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC  
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC  
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC  
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC  
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC  
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC  
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC  
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)  
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)  
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)  
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)  
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)  
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)  
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)  
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)  
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)  
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC  
53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)  
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)  
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)  
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)  
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)  
53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)  
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)  
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)  
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)  
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)  
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)  
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)  
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)  
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)  
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)  
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)  
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)  
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)  
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)  
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)  
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)  
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)  
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)  
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)  
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)  
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)  
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)  
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)  
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)  
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)  
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)  
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)  
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)  
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)  
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)  
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)  
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)  
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)  
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)  
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)  
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)  
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)  
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)  
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)  
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)  
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)  
53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)  
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)  
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)  
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)



53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)  
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)  
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)  
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)  
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)  
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)  
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)  
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)  
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)  
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)  
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)  
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)  
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)  
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)  
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)  
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)  
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)  
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)  
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)  
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)  
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)  
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)  
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)  
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)  
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)  
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)  
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)  
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)  
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)  
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)  
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)  
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)  
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)  
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)  
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)  
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)  
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)  
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)  
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)  
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)  
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)  
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)  
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)  
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)  
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)  
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)  
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)  
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)  
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)  
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)  
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)  
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)  
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)  
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)  
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)  
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)  
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)  
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)  
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)  
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)  
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)  
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)  
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)  
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)  
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)  
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)  
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)  
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)  
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)  
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)  
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)  
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)  
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)  
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)  
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)  
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)  
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)  
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)  
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)  
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)  
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)  
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)  
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)  
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)  
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)  
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)  
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)  
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)  
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)  
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)  
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)  
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)  
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)  
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)  
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)  
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)  
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)  
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)  
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)  
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)  
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)  
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)  
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)  
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)  
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)  
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)  
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)  
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)  
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)  
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)  
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)  
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)  
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)  
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)  
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)  
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)  
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)  
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)  
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)  
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)  
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)  
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)  
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)  
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)  
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)  
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)  
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)  
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)  
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)  
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)  
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)  
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)  
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)  
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)  
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)  
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)  
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018



53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC



53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
<b>53000.071343/2013-48</b>	<b>Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC</b>
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)



53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)



53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)



53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)  
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)  
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)  
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)  
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)  
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)  
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)  
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)  
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)  
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)  
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)  
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)  
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)  
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)  
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)  
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)  
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)  
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)  
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)  
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)  
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)  
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)  
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)  
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)  
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)  
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)  
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)  
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)  
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)  
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)  
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)  
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)  
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)  
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)  
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)  
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)  
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)  
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)  
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)  
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)  
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)  
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)  
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)  
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)  
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)  
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)  
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)  
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)  
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)  
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)  
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)  
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)  
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)  
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)  
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)  
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)  
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)  
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)  
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)  
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)  
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)  
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)  
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)  
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)  
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)  
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)  
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)  
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)  
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)  
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)  
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)  
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)  
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)  
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)  
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)  
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)  
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)  
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)  
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)  
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)  
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)  
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)  
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)  
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)  
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)  
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)  
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)  
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)  
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)  
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)  
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)  
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)  
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)  
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)  
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)  
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)  
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)  
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)  
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)  
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)  
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)  
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)  
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)  
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)  
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)  
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)  
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)  
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)  
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)  
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)  
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)  
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)  
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)  
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)  
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)  
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)  
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)  
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)  
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)  
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)  
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)  
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)  
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)  
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)  
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)  
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)  
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)  
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)  
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)  
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)  
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)  
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)  
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)  
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)  
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)  
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)  
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)  
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)  
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)  
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)  
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)  
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)  
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)  
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)  
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)  
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)  
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)  
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)  
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)  
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)  
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)  
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)  
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)



53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)  
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)  
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)  
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)  
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)  
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)  
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)  
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)  
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)  
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)  
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)  
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)  
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)  
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)  
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)  
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)  
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)  
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)  
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)  
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)  
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)  
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)  
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)  
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)  
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)  
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)  
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)  
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)  
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)  
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)  
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)  
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)  
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)  
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)  
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)  
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)  
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)  
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)  
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)  
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)  
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)  
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)  
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)  
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)  
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)  
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)  
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)  
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)  
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)  
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)  
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)  
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)  
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)  
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)  
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)  
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)  
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)  
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)  
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)  
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)  
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)  
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)  
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)  
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)  
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)  
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)  
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)  
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)  
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)  
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)  
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)  
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)  
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)  
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)  
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)  
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)  
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)  
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)  
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)  
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)  
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)  
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)  
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)  
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)  
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)  
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)  
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)  
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)  
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)  
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)  
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)  
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)  
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)  
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)  
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)  
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)  
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)  
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)  
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)  
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)  
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)  
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)  
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)  
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)  
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)  
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)  
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)  
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)  
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)  
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)  
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)  
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)  
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)  
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)  
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)  
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)  
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)  
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)  
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)  
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)  
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)  
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)  
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)  
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)  
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)  
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)  
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)  
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)  
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)  
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)  
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)  
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)  
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)  
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)  
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)  
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)  
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)  
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)  
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)  
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)  
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)  
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)  
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)  
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)  
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)  
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)  
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)  
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)  
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)  
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)  
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)  
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)



53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)  
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)  
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)  
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)  
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)  
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)  
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)  
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)  
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)  
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)  
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)  
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)  
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)  
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)  
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)  
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)  
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)  
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)  
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)  
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)  
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)  
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)  
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)  
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)  
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)  
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)  
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)  
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)  
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)  
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)  
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)  
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)  
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)  
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)  
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)  
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)  
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)  
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)  
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)  
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)  
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)  
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)  
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)  
  
 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)  
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)  
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)  
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)  
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)  
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)  
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)  
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)  
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)  
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)  
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)  
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)  
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)  
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)  
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)  
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)  
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)  
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)  
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)  
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)  
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)  
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)  
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)  
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)  
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)  
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)  
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)  
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)  
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)  
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)  
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)  
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)  
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)  
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)  
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)  
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)  
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)  
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)  
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)  
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)  
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)  
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)  
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)  
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)  
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)  
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)  
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)  
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)  
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)  
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)  
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)  
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)  
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)  
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)  
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)  
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)  
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)  
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)  
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)  
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)  
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)  
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)  
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)  
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)  
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)  
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)  
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)  
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)  
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)  
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)  
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)  
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)  
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)  
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)  
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)  
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)  
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)  
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)  
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)  
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)  
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)  
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)  
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)  
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)  
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)  
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)  
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)  
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)  
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)  
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)  
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)  
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)  
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)  
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)  
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)  
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)  
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)  
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)  
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)  
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)  
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)  
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)  
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)  
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)  
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)  
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)  
  
 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)  
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)  
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)  
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)  
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)  
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)  
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)  
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)  
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)  
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)  
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)  
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)



53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)  
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)  
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)  
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)  
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)  
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)  
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)  
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)  
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)  
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)  
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)  
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)  
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)  
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)  
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)  
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)  
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)  
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)  
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)  
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)  
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)  
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)  
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)  
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)  
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)  
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)  
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)  
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)  
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)  
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)  
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)  
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)  
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)  
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)  
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)  
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)  
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)  
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)  
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)  
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)  
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)  
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)  
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)  
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)  
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)  
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)  
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)  
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)  
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)  
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

**Luciana Silveira Teixeira**

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

[luciana.teixeira@presidencia.gov.br](mailto:luciana.teixeira@presidencia.gov.br)

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.071343/2013-48.**

Entidade: **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Matima Alvares** **anis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 11/07/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliás Chaves Gurriel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **430208** e o código CRC **3423 A.D**

**Minutas e Anexos**

MINUTA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.071343/2013-48, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ nº 02.602.948/0001-42, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de novembro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sanclerlândia, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10821/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 4374, de 22 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.071343/2013-48, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ nº 02.602.948/0001-42, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de novembro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sanclerlândia, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10821/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 4374, de 22 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37161/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4701981** e o código CRC **BDDE9947**.

**Referência:** Processo nº 53000.071343/2013-48

SEI nº 4701981





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37161/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4701981** e o código CRC **BDDE9947**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica



DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga.**

Protocolo nº: 53000.071343/2013-48 (Processo de Outorga nº 53670.000481/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicado no DOU DE 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça**, sediada na localidade de **Sanclerlândia/GO** tem validade até 17/11/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

**VALKIRIA FERREIRA MACHADO**

Chefe de Divisão

## ANEXO 12

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 071343/2013-48

SEAPA/SCE

08/12/2013-10:59

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ sob o nº 02.602.948/0001-42, com sede na Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, na cidade de Sanclerlândia, Estado de Goiás, CEP 76.160-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 611 datada de 31/10/2001 e Decreto Legislativo nº 834/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 14/11/2003, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Sanclerlândia – GO, 27 de novembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Jovair Mendonça Vieira  
Presidente da Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de MendonçaNome do representante da entidade: JOVAIR MENDONÇA VIEIRA  
CPF: 327.881.692-72Jovair  
130



RELACÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME  
SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462 DE  
14 DE OUTUBRO DE 2011. (Item alterado pela Portaria nº 197, de 1º de julho de  
2013).



1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

  
Jovair Mendonça Vieira  
Presidente da Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**



Eu, JOVAIR MENDONÇA VIEIRA, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Sanclerlândia – GO, 27 de novembro de 2013.


  
JOVAIR MENDONÇA VIEIRA  
Presidente da Associação

## DECLARAÇÃO



A Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ sob o nº 02.602.948/0001-42, com sede na Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, na cidade de Sanclerlândia, Estado de Goiás, CEP 76.160-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 611 datada de 31/10/2001 e Decreto Legislativo nº 834/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 14/11/2003, neste ato representada por seu Presidente, senhor Jovair Mendonça Vieira, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município de Sanclerlândia – GO, portador CPF nº 327.881.692-72, DECLARA para todos os fins que se fizerem necessários que solicita a vistoria da ANATEL, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Sanclerlândia – GO, 27 de novembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Jovair Mendonça Vieira  
Presidente da Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça



## DECLARAÇÃO



A Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ sob o nº 02.602.948/0001-42, com sede na Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, na cidade de Sanclerlândia, Estado de Goiás, CEP 76.160-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 611 datada de 31/10/2001 e Decreto Legislativo nº 834/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 14/11/2003, neste ato representada por seu Presidente, senhor Jovair Mendonça Vieira, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município de Sanclerlândia – GO, portador CPF nº 327.881.692-72, DECLARA para todos os fins que se fizerem necessários que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da licença de funcionamento da estação.

Sanclerlândia – GO, 27 de novembro de 2013.



Jovair Mendonça Vieira  
Presidente da Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

Endereço para correspondência: AVENIDA 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO, SANCLERLÂNDIA  
– GO, CEP 76.160-000

Telefone para contato: 064- 3679-1155 / 64 8137-0239 / 64 8124-9845 / 64 81122206.

Correio eletrônico (e-mail) rebrcastro1@hotmail.com.



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.602.948/0001-42</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>06/01/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ASSOCIACAO JUVENTINA MARIA DE MENDONCA</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>AV 5 DE JANEIRO</b>		NÚMERO <b>2047</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>76.160-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>SANCLERLANDIA</b>	UF <b>GO</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>09/11/2007</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **27/11/2013** às **10:08:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)





República Federativa do Brasil  
COMARCA DE SANCLERLÂNDIA - ESTADO DE GOIÁS

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

CGC nº 02.888.048/0001-03

José Pinto de Paiva  
Oficial Tabelião

Vania de Faria Paiva Alves  
Escrevente e Suboficial

Av. X, Qd. M, Lt. 05/17 - St. Planalto - CEP: 76.160-000 - Sanclerlândia-GO - Telefax (64)3679-1157

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, a requerimento verbal de parte interessada, revendo nesta Serventia, no Livro A-1 - Registro de Pessoas Jurídicas, às fls. 53/54, constatei o registro do Estatuto da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, registro nº 036 em 23/06/1998, **havendo uma alteração** no referido estatuto, sendo averbado em 15/03/2001, onde foi feita a inclusão da letra "g", no artigo 1º do capítulo I (Constituição, Denominação e Objetivos do Estatuto da Associação, que tem o seguinte teor: "g) *buscar junto aos órgãos competentes, a obtenção para excução de serviços de radiodifusão em Sanclerlândia e a exploração de tais serviços de acordo com a legislação, divulgando as informações relacionadas com a comunidade sanclerlandense com a participação de outras entidades relacionadas no sentido de levantar e discutir os problemas sociais, culturais e afins*", não havendo outra alteração, até a presente data.

Sobre o pedido feito, é o que me cumpre certificar.

Sanclerlândia, 14 de novembro de 2013.



*Vania de Faria Paiva Alves*  
Vania de Faria Paiva Alves  
- Escrevente Aut. -

Emolumentos: R\$ 23,37  
Taxa Judiciária: R\$ 10,11  
Total: R\$ 33,48





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO -- SANCLERLÂNDIA -- GO  
Fone: 64 -- 3679-1155



**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

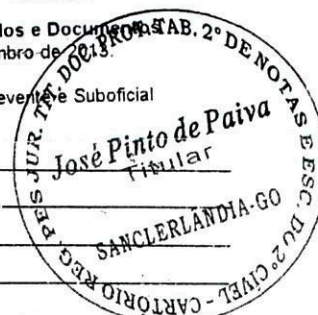
Ata da reunião extraordinária da Assembleia Geral da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de 2009, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia – GO, às 20:00, reuniram-se, extraordinariamente, os membros da Associação, nos termos do Edital nº 002/2009 e do Estatuto da instituição, a saber: os membros da Diretoria Executiva – Presidente: Jovair Mendonça Vieira. Vice Presidente: Rogério Moreira. 1º Tesoureiro: Alcides Alves Pereira. Presidente do Conselho Fiscal, Itamar Leão do Amaral. Presidente do Conselho de Programação: Aylton Filemon de Macedo. Membros do Conselho Comunitário: Valdivino Mendonça da Silva e Suede Maria da Silva. A pauta da Reunião consiste na proclamação, pela Comissão Eleitoral, do resultado das Eleições para a Diretoria Executiva da Associação comunitária, para o período de 11/01/2010 a 10/01/2015. Dada a palavra ao Presidente da Comissão Eleitoral, o mesmo agradeceu a presença de todos, ressaltando o quanto foi proveitoso o pleito eleitoral, que transcorreu sem qualquer tipo de problema, com a participação efetiva dos membros associados. Segundo o presidente a votação foi expressiva, e como só havia uma chapa concorrendo ao pleito, não houveram incidentes a serem relatados. Passando à proclamação do resultado, o Presidente da Comissão Eleitoral proclamou vencedora a chapa única, composta pelos seguintes membros: PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, SECRETÁRIO: Rogério Moreira, 1º TESOUREIRO: Jaime Sabino de Souza, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Fabrícia Amélia Campos. A Posse da nova Diretoria Executiva ficou agendada para o dia 11/01/2010, às 20:00, na sede da Associação. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Rogério Moreira, secretário desta assembleia e Vice presidente da Associação; pelo Presidente da Associação, senhor Jovair Mendonça Vieira, pelo 1º Tesoureiro, senhor Alcides Alves Pereira, e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

049913040309491120000006 - Verifique em: [extrajudicial.tjgo.jus.br/sis](http://extrajudicial.tjgo.jus.br/sis)

Protocolo. 2.208 AV-36 Livro: A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia, GO, 14 de novembro de 2009.

Vanila de Faria Paiva Alves - Escrevente Suboficial





Ata da primeira Assembléia Geral, Eleição e Posse da Diretoria da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, aos dez dias do mês de janeiro de 2000, reuniram-se os representantes do município de Sanclerlândia, Estado de Goiás, conforme feita pelo Edital do dia três de janeiro, com a finalidade de realizar primeira Assembléia Geral para eleger e dar posse a primeira Administração da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Para presidir e secretariar a reunião foram aclamados, respectivamente, o Sr. Jovair Mendonça Vieira e a Srª Marisa de Fátima Alves, tomando da palavra deu por iniciados os trabalhos, fazendo a chamada dos presentes, de acordo com o Estatuto Social aprovado em reunião de 05 de fevereiro de 1998, observado estar o quadro de associados com número suficiente de quorum, o Sr. Presidente oficializou a instalação da Assembléia Geral, lendo para os presentes a ordem do dia, onde constava como item a Eleição e Posse da primeira Administração. Em continuidade, solicitou à Srª Secretária que apresentasse a relação das chapas de consenso, indicado para compor a primeira Administração e os Cargos da Diretoria os seguintes associados: Presidente-Jovair Mendonça Vieira; Vice-Presidente-Rogério Moreira; 1º Tesoureiro- Alcides Alves Pereira, 2º Tesoureiro-José Braz Correia, Secretário Executivo-Itamar Leão do Amaral, Presidente do Conselho Fiscal-José Nadir de Faria. Após apresentada a chapa e observado haver o consenso dentre todos os associados presentes, o Sr. Presidente Jovair Mendonça Vieira determinou à Srª Secretária que procedesse a apresentação da chapa, para aclamação por parte dos associados. Após a aclamação por unanimidade por parte dos presentes, a Srª Secretária propôs aos Sr. Presidente da reunião que se procedesse a posse dos aclamados para a primeira Administração da Associação, o Sr. Presidente acolhendo a proposta chamou para a mesa os eleitos e, diante de todos os presentes deu como empossada a Primeira Administração da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça passando a palavra para o Sr. Presidente eleito da Associação Jovair Mendonça Vieira que tomando da palavra agradeceu aos presentes e propôs, de acordo com o Estatutos, a nomeação e instalação do Conselho Comunitário de Programação o Sr. Aylton Filemon de Macedo e para membros do referido Conselho, os Srs. Jos-e Damas, Valdivino Mendonça da Silva, Márcia Vaz de Oliveira e Suêde Maria da Silva, nada mais tendo a se tratar, o Sr. Presidente agradeceu a todos e encerrou a sessão, mandando lavar a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos, vai assinada por mim e todos os membros.

Itamar Leão do Amaral  
Jovair Mendonça Vieira  
Marcia Vaz de Oliveira  
João Batista Daniel  
Rogério Moreira  
Leandro Luis Daniel  
Marisol Sabino de Souza  
Marisa de Fátima Alves  
José Nadir de Faria  
José Braz Correia  
Lindomar Evangelista de Lima  
Aylton Filemon de Macedo  
Rosilda P. da Silva  
José Tolentino da Silva  
José Jodemar de Sousa  
Suede Maria da Silva  
Jeová Constantino Santiago  
José Damas  
Valdivino Mendonça Vieira

#### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia foi extraída do Livro de Registro de Atas da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, nº 01, fls. 11 a 12v.

Sanclerlândia, 15 de março de 2001.

Jovair Mendonça Vieira  
Presidente

01  
PARTÓRIO DE REG. DE PES JUR. TÍT. DOC.  
PROT. TAB. 2º DE NOTAS E ESC. 2º DO CIVEL  
**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original. Dou fé.

SANCLERLÂNDIA  
GO 05 NOV. 2007





660 Protocolo-1-A..... Pag. 185  
Apresentad do dia 15 de março  
de 19 2001 / JPPau  
O Oficial

### C E R T I D ã O

Certifico e dou fé que nesta data registrei  
a presente ata, às margem do R.digo, às fls. 64  
a 65 do Livro nº 01, Registro de Pessoas Jurídicas  
sob o número 54. Sancerlândia - Goiás, 15 de mar-  
ço de 2001.

*Jose Pinto de Paiva*  
Jose Pinto de Paiva - Oficial

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e  
Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas  
e Escriania 2º do Cível.

JOSÉ PINTO DE PAIVA - Titular  
SANCERLÂNDIA - GOIÁS





Ilmo. Sr.  
Oficial do Cartório de Registro de Títulos e Documentos  
NESTA

A Associação Comunitária e Cultural Joventina Maria de Mendonça, com sede nesta cidade, à Professora Ivani Maria Alves, Quadra 04, Lote 02, Setor Rodoviário, por seu Presidente infra-assinado, vem mui respeitosamente junto a V. Sa. Solicitar o seu Registro no Livro de Pessoas Jurídicas, aos termos do competente Estatuto anexo e demais documentos que instrui o presente.

N. Termos

A. Deferimento.

Sanclerlândia, 23 de junho de 1998

*Jovair Mendonça Vieira*  
Jovair Mendonça Vieira  
-Presidente-

Nº 531 Protocolo-1-A Pag. 163  
Apresentado em 23 de junho  
de 1998  
O Oficial *[Assinatura]*

REGISTRO Sob nº 036 fls. 53 do Livro  
A registro de pessoas jurídicas  
Protocolos de 13 de junho de 1998  
O Oficial *[Assinatura]*



Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos,  
Protocolos de 13 de junho de 1998  
Sanclerlândia - Goiás



Ilmo. Sr.  
Oficial do Cartório de Registro de Títulos e Documentos  
NESTA



A Associação Comunitária e Cultural Joventina Maria de Mendonça, com sede nesta cidade, à Professora Ivani Maria Alves, Quadra 04, Lote 02, Setor Rodoviário, por seu Presidente infra-assinado, vem mui respeitosamente junto a V. Sa. Solicitar o seu Registro no Livro de Pessoas Jurídicas, aos termos do competente Estatuto anexo e demais documentos que instrui o presente.

N. Termos

A. Deferimento.

Sanclerlândia, 23 de junho de 1998



*Jovair Mendonça Vieira*  
Jovair Mendonça Vieira  
-Presidente-

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVELS  
E TABELIONATO 1º. DE NOTAS  
SANCLERLÂNDIA - GO

Reconheço verdadeira(s) a(s) assinatura(s) de  
*Jovair Mendonça Vieira*  
pessoa(s) por mim devidamente identi-  
ficada(s), e por haver(em) sido aposta(s) em  
minha presença, do que dou fé.  
Em test. *[Signature]* da verdade.

SANCLERLÂNDIA, GO. 23, 06, 1998  
*Aydon Filemon de Macedo*  
Aydon Filemon de Macedo - Oficial e Tabelião

Nº 531 Protocolo-1-A Pag. 163  
Assentado do 23 de junho  
de 1998  
*[Signature]*  
Oficial

RECEBTO Nº 036 de 53 do Livro  
A de 100 pessoas jurídicas  
Prot. nº 23 06 98  
*[Signature]*

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVELS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DE 1º. DE NOTAS E 2º. DO CÍVEL  
SANCLERLÂNDIA - GO



Ministério das Comunicações  
14  
10

# ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

## CAPÍTULO I

### DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1 – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de Sanclerlândia-Go.. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transporte, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada no endereço na Rua Professora Ivani Maria Alves Qd-04 Lt-02 Setor Rodoviário – Sanclerlândia-Go.

Art.2 – Os objetivos sociais que fundamentam s sua constituição são os seguintes:

a)Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;

b)Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismo e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;

Assinatura José Lacerda  
08.13.336







c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimentos, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;

d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

e) Fortalecer os laços institucionais entre os representantes públicos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;

f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento da Lei, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e consideração para com os direitos individuais e coletivos valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção;

Parágrafo Único – Para alcançar seus objetivos a Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências; organizando cursos, treinamentos e qualificações de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizados; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais; realizando programas especiais em emissora de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sobre sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismo de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente o cidadão associados, atendendo, naturalmente, as normas constitucionais (art. 5º Inciso IX da Constituição).

CARTÓRIO DE REG. DE PES. JUR. TÍT. DOC.  
PROT. TAB. 2º DE NOTAS E ESC. 2º DO CÍVEL  
**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original. Dou fé.

05 NOV 2007



**AUTENTICAÇÃO**

07130000220





## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 3 – Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Sanclerlândia, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

Parágrafo 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao conselho comunitário.

Parágrafo 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

Parágrafo 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a)- FUNDADORES – os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da associação;
- b)- CONTRIBUINTES – os que se inscreveram após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia;
- c)- HONORÁRIOS – cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade ao Município, ao Estado e à sociedade.

Art. 4- São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

a)- Aceitar como seus objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividade e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembléias;

b)- Prestigiar com sua presença ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades.







c)- Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembléias indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 5º - Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a)- Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- b)- Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c)- Afastamento do Quadro Social.

Parágrafo 1º - O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou da tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo 2º - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se dispunha a retomar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.

### CAPÍTULO III

#### DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

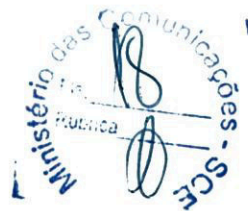
Art. 6 – São Legítimos Dirigentes:

- a)Presidente
- b)Vice-Presidente
- c)Secretário
- d)Tesoureiro
- e)Conselho Comunitário
- f)Historiador

Art. 7 – Compete ao Presidente:

- a)Representar a Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça em todos os Atos Públicos, em Juízo e fora dele;
- b)Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para Atos decorrentes das atividades Associativas;
- c)Presidir às assembléias extraordinárias;
- d)Presidir Conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, públicas da Associação;
- e)Dar posse ao membro da Diretoria;





- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da Entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em geral, aceitar bens em comodato;
- i) assinar com secretário, as Atas de Reunião e Assembléias;
- j) Assinar com Tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça a quaisquer ordem de pagamentos ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécie de título, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro. X

*Presidente*  
**Art. 8 – Compete ao Vice-Presidente:**

Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designada e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

**Art. 9 – Compete ao Secretário:**

Superintender os trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembléias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as Atas de reunião da Diretoria e das Assembléias;
- d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.

**Art. 10 – Compete ao Tesoureiro:**

- a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre solicitados;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda a clareza e arquivamento de comprovantes;
- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitados, todos os dados referentes às suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.







Art. 11- Compete ao Conselho Comunitário:

a) Acompanhar divulgações da associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;

b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, religiosos ou moradores, desde que legalmente instituídas.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÃO GERAIS E PERMANENTES

Art. 12 – O mandato da Diretoria Executiva será de cinco anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a conseqüente fixação de custos de taxas correspondentes.

Art. 13 – As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembléia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14 – A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembléia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

## CAPÍTULO V

### DAS ELEIÇÕES

Art. 15 – Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.







Art. 16 – Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Art. 17 – Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Art. 18 – As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19 – A Assembléia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da associação.

Art. 20 – As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21 – As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22 – A Presidência poderá autorizar a Secretaria-Geral e a Tesouraria a convidar pessoas filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23 – O Atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

## CAPÍTULO VII

### DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 24 – A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) contribuições regulares de filiados;
- b) subvenções, auxílios e dotações;
- c) doações e legados;
- d) rendas patrimoniais;





e) contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;

f) arrecadação contributiva decorrentes de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República do Brasil;

Parágrafo Único – Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

Art. 25 – A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

## CAPÍTULO VIII

### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 26 – A Assembléia Geral é órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o “Livro de Presença”, onde sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo 3º - O Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando ser tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5º - A Ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e por 03 (três) sócios escolhidos pela Assembléia.

Art. 27 – A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 28 – São atribuições da Assembléia Geral:







a) examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;

b) eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;

c) destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para esse finalidade em Assembléia Geral Extraordinária;

d) promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma de letra c deste Artigo;

e) deliberar sobre os demais assuntos constante da "Ordem do Dia".

Art. 29 – A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos, Fiscal, ou por 1/3 (um terço), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30 – As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante edital à ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 31 – A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associados, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votada, o sócio quite com a Tesouraria.

Parágrafo 3º - os Sócios beneméritos poderão participar da Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 32 – Na falta do comparecimento à Assembléia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto na letra c, do Artigo 28.







## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

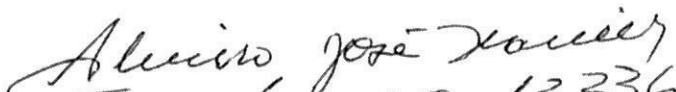
Art. 34 – O presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 35 – A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terço), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal.

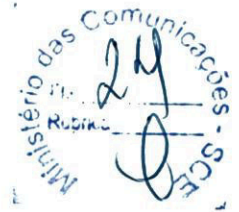
Parágrafo Único – Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Sanclerlândia, 20 de março de 1998

  
**JOVAIR VIEIRA DE MENDONÇA**  
Presidente da Associação Comunitária e Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

  
OAB-60. nº 13336





## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

Art. 34 – O presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 35 – A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terço), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Sanclerlândia, 20 de março de 1998

1º OFICIAL

*Jovair Mendonça de Oliveira*  
**JOVAIR VIEIRA DE MENDONÇA**

Presidente da Associação Comunitária e Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

1º 531 Protocolo-1-A Pag. 163  
presente do dia 23 de junho  
e 1998  
O Oficial *Repaltes*

REGISTRO Sub n.º 036115.53 do Livro  
1 registro de pessoas jurídicas  
Protocolos Sanclerlândia 23/06/1998  
O Oficial *Repaltes*

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos,  
Documentos e Protocolos, Tabelionato 2º de Notas  
e Escrivânia 2º do Cível.

JOSÉ PINTO DE PAIVA - Titular  
SANCLERLÂNDIA - GOIÁS

*Alcino José Xavier*  
TAB-60. n.º 1333



SEI 53000.071343/2013-48 / pg. 26





Relação da Diretoria da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL  
JOVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Presidente: JOVAIR MENDONÇA VIEIRA, brasileiro, casso, funcionário público municipal, residente e domiciliado à Rua Lázaro Antônio Vieira, s/n, Centro, nesta cidade.

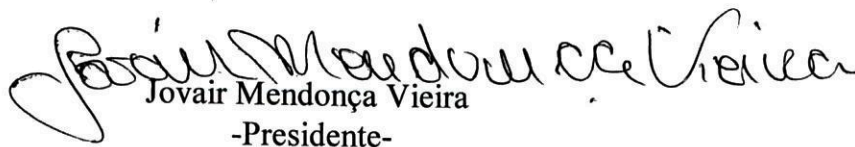
Vice-Presidente: ARISMAR LEÃO DO AMARAL, brasileiro, casado, torneiro mecânico, residente e domiciliado à Av. Independência, 123, nesta cidade.

Secretário: ITAMAR LEÃO DO AMARAL, brasileiro, solteiro, torneiro mecânico, residente e domiciliado à Av. 5 de Janeiro, 2.047, nesta cidade.

1º Tesoureiro: JEANNE ALVES MONTE, brasileira, solteira, médica, residente e domiciliada à Rua Professora Ivani, s/n, Setor Rodoviário, nesta cidade.

2º Tesoureiro: HELENA MOTA FERREIRA, brasileira, casada, costureira, residente e domiciliada à Rua 1º de Maio, 33, centro, nesta cidade.

Sanclerlândia, 23 de junho de 1998

  
Jovair Mendonça Vieira  
-Presidente-

Nº 531 Protocolo-I-A Pag. 163  
Apresentado do dia 23 de junho  
de 1998  
O Oficial

REGISTRO Sob nº 036 fls. 53 do Livro  
de registro de pessoas jurídicas  
Protocolos Sanclerlândia 23.06.1998  
O Oficial

Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos,  
Documentos e Títulos, Tabelionato 2º de Notas  
e Escrituras da Cidade  
JOSE LUIZ DE PAIVA - Titular  
SANCLERLÂNDIA - GOIÁS





sta da Fundação da Associação  
Comunitária e cultural de Sancerlândia go  
teira de mendonça

Aos 06 (seis) dias de mês de janeiro de 1998  
às 8 Hs, reuniram-se moradores do município de San-  
cerlândia Go nesta cidade com a finalidade de fun-  
dar a associação comunitária; depois de ampla-  
mente instaladas e acomodadas, as presente, apre-  
sentou para presidi-la o sr. Itamar Beão do  
Amaral, depois de declarar aberta a presente reunião  
solicitou a mim Helena Maria Ferreira para secretariá-la  
em seguida o sr. presidente colocou em pauta a  
necessidade de fundarmos uma associação co-  
munitária e cultural, para promover a integração  
social na comunidade, estabelecer um relacio-  
namento de companheirismo, de solidariedade e  
cooperação entre os moradores, no sentido também  
de estudar e preservar as raízes culturais básicas  
da população, estimulando especialmente nos jovens  
a manifestação folclórica, artística e cultural,  
preservarmos também o patrimônio histórico, como a  
Casa do Fundador Santiclaire Rodrigues de Mendonça  
transformando em museu e outros que a sociedade  
fulgarem necessário. Após vários oradores enalteceram  
a grande necessidade de união e trabalho que visa  
também preservarmos a história de nosso povo em  
seguida foi colocada em votação a Fundação da  
Associação Comunitária e cultural Ina Juventina Maria  
de Mendonça de Sancerlândia, aprovada por aclamação  
sobre colorosa saúva de palmas. Em seguida o  
presidente declarou Fundada a Associação Comunitária  
e cultural Juventina na de Mendonça prosseguindo  
o presidente mostrou que é necessário a eleição de um



presidente, secretário tesoureiro para sinotória / provisória; sendo apresentados os nomes dos sr: Jovair Mendonça Vieira, o neto do Fundador da cidade para presidente, Itamar Beão do Amaral secretário Jeanne Alves Monte tesoureira, sendo eleita por aclamação. Em ato contínuo o sr: presidente declarou empossada a sinotória provisória, passando presidência desta assembleia ao presidente recém eleito e empossado. Sr: Jovair Mendonça Vieira que agradeceu a presença de todos dizendo não vamos medir esforços para preservarmos história do nosso povo e juntos, vamos buscar soluções para o bem estar da coletividade, e declarou a palavra franqueada sendo que vários oradores enalteceram a criação desta associação. Em seguida sr: presidente comunicou a todos membros fundadores, sessão para aprovação do seu estatuto no dia 20 (Vinte) dias do mês de março de 1998 às 20 Hs: na Av 5 janeiro nº 2047 Setor Rodoviário esp: Professora Ivani de Faria Sauerlandia - Eo agradeceu a todos e encerrou a sessão, após lida e aprovada por todos e assinada por mim e todos membros fundadores.

Itamar Beão:

Jovair Mendonça Vieira

Assis Alves Pereira

Benedito Olimia da Silva

Nilton Antonio de Jesus

Aluisio José Xavier

Leora Constantino Santana

Jeanne Alves Monte

Itamar Beão do Amaral

Penélope S. Oliveira Pedrosa

Helena Costa Ferreira

Protocolo 1-A  
Nº 531  
Apresentado em 23 de junho de 1998  
Pág. 163

REGISTRO de pessoas jurídicas  
A registro de pessoas jurídicas  
Protocolo nº 531  
Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Escrituras  
JOSE PINTO - TITULAR  
SANCHELANDIA - GOIAS

CARTÓRIO D  
PROT. TAB. 2  
AUTENTICAÇÃO  
Confere  
SANCHELANDIA  
GO  
NOV. 2007  
AUTENTICAÇÃO  
07138000233



Ao  
Cartório Oficial de Registro de Pessoas Jurídicas  
N E S T A



O Sr. Jovair Mendonça Viera, presidente da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, vem com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Senhoria, requerer a averbação da alteração estatutária da Associação, constante da Ata de Sessão Extraordinária, bem como o registro da ata da primeira Assembléia Geral para eleição e posse da nova mesa diretora.

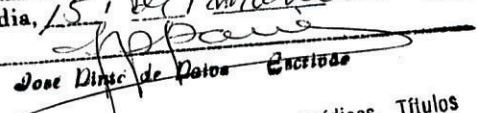
Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Sanclerlândia, 15 de março de 2001.

  
Jovair Mendonça Viera  
Presidente

659 Protocolo-1-A Pag. 185  
Apresentad do dia 15 de março  
de 2001  
O Oficial



**CERTIDÃO**  
Certifico e dou fé que procedi a averbação  
da Ata de Sessão extraordinária da Ass.  
Com. e Cultural Juventina Maria de Mendonça  
Sanclerlândia, 15 de março de 2007.  
  
José Diniz de Paula Escrivão

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos  
Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas  
e Escrivania 2º do Cível.  
JOSE PINTO DE PAIVA Titular  
SANCLERLÂNDIA - GOIÁS

Ata da Sessão Extraordinária da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e um, reuniram-se na sede da Associação os seus representantes e sócios, conforme convocação feita pelo Edital 001/01, de 01/03/01, com a finalidade de analisar e atender ao disposto no ofício nº 001/01/SSR/DOUL-MC do Ministério de Serviços de Radiodifusão/Departamento de outorga de serviços de radiodifusão, de 16 de fevereiro de 2001. Após a abertura da sessão, o presidente pediu ao secretário, que procedesse a leitura oral do referido ofício para que todos os presentes tomassem conhecimento do assunto, objeto da pauta do dia, que após analisado pelos presentes, por unanimidade e em observância ao que determina o artigo 15 § 1º, alínea "a", do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63, determinaram a inclusão da letra g, ao artigo 1º do Capítulo I (Constituição, Denominação e Objetivos do Estatuto da presente Associação) que tem o seguinte teor: "(g) Buscar junto aos órgãos competentes, a obtenção para execução de serviços de radiodifusão em Sanclerlândia e a exploração de tais serviços de acordo com a legislação, divulgando as informações relacionadas com a comunidade sanclerlandense com a participação de outras entidades no sentido de levantar e discutir os problemas sociais, culturais e afins"; dando continuidade o presidente incumbiu ao Sr. Secretário de atender às demais exigências do Ofício supramencionado. E não havendo nada mais a se tratar o presidente deu por encerrada a presente ata da sessão que depois de lida e aprovada será assinada por mim que a lavrei e pelos demais interessados. Sala das Sessões aos sete dias do mês de março de dois mil e um.

Ass. Comunicação  
Bica

*Handwritten signatures and names:*  
 J. Mendonça  
 Rogério Moura  
 Maria de F. Almeida  
 Marisol Sabino de Souza  
 Lindomar Gonçalves de Lima  
 Sueli M. Silva  
 José Valente da Silva  
 Maria Odemir de Souza  
 Fabíola R. da Silva

Cartório de Reg. de Pes. Jur. Tit. Doc.  
 DE NOTAS E ESC. 2º DO CÍVEL  
 AUTENTICAÇÃO  
 Confere com o original Dou fe.  
 05 NOV. 2007  
 Selo de Autenticidade  
 Corregedoria Geral da Justiça  
 AUTENTICAÇÃO  
 07138000235

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
 E TABELAMENTO DE NOTAS  
 AUTENTICAÇÃO  
 Confere com o original  
 Sanclerlândia - Go. 16 / 03 / 2001  
 Aylton Filomeno de Macedo  
 Oficial e Tabelante

Nº 659 Protocolo-1-A Pag. 185  
Apresentad do dia 15 de março  
de 2001  
O Oficial

C E R T I D ã O

Certifico nesta data, procedi a AVERBAÇÃO à margem do R.36, fls.53 do Livro de Registro de Pessoas Jurídicas, nº 1, da Ata, ou melhor desta Ata, ficando-a como parte integrante do Registro acima, ficando uma via arquivada neste Cartório. O referido é verdade e dou fé.

Sanclerlândia, 15 de março de 2001.

*Jose Pinto de Paiva*  
José Pinto de Paiva - Oficial

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos  
Documentos e Protestos, Tabelionato 2º de Notas  
e Escrivania 2º do Cível.

JOSE PINTO DE PAIVA - Titular  
SANCLERLÂNDIA - GOIÁS



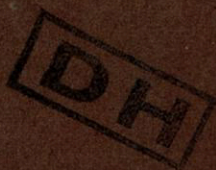


**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**Endereço:** Esplanada dos  
CEP: 70044-900 – Brasília-DF

**Assunto:** RENOVAÇÃO DE OUTORGA

**Interessada:** Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça





**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**



**Identificação do Processo**

Número: 53000.071343/2013 Localidade / UF: SANCLERLÂNDIA/GO  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 200

**Processo**

1. A Entidade é uma: Associação

**2. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

**Mapa RadCom:**

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom FL. 06
- CNPJ válido e atual FL. 08
- O Estatuto Social FL. 14 ss

**Pendências:**

- Certidão Negativa ANATEL
- Cópia do RG e CPF
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada ? venceu o mandato
- Último relatório do Conselho Comunitário

\*\*\*WALLACE S. PINHEIRO

WALLACE

~~Natália Froemming~~





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6177



Ofício nº 617 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

Ao Senhor (À Senhora)

**JOVAIR MENDONÇA VIEIRA**

Da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

Avenida 05 de Janeiro, nº 2047, Centro  
76.160-000 Sanclerlândia – GO

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.071343/2013-48.**

Ao Senhor (À Senhora) Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.071343/2013-48**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **SANCLERLÂNDIA / GO**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 322 / 2014, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 322/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº **53000.071343/2013-48**  
Processo de Outorga nº 53670.000481/1998

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **SANCLERLÂNDIA / GO**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

II. Cópia do CPF de todos os dirigentes, conforme art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, alínea “e”, da Norma 1/2011;

III. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

IV. Relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Rádio Fusão Comunitária, conforme exigência contida no subitem 20.3, alínea “h”, da Norma 1/2011;

V. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação de seu texto ao disposto na legislação vigente, a fim de:

a) Indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, conforme exigência contida no subitem 8.2, alínea “g”, da Norma 1/2011;

b) Assegurar a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os

cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes no subitem 20.3, alínea “d” c/c subitem 8.3, alínea “c”, ambos da Norma 1/2011;

c) Determinar que não haja a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, conforme exigência contida no subitem 20.3, alínea “d” c/c subitem 8.3, alínea “g”, ambos da Norma 1/2011;

d) Adequar o artigo 12 do Estatuto Social ao subitem 8.2, alínea “h”, da Norma 1/2011, o qual prescreve que o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, é limitado ao máximo de **4 (quatro) anos**, sendo admitida uma recondução.


## CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 22 de janeiro de 2014.



**WALLACE S. PINHEIRO**  
*Técnico de Nível Superior*

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 322/2014/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 23 de janeiro de 2014.



**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



*Exigência de Renovação*

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155



Sanclerlândia – GO, 24 de março de 2014.

Ao Senhor  
Samir Amando Granja Nobre Maia  
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária  
Ministério das Comunicações  
Brasília – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 014013/2014-36  
SEAPA/SECE  
01/04/2014-09:10

Senhor Coordenador,

Em resposta ao Ofício nº 617/2014/ CGRC/SEC-MC, de 20 de Janeiro de 2014, que encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.071343/2013-48, encaminhamos a Vossa Senhoria a documentação solicitada, a saber:

1. Cópia dos RG dos diretores da Associação, comprovando que todos são Brasileiros Natos;
2. Cópia do CPF/ Carteira Nacional de Habilitação (que contém o nº de CPF de todos os membros da Diretoria);
3. Certidão Negativa de Débitos e Receitas Administradas pela ANATEL;
4. Relatório Resumido da Grade de Programação
5. Avaliação do Conselho Comunitário acerca da Grade de Programação;
6. Ata comprovando a alteração do Estatuto Social (registrada pelo Cartório de Registros), conforme solicitação.

Desde já colocamo-nos à disposição para questionamentos, aguardando o parecer favorável quanto à Renovação da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Comunitária.

Atenciosamente,

  
Jovair Mendonça Vieira  
Presidente da Associação

*Seac  
131*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Jovair Mendonça Vieira*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2093212/2.A VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 05/NOV/1999

NOME JOVAIR MENDONÇA VIEIRA

FILIAÇÃO JOAQUIM ANTONIO VIEIRA  
DIVINA DE MENDONÇA VIEIRA

SANCLERLANDIA-GO DATA DE NASCIMENTO 02/JAN/1969

NATURALIDADE NAO DOADOR DE ORGÃOS E TECIDOS

DOC ORIGEM C.CAS. 771 FLS. 255 L. 3 CRC C.DO  
ARAGUAIA PA EM 29/08/1987


CPF 327881692-72

  
ASSINATURA DO DIRETOR

4398351

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº DE INSCRIÇÃO NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF  
327881692-72

NOME COMPLETO JOVAIR MENDONÇA VIEIRA

NASCIMENTO 02.01.69

ASSINATURA *Jovair Mendonça Vieira*

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

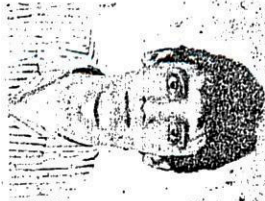
CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

001/2941-5  
21 MAR 1988  
BANCO DO BRASIL  
XINGUARA (PA)  
20440/0571

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO  
PROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL 2 685 143

DATA DE EXPEDIÇÃO 04-Nov-87

NOME ALCIDES ALVES PEREIRA

FILIAÇÃO Alcino Pereira da Silva

Nair Maria Alves Pereira

NATURALIDADE Bom Sucesso-MG DATA DE NASCIMENTO 26-Out-1969

DOG ORIGEM CN Nº 849 Fls 213 Livro Exp.

Bom Sucesso-MG 18-abr-1971

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

ALCIDES ALVES PEREIRA

Nº de Inscrição

479014971-49

Data do Nascimento

26/10/69



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

Alcides Alves Pereira

ALCIDES ALVES PEREIRA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/02/97



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3541997-8741395 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/DEZ/1998

NOME ARISMAR LEAO DO AMARAL

PAI JOSE LEAO DO AMARAL  
MÃE BENEDITA DA ROCHA AMARAL

GOIÂNIA-GO DATA DE NASCIMENTO 14/JUL/1975

LOCAL DE ORIGEM C.NAS. 3797 FL9. 51 L. A-4 CRC  
SANCERLANDIA-GO EM 11/09/1988

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO DIRETOR

IN N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ARISMAR LEAO DO AMARAL

14/07/1975

GOIÂNIA-GO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: ARISMAR LEAO DO AMARAL

ARISMAR LEAO DO AMARAL

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 28/03/94

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

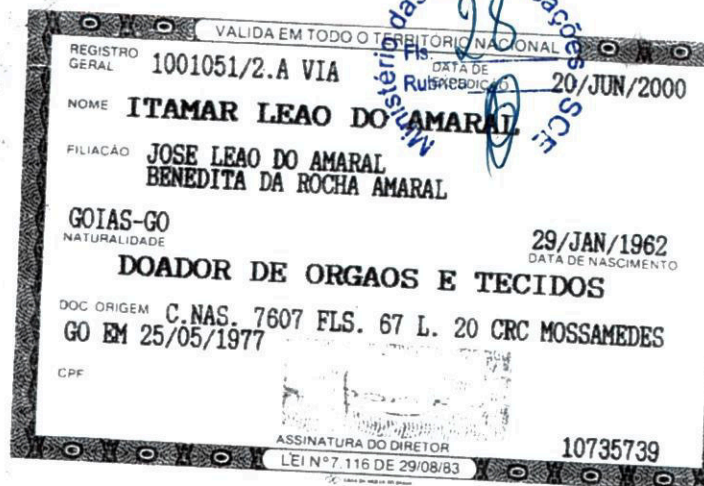
Nome  
ARISMAR LEAO DO AMARAL

Nº de Inscrição  
779575391-49

Data de Nascimento  
14/07/75

Barcode





CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420 Rua 2 Qd. A-37 S/N - Jardim Goiás - CEP 74.805-180 - Goiânia - Goiás

[www.celg.com.br](http://www.celg.com.br)

Fale com a Celg: 0800 62 0196

DATA DE EMISSÃO 16/08/2013  
RAZÃO 14  
REGIONAL P06  
MEDIDOR 10348166-4  
ROTA 379 - 4244000

**MARICELIA APARECIDA E SILVA**

RUA T-36 154 QD. 154 L.2/3  
APART - 301  
SETOR BUENO  
CEP: 74000000 GOIANIA GO  
GOIANIA

USAR P/ DÉBITO AUTOMÁTICO  
CONTA

020251

CÓDIGO DO CLIENTE



11410002205511

93714615

0072717887

UNIDADE CONSUMIDORA

10002205511

VENCIMENTO

03/09/2013

**FATURA POR E-MAIL**

Cadastre-se no site:  
[www.celg.com.br](http://www.celg.com.br) e receba  
sua fatura por e-mail.



Duas formas  
fáceis  
de manter  
suas faturas  
em dia  
e aproveitar  
melhor  
o seu tempo.

**CELG**  
COM VOCE

**DÉBITO AUTOMÁTICO CELG**

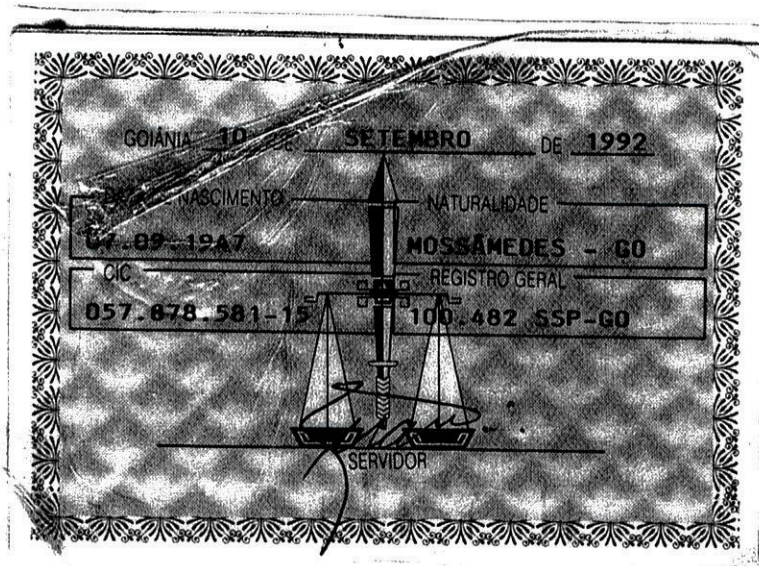
Solicite diretamente  
no seu banco ou através  
do caixa eletrônico.

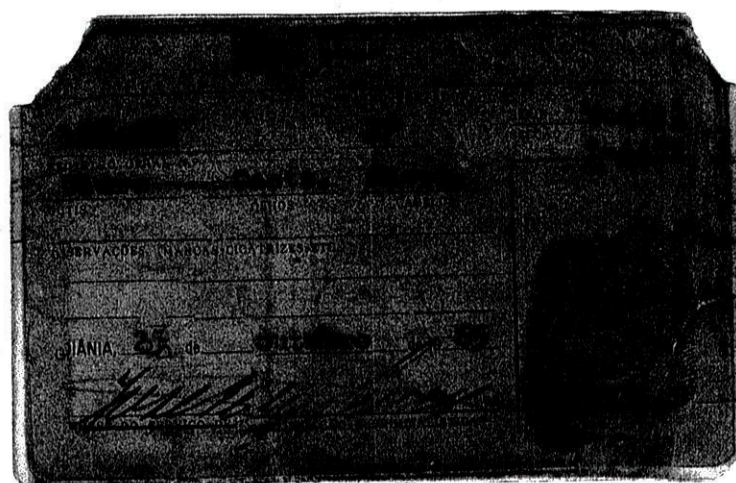
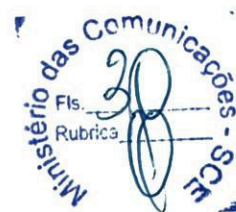






Ministério das Comunicações - SCF  
Fls. 29  
Rubrica







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1099598-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/10/94

NOME WALDINEU CUSTODIO DA SILVA

FILIAÇÃO BOLIVAR CUSTODIO DA SILVA

MARIA HELENA DE REZENDE SILVA DATA DE NASCIMENTO

CORREGO DO OURO-GO 30/08/1971

DOC ORIGEM C.CASM. LIV. 01 FLS.74

TERM 74 CORREGO DO OURO-GO

CPF \* \* \* MARINA CASSEMIRA BASTOS ARRUDA

CUIABA-MT DIRETORA DO INST. IDENT. CIVIL E CRIMINAL 084

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE JUSTIÇA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

das Comunicações

31

Waldineu Custodio da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome WALDINEU CUSTODIO DA SILVA

Nº de Inscrição 791836381-72

Data de Nascimento 30/08/71

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

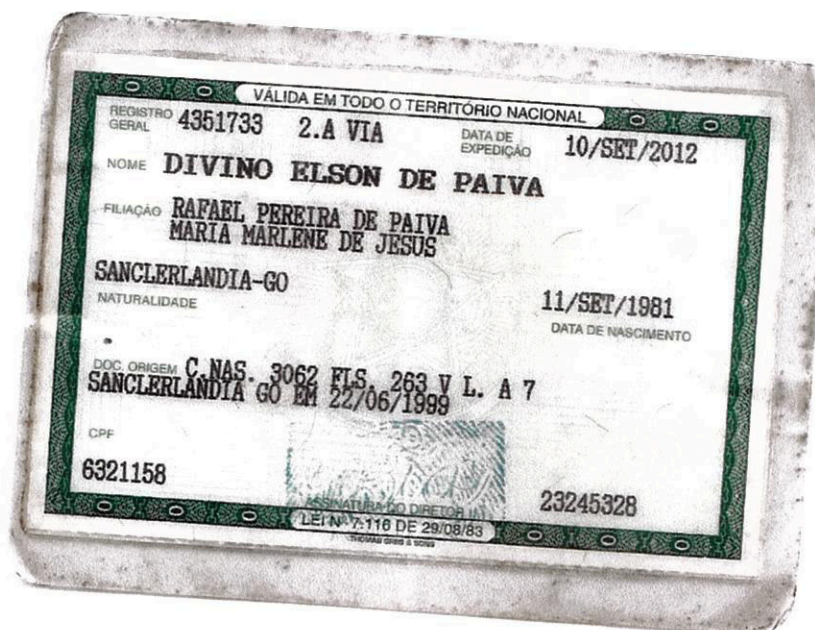
Assinatura

Waldineu Custodio da Silva

WALDINEU CUSTODIO DA SILVA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 17/09/94







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **DIVINO ELSON DE PAIVA**  
CPF: **719.223.261-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.  
Emitida às 11:32:17 do dia 24/03/2014 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 20/09/2014.

Código de controle da certidão: **8AC7.9572.338C.9ECA**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3958601 DATA DE EXPEDICAO 27/AGO/1996

NOME **MARCIA CASTORINA E SILVA**

FILIAÇÃO VICENTE ANTONIO DA SILVA  
BENEDITA LEMES DA SILVA

SAO LUIS DE MONTES BELOS-GO 27/MAR/1980  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C.NAS. 1622 FLS. 19V L. A3 CRC-CORREGO DO OURO-GO EM 01/06/1986

ASSINATURA DO DIRETOR  14866072

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

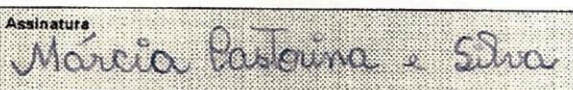
Ministério das Comunicações  
Fls. 3  
Rubrica

ASSINATURA DO TITULAR 

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura:   
MARCIA CASTORINA E SILVA

S  
E  
R  
P  
R  
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 11/04/98

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
**MARCIA CASTORINA E SILVA**

Nº de Inscrição **893221181-72** Data do Nascimento **27/03/80**



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA  
**CNPJ:** 02.602.948/0001-42

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:26:52 do dia 25/03/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/04/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



## Relatório da Programação Semanal da Rádio Cerrado FM 87,9

### Relatório Semanal da Rádio:



- Horário de Funcionamento das 05:00 às 00:00.
- Das 05:00 às 07:30 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 07:30 às 08:00 (Programa falando francamente em rede com a Rádio Mil de Goiânia ).
- Das 08:00 às 11:00 (Programa Iris Costa e Você ).
- Durante a Programção Momentos de Informações Derecionados a Comunidade. Ex: Aviso de Cursos , Aviso da Celg, Aviso da Seneago , Avisos do Poder Judiciário, Avisos da Secretária de Saúde , Prefeitura , Oferta de Emprego ,Informações das Principais Manchetes de Jornais Do Estado e da Nossa Região, Giro de Notícias Com Liborio Santos, Resumo de Novelas , Horóscopo do Dia, Giro dos Famosos, etc...
- Das 11:00 ás 12:00 hs (Programa Jesus está Voltando da Igreja Evangelica Assembleia de Deus ).
- Das 12:00 às 13:00 hs (Programa Musical e Apoio ).
- Das 13:00 ás 15:00 hs (Programa Conexão 87 e Informações á Comunidade ).
- Das 15:00 ás 18:00 hs (Programa Nação Sertaneja com informações a Comunidade ).
- Das 18:00 ás 18:30 hs ( Programa da Igreja Católica ).
- Das 18:30 às 19:00 hs (Segue o Programa Nação Sertaneja ).
- Das 19:00 ás 20:00 hs ( A voz do Brasil ).
- Das 20:00 ás 22:00 hs (A Noite e Nossa ).
- Das 22:00 às 00:00 hs (Apoio cultural e Musicas Variadas ).
- Obs:
- Na Terça-feira das 16:00 ás 17:00 ( Programa Maravilhosa Graça ).
- Na quarta-feira das 10:00 às 11:00 (Programa Evangelico Jesus está Voltando).
- Na quarta-feira das 18:30 às 19:00 (Programa a literatura nas ondas da rádio – programa da UEG – Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Sanclerlândia-Go).

- No Sábado
- Das 05:00 às 08:00 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 08:00 às 09:00 (Programa Infantil da Igreja Católica).
- Das 09:00 às 11:00 (Programa Evangelico Show da Amizade).
- Das 11:00 às 12:00 (Programa Evangelicos Amiguinhos de Jesus).
- No decorrer do dia Bloco de Apoio e Musicas Variadas .
- No Domingo
- Das 05:00 às 08:00 (Programa Manhã Sertaneja).
- Das 09:00 às 11:00 (Apoio Cultural e Músicas Variadas ).
- Das 11:00 às 12:00 ( programa Voz do Evangelho ).
- No decorrer do dia , segue os apoios culturais e Musicas variadas
- Durante a Programação Semanal , acontece promoções com sorteios de brindes para os ouvintes .



ASSOC. COMUNITÁRIA CULTURAL  
 JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
 CNPJ: 02 602 948/0001-42

*Márcia Pastoreira e Silva*

## Relatório da Programação Semanal da Rádio Cerrado FM 87.9

### Relatório Semanal da Rádio:



- Horário de Funcionamento das 05:00 às 00:00.
- Das 05:00 às 07:30 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 07:30 às 08:00 (Programa falando francamente em rede com a Rádio Mil de Goiânia ).
- Das 08:00 às 11:00 (Programa Iris Costa e Você ).
- Durante a Programção Momentos de Informações Derecionados a Comunidade. Ex: Aviso de Cursos , Aviso da Celg, Aviso da Seneago , Avisos do Poder Judiciário, Avisos da Secretária de Saúde , Prefeitura , Oferta de Emprego ,Informações das Principais Manchetes de Jornais Do Estado e da Nossa Região, Giro de Notícias Com Liborio Santos, Resumo de Novelas , Horóscopo do Dia, Giro dos Famosos, etc...
- Das 11:00 às 12:00 hs (Programa Jesus está Voltando da Igreja Evangelica Assembleia de Deus ).
- Das 12:00 às 13:00 hs (Programa Musical e Apoio ).
- Das 13:00 às 15:00 hs (Programa Conexão 87 e Informações á Comunidade ).
- Das 15:00 às 18:00 hs (Programa Nação Sertaneja com informações a Comunidade ).
- Das 18:00 às 18:30 hs ( Programa da Igreja Católica ).
- Das 18:30 às 19:00 hs (Segue o Programa Nação Sertaneja ).
- Das 19:00 às 20:00 hs ( A voz do Brasil ).
- Das 20:00 às 22:00 hs (A Noite e Nossa ).
- Das 22:00 às 00:00 hs (Apoio cultural e Musicas Variadas ).
- Obs:
- Na Terça-feira das 16:00 às 17:00 ( Programa Maravilhosa Graça ).
- Na quarta-feira das 10:00 às 11:00 (Programa Evangelico Jesus está Voltando).
- Na quarta-feira das 18:30 às 19:00 (Programa a literatura nas ondas da rádio – programa da UEG – Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Sanclerlândia-Go).



- No Sábado
- Das 05:00 às 08:00 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 08:00 às 09:00 (Programa Infantil da Igreja Católica).
- Das 09:00 às 11:00 (Programa Evangelico Show da Amizade).
- Das 11:00 às 12:00 (Programa Evangelicos Amiguinhos de Jesus).
- No decorrer do dia Bloco de Apoio e Musicas Variadas .
- No Domingo
- Das 05:00 às 08:00 (Programa Manhã Sertaneja).
- Das 09:00 às 11:00 (Apoio Cultural e Músicas Variadas ).
- Das 11:00 às 12:00 ( programa Voz do Evangelho ).
- No decorrer do dia , segue os apoios culturais e Musicas variadas
- Durante a Programação Semanal , acontece promoções com sorteios de brindes para os ouvintes .



ASSOC. COMUNITÁRIA CULTURAL  
 JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
 CNPJ: 02 602 948/0001-42

*Hárcia Pastoreira e Silva*

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155



## **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

O Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, em cumprimento à determinação constante da Norma 1/2011, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, afirma que, avaliando a grade de programação apresentada pela Diretoria de Programação da Rádio Comunitária, **SE MANIFESTA PELA APROVAÇÃO** da grade de programação, por considerar que a mesma presta um serviço de qualidade, prezando pela informação de qualidade a serviço da comunidade Sanclerlandense e da região, apresentando informes de utilidade pública, serviços de interesse comunitário, além de apresentar uma programação voltada para as atividades artísticas e culturais.

Sanclerlândia GO, 17 de março de 2014.

*Valdineu Custódio da Silva*  
Valdineu Custódio da Silva  
Presidente do Conselho Comunitário



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO

Fone: 64 – 3679-1155



**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

Ata da décima quinta reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos 17 dias do mês de março do ano de 2014 (17/03/2014), na sede da Associação, sito à Avenida 5 de janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia – GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 001/2014, a saber: o PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva; os membros Maria Obeair Soares de Paiva, Marcia Castorina e Silva, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, José Damas, José Maria de Oliveira e Simone Aparecida e Silva e Maria das Graças de Faria A pauta da Reunião consiste na adequação do Estatuto Social da Associação, para que se adéque à legislação em vigor e para cumprir a diligência apresentada pelo Ministério das Comunicações para a Renovação da Outorga. O Presidente da Associação solicitou que o Senhor Antonio Eustáquio da Rocha Junior o secretariasse durante a realização da Assembleia. Dando início às atividades, o Presidente agradeceu a presença de todos, ressaltando que é de extrema urgência e importância que deliberem acerca da pauta, uma vez que o prazo para a apresentação da documentação para a Outorga expira em 26 de março. O presidente fez a leitura da Nota Técnica apresentada pelo Ministério das Comunicações (Nota Técnica nº 322/2014/CGRC/SCR-MC), onde estão as pendências relativas ao processo de renovação. A alteração solicitada no Estatuto Social está prevista na Norma nº 1/2011. Após a leitura da nota técnica, e ainda do Estatuto Social vigente, os membros da assembléia deliberaram acerca do assunto, decidindo-se pela aprovação das alterações propostas, para que o Estatuto Social da Associação, a saber: Ficam criados a alínea g do artigo 2º do estatuto, bem como o Artigo 4B e suas alíneas, com a seguinte reação: **Art. 2º g)** Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente. **Art. 4B-** São direitos dos associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias: **a)** votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos; **b)** ter o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, respeitando-se a legislação vigente. **Art. 14B** – Não haverá, no âmbito da Associação, a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, nos termos da legislação vigente. O Artigo 12 do Estatuto, passa a vigorar com a seguinte redação: **Art. 12** – O mandato dos membros que compõe a Diretoria Executiva será de quatro (4) anos, sendo admitida 1 recondução, nos termos da legislação vigente. O Parágrafo Único do Artigo 12 continua em vigor com a mesma redação. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, secretário desta assembleia; pelo Presidente da Associação, senhor Jovair Mendonça Vieira, pelo 2º Tesoureiro, senhor Arismar Leão do Amaral, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

*(Assinaturas manuscritas)*  
Arismar Leão do Amaral  
Alcides Alves Pereira  
Valdineu Custódio da Silva  
Divino Elson de Paiva  
Antonio Eustáquio da Rocha Júnior

04691304030949112000912 - Verifique em: extrajudicial.tigojus.br/seio

Protocolo: 2.238 AV-36 Livro: A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 24 de março de 2014

*(Assinatura manuscrita)*  
Vania de Faria Paiva Alves - Escrevente Suboficial





Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicações Eletrônicas

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 300 - O

Brasília - DF

CEP 70044-900

MALOTE 2009 BRASIL  
Dia-a-dia na sua empresa

MALOTE 2009 BRASIL



REGISTRADO URGENTE  
REGISTERED PRIORITY

AR

MP

PESO (WEIGHT (kg))

0.106

JG 43467225 3 BR





Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

Av 5 de janeiro, nº 2047, Centro  
Planaltina - GO

CEP: 76.160-000





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

### TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.

2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.

3. A partir de 10/07/2014, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.



Documento assinado eletronicamente por **Marilda Maria Lopes, Agente Administrativo**, em 13/10/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0763990** e o código CRC **12BFB4E1**.



**NOTA TÉCNICA Nº 4151/2014/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.071343/2013-48**

Processo de Outorga nº: 53670.000481/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça (Associação Juventina Maria de Mendonça)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **SANCLERLÂNDIA/GO**.

**ANÁLIS**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1,8.2,8.3 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

a. Certidão cartorária com relação a averbação da Ata da décima quinta reunião da entidade, que promoveu alterações no Estatuto atendendo a Nota Técnica 322/2014/CGRC/SCE-MC. **(As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação).**

b. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia autenticadas e legível do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011, bem como do CPF, com relação ao Secretário ( Rogério Moreira) e 1º tesoureiro (Jaime Sabino de Souza)..

c. Relatório do Conselho Comunitário de avaliação da grade de programação da Rádio Comunitária, deve ser assinado por no mínimo cinco(5) membros do Conselho

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

Em pesquisa realizada junto à rede mundial de computadores, chegou-se a documentos que demonstrariam possível vínculo político partidário da entidade, a saber:

1. O presidente ( JOVAIR MENDONÇA VIEIRA) faz parte da Executiva Municipal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ocupando o cargo de Secretário.

Assim, visto que o fato elencado tem o potencial de transgredir o art. 11 da Lei nº 9.612/1998, em obediência aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, é imprescindível que se abra prazo para que a Associação apresente razões entendidas como cabíveis.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 15/07/2014, às 08:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Engenheiro de Operacoes**, em 15/07/2014, às 10:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0038357** e o código CRC **7D65685A**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, 242 - Centro - CEP: 88010-970 - Florianópolis/SC  
(48) 3229-4338 FAX (48) 3225-6724

Ofício nº 3930/2014/SEI-MC

**Florianópolis, 11 de julho de 2014**

Ao Senhor

JOVAIR MENDONÇA VIEIRA

Representante Legal da Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça

Avenida 5 de Janeiro, 2047, Centro

CEP : 76.160-000 - Sanclerlândia/GO.

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **4151/2014/SEI/DRMC/SC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**

3 O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.



4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Engenheiro de Operacoes**, em 15/07/2014, às 10:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0038415** e o código CRC **3AB1F305**.



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

S.A. JOVAIR MENDONÇA VIEIRA

ENDEREÇO / ADRESSE

AV. S. de JAMOZARD 2047 CENTRO

CEP / CODE POSTAL

76.160-000

CIDADE / LOCALITÉ

SANCLEALÂNDIA

UF

PAÍS / PAYS

GOIÁS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 3930/2014/SEI-MC

53000.071343/2013-48

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

22/07/2014

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DÉPÔT

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Dysson Lee

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

3541997

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENTDANIEL ROSIQUE SILVEIRO TAVARES  
AG. CORREIOS CARTEIRO  
8331975-1

22 JUL 2014

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC040

114 x 186 mm

CORREIOS  
BRASILAVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVISO Nº 07

AR

JH 32271895 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Rua da Constituição, 100 - 1º andar

60010-970 - FORTALEZA - CE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



Sanclerlândia – GO, 18 de agosto de 2014.

Ao  
Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional de Santa Catarina  
Florianópolis – SC

Senhor Delegado,



Guilherme Dali Igna de Oliveira  
Agente Administrativo  
DRMC-04/Matrícula 1802367

Em resposta à Nota Técnica nº 4151/2014/SEI-MC, encaminhamos a este Ministério das Comunicações a documentação solicitada para Renovação da Outorga para funcionamento da Rádio Comunitária mantida pela Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, no município de Sanclerlândia, conforme Processo de Renovação nº 53000.071343/2013-48, a saber:

1. Certidão Cartorária com relação à averbação da Ata da Décima Sexta reunião da Associação, que promoveu as alterações na Diretoria Executiva da Associação, quando o então presidente, senhor Jovair Mendonça Vieira solicita sua exclusão para cumprimento ao estabelecido na legislação vigente, e o então Tesoureiro, Arismar Leão do Amaral, assumiu a presidência da Associação, nos termos do Estatuto, seguindo a linha de sucessão ali prevista (ver cópia da Ata).
2. Certidão Cartorária com relação à averbação da Ata da Décima Quinta reunião da Associação, que promoveu as alterações no Estatuto.
3. Declaração assinada pelo Presidente da Associação, senhor Arismar Leão do Amaral, relatando a movimentação social e na direção da Associação.
4. Cópia da Ata e Certidão Cartorária com relação à Ata da Décima Primeira reunião, que comunica o falecimento do 1º Tesoureiro (Jaime Sabino de Souza) e sua substituição pelo 2º Tesoureiro, Arismar Leão do Amaral, conforme previsto no estatuto da associação.



5. Cópia da Ata e Certidão Cartorária com relação à Ata da Décima Quarta reunião, quando o então secretário Rogério Moreira pede destituição do cargo que ocupa, por motivos pessoais, e quando a Assembléia nomeia o senhor Antonio Eustaquio da Rocha Júnior para assumir a referida função, nos termos do Estatuto da entidade.
6. Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF) do atual presidente, Arismar Leão do Amaral, do Secretário, Antonio Eustaquio da Rocha Júnior e da Tesoureira, Márcia Castorina e Silva, comprovando que todos são brasileiros natos.
7. Relatório da Programação Semanal da Rádio Comunitária, devidamente assinada pelos membros do Conselho e da Diretoria Executiva da Associação.



Arismar Leão do Amaral  
Presidente da Associação



A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2265 Data Registro: 18/08/2014 Folha nº 1

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

*gualter***ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO

Fone: 64 - 3679-1155



001 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO  
002 COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
003 Ata da décima sexta reunião Ordinária da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de  
004 Mendonça. Aos oito dias do mês de agosto de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de  
005 janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se, ordinariamente, os membros  
006 da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de  
007 Convocação 002/2014, a saber: o PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE:  
008 Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO  
009 CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE  
010 PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu  
011 Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião  
012 consiste na análise da Nota técnica nº 4151/2014/SEI-MC, referente ao Processo de Renovação da  
013 outorga da Rádio (Processo nº 53000.071343/2013-48). A Nota apontou algumas irregularidades  
014 que precisam ser sanadas para que a Renovação da outorga possa ser expedida, entre elas, a  
015 regularização da Presidência da Associação. No item nº 3 da nota, consta a análise da situação do  
016 atual presidente, Jovair Mendonça Vieira, que além de presidente desta associação, é ainda  
017 Secretário da Executiva Municipal do PSDB. Ocorre que a Lei nº 9.612/1998 determina, em seu  
018 artigo 11, que os membros da Presidência não podem possuir vínculos político partidários. Dada a  
019 palavra ao senhor Jovair Mendonça Vieira, o mesmo esclareceu que exerce o cargo não a título de  
020 realização pessoal, mas com o intuito de poder contribuir para o fortalecimento da Associação,  
021 uma vez que foi eleito por seus pares, e que jamais utilizou de seu cargo para a promoção de  
022 ações político partidárias dentro da Associação. Afirmou ainda que sente muito orgulho da  
023 Associação, que possui o objetivo de difundir a cultura em nosso município e que não tem  
024 poupado esforços para manter viva a memória de seus antepassados, que foram fundadores e  
025 grandes baluartes da sociedade sanclerlandense, inclusive dando nome à Associação (sua avó  
026 materna era a senhora Juventina Maria de Mendonça, que dá nome à Associação por ter  
027 incentivado a cultura e por ser a esposa do fundador do município). O Senhor Jovair disse ainda  
028 que, como seu objetivo é o de auxiliar e não de provocar quaisquer prejuízos à Associação, coloca  
029 seu cargo à disposição da Associação, da qual continuará fazendo parte e lutando para que seus  
030 objetivos sejam alcançados. Os membros presentes manifestaram seu apoio à decisão do senhor  
031 Jovair, ressaltando a importância de sua atuação junto à Associação e a necessidade de sua  
032 contribuição mesmo não mais exercendo a função de presidente. Dado a necessidade de  
033 preenchimento do cargo de Presidente, e observando o disposto no Estatuto da Instituição, que  
034 prevê, em seu artigo 6º, Parágrafo único, que em caso de impedimento do presidente, deve  
035 assumir sua função, o vice presidente ou o tesoureiro, foi apresentado o nome do senhor Alcides  
036 Alves Pereira, que declinou de assumir a função, alegando não ter disponibilidade de tempo para  
037 tal. Desta forma, foi apresentado então o nome do Senhor Arismar Leão do Amaral, Tesoureiro da  
038 Associação, que aceitou prontamente exercer a função de Presidente da Associação. Dada ainda a  
039 necessidade de nomeação de uma pessoa para substituir o Tesoureiro, como o estatuto não prevê a  
040 ordem de substituição, e como o mesmo estatuto prevê que os casos omissos serão deliberados  
041 pela Assembléia, por aclamação foi indicado o nome da senhora Márcia Castorina e Silva para  
042 exercer a função de Tesoureira. A senhora Márcia agradeceu a indicação e aceitou atuar como  
043 Tesoureira. Em seguida a Assembléia deliberou que a primeira incumbência do novo presidente  
044 seria regularizar as pendências elencadas na nota técnica do Ministério das Comunicações para  
045 que a renovação da outorga seja expedida, uma vez que o trabalho realizado pela rádio  
046 comunitária é de extrema importância para a sociedade sanclerlandense, por se tratar de um dos  
047 poucos meios de comunicação que alcançam toda a região e que levam informações tanto à zona  
048 urbana quanto na zona rural do município. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente  
049 reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da







A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2265 Data Registro: 18/08/2014 Folha nº 2

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL

## JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV. 3 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCERLÂNDIA - GO

Fone: 64 - 3679-1155

050 Rocha Júnior, Secretário desta Associação, pelo ex Presidente, senhor Jovair Mendonça Vieira,  
 051 pelo Presidente empossado, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Eleita, senhora  
 052 Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e  
 053 por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

054 *Arismar Leão do Amaral*  
 055 *Márcia Castorina e Silva*  
 056 *Divino Elson de Paiva*  
 057 *Jovair Mendonça Vieira*  
 058 *Valdirio Mendonça Silva*  
 059 *Arismar Leão do Amaral*  
 060

449129402954511299921 - Carteira eletrônica - tipo jus.br/selo

Protocolo 2.265 AV-36 Livro A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sancelândia-GO, 18 de agosto de 2014

Vania de Faria Paiva Alves - Escrevente e Suboficial



Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sancelândia/GO. Dou fé. Eu 10 Escrevente e Suboficial.

*Vania de Faria Paiva Alves*  
 Vania de Faria Paiva Alves  
 Escrevente e Suboficial







A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2238 Data Registro: 24/03/2014 Folha nº 1

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

*gypalves*

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
 AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
 Fone: 64 - 3679-1155

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA.

Ata da décima quinta reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos 17 dias do mês de março do ano de 2014 (17/03/2014), na sede da Associação, sito à Avenida 5 de janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 001/2014, a saber: o PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva; os membros Maria Obeair Soares de Paiva, Marcia Castorina e Silva, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, José Damas, José Maria de Oliveira e Simone Aparecida e Silva e Maria das Graças de Faria A pauta da Reunião consiste na adequação do Estatuto Social da Associação, para que se adeque à legislação em vigor e para cumprir a diligência apresentada pelo Ministério das Comunicações para a Renovação da Outorga. O Presidente da Associação solicitou que o Senhor Antonio Eustáquio da Rocha Junior o secretariasse durante a realização da Assembleia. Dando início às atividades, o Presidente agradeceu a presença de todos, ressaltando que é de extrema urgência e importância que deliberem acerca da pauta, uma vez que o prazo para a apresentação da documentação para a Outorga expira em 26 de março. O presidente fez a leitura da Nota Técnica apresentada pelo Ministério das Comunicações (Nota Técnica nº 322/2014/CGRC/SCR MC), onde estão as pendências relativas ao processo de renovação. A alteração solicitada no Estatuto Social está prevista na Norma nº 1/2011. Após a leitura da nota técnica, e ainda do Estatuto Social vigente, os membros da assembleia deliberaram acerca do assunto, decidindo-se pela aprovação das alterações propostas, para que o Estatuto Social da Associação, a saber: Ficam criados a alínea g do artigo 2º do estatuto, bem como o Artigo 4B e suas alíneas, com a seguinte reação: **Art. 2º g)** Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente. **Art. 4B-** São direitos dos associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias: a) votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos; b) ter o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, respeitando-se a legislação vigente. **Art. 14B** - Não haverá, no âmbito da Associação, a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, nos termos da legislação vigente. O Artigo 12 do Estatuto, passa a vigorar com a seguinte redação: **Art. 12** - O mandato dos membros que compõe a Diretoria Executiva será de quatro (4) anos, sendo admitida 1 recondução, nos termos da legislação vigente. O Parágrafo Único do Artigo 12 continua em vigor com a mesma redação. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, secretário desta assembleia; pelo Presidente da Associação, senhor Jovair Mendonça Vieira, pelo 2º Tesoureiro, senhor Arismar Leão do Amaral, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

*[Assinaturas manuscritas]*  
 Arismar Leão do Amaral  
 Alcides Alves Pereira  
 Valdivino Custódio da Silva  
 Antonio Eustáquio da Rocha Júnior

Protocolo 2238 AV-36 Livro A 1  
 Atas Produzidas - Registro de Títulos e Documentos  
 Sanclerlândia/GO - 24 de março de 2014  
 José Pinto de Paiva Alves - Escrevente e Suboficial



Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia/GO. Dou fé. Eu *[Assinatura]* Escrevente e Suboficial.

*[Assinatura]*  
 Vania da Faria Paiva Alves  
 Escrevente e Suboficial



Poder Judiciário Estado de Goiás  
 Selo Eletrônico de Fiscalização  
**04691301141258129000007**  
 Consulte esse selo em  
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

## **DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, ARISMAR LEÃO DO AMARAL, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, mais especificamente para fins de comprovação junto ao Ministério das Comunicações, visando sanar as irregularidades apontadas pela Nota Técnica nº 4151/2014/SEI-MC, referente ao Processo de Renovação nº 53000.071343/2013-48, que:

1. Em relação ao senhor Rogério Moreira, ex secretário da Associação Comunitária, o mesmo solicitou e lhe foi deferida a destituição do cargo de Secretário, uma vez que o mesmo vem encontrando dificuldades para comparecer às reuniões, conforme comprova a Ata da 14ª Reunião Ordinária da Associação, ocorrida em 11/10/2013 (Cópia anexa). Salientamos que o cargo de Secretário foi então ocupado pelo Senhor Antonio Eustaquio da Rocha Júnior, conforme comprova a mesma ata, e os documentos comprobatórios de sua nacionalidade seguem anexo (RG e CPF);
2. Em relação ao senhor Jaime Sabino de Souza, Ex 1º Tesoureiro da Associação, o mesmo faleceu de acidente automobilístico ainda no ano de 2010, e a Associação regularizou a situação, sendo que o então 2º Tesoureiro, Arismar Leão do Amaral ocupou o cargo acima mencionado ( Ata da 11ª Reunião Ordinária anexa). Com a necessidade da alteração da Presidência, o então Tesoureiro Arismar passou a assumir a função de Presidente, e assumiu o cargo de 1ª Tesoureira a senhora Márcia Castorina e Silva, conforme comprovado pela Ata da 16ª Reunião ordinária (anexa). Segue anexo ainda cópia do RG e CPF da Senhora Márcia Castorina e Silva, comprovando sua nacionalidade.

Sanclerlândia – GO, 10 de agosto de 2014.



ARISMAR LEÃO DO AMARAL  
Presidente da Associação





A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2263 Data Registro: 14/08/2014 Folha nº

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

25

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL

## JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO

Fone 64 - 3679-1155

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da décima primeira reunião Ordinária da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos oito dias do mês de outubro de 2010, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se, ordinariamente, os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 001/2010, a saber: os membros da PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, SECRETÁRIO: Rogério Moreira, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdeine Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Fabricia Amélia Campos. A pauta da Reunião consiste na aprovação das contas do período de outubro de 2009 a setembro de 2010, bem como o Balanço Social da associação (movimentação de membros). O Presidente da Associação solicitou que o Senhor Rogério Moreira o secretariasse durante a realização da Assembleia. Dando início às atividades, o Presidente agradeceu a presença de todos, ressaltando que esta reunião é a primeira a ser realizada após o falecimento do senhor Jaime Sabino de Souza, sócio fundador da Associação. 1º Tesoureiro da instituição, pessoa que muito contribuiu para a criação e funcionamento da associação desde sua fundação. O presidente ressaltou que o sentimento de pesar pelo falecimento é incontestável, e que a falta que o mesmo fará é algo com o qual todos aprenderão a conviver, mas que os ensinamentos e lições de vida por ele deixados serão perpetuados. Os membros presentes solicitaram que fosse encaminhada à família uma nota de pesar pelo seu falecimento. O presidente falou a todos que, conforme previsto no estatuto, o 2º Tesoureiro passaria a assumir as responsabilidades inerentes à gestão financeira, o que era incumbência do 1º Tesoureiro. Assim sendo, dada a palavra ao 2º Tesoureiro, senhor Arismar Leão do Amaral, este agradeceu a confiança nele depositada e se comprometeu cumprir fielmente suas atribuições. O tesoureiro fez a leitura do relatório financeiro do período de outubro de 2009 a setembro de 2010, que foi apreciado e aprovado pelos membros presentes. Sobre o Balanço Social, não houveram entradas ou saídas, com exceção do membro Jaime Sabino de Souza, pelo motivo acima descrito. A Diretora de Programação da Rádio Comunitária fez um balanço das ações do período de 10/2009 a 09/2010, ressaltando que a novidade para o período foi a inclusão dos programas encaminhados pela Justiça Eleitoral para a veiculação no período. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Rogério Moreira, secretário desta assembleia e Secretário da Associação; pelo Presidente da Associação, senhor Jovair Mendonça Vieira, pelo 1º Tesoureiro, senhor Alcides Alves Pereira, e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

Simone Aguiar de Silva  
Rogério Moreira  
Valdeine Custódio da Silva  
Arismar Leão do Amaral  
Jovair Mendonça Vieira

Protocolo 2263 AV-36 Livro A-1  
Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia - GO, 14 de agosto de 2014.

Varia de Faria Paiva Alves - Escrevente Substituído  
José Pinto de Paiva



Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia/GO. Dou fé. Eu

Escrevente e Suboficial.

Varia de Faria Paiva Alves  
Escrevente e Suboficial



Poder Judiciário Estado de Goiás  
Selo Eletrônico de Fiscalização  
04691301141258129000005  
Consulte esse selo em  
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>





A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2264 Data Registro: 14/08/2014 Folha nº 1  
O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

*Ypate*

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155



001 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO  
002 COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
003 Ata da décima quarta reunião Ordinária da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de  
004 Mendonça. Aos onze dias do mês de outubro de 2013, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de  
005 janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se, ordinariamente, os membros  
006 da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de  
007 Convocação 001/2013, a saber: o PRESIDENTE: Jovair Mendonça Vieira, VICE PRESIDENTE:  
008 Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Arismar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO  
009 CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE  
010 PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino  
011 Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião  
012 consiste na aprovação das contas do período de outubro de 2012 a setembro de 2013, bem como o  
013 Balanço Social da associação (movimentação de membros), além da análise da documentação  
014 juntada para a renovação da outorga para a execução de serviços de radiodifusão, nos termos da  
015 legislação federal vigente. O Presidente da Associação solicitou que o Senhor Antonio Eustáquio  
016 da Rocha Junior o secretariasse durante a realização da Assembleia. Dando início às atividades, o  
017 Presidente agradeceu a presença de todos, repassando a palavra ao tesoureiro da Associação,  
018 senhor Arismar, para que procedesse a apresentação das contas do período retro mencionado. O  
019 tesoureiro disse que para a apreciação das contas do exercício foi elaborado um relatório  
020 simplificado, que foi entregue aos membros para a análise, contendo toda a movimentação  
021 financeira da Associação, que compreende também a movimentação da Rádio, que é mantida pela  
022 Associação. O Tesoureiro apresentou ainda a prestação de contas das promoções e ações  
023 desenvolvidas no mesmo período, ressaltando que este ano a participação da comunidade tem se  
024 apresentado com maior força, e isso tem se demonstrado inclusive na quantidade de projetos que  
025 estão sendo desenvolvidos. Os membros procederam a análise do relatório financeiro simplificado  
026 e não apresentaram questionamentos. O Balanço financeiro foi aprovado e passou-se então à  
027 deliberação acerca da movimentação social. O presidente disse que para este exercício não foram  
028 solicitadas inclusões ou exclusões, permanecendo inalterado o quadro social da Associação,  
029 todavia o Secretário da Associação, senhor Rogério Moreira, solicitou destituição de seu cargo,  
030 uma vez que está difícil comparecer em todas as reuniões. Os membros deliberaram e  
031 consideraram que o pleito é justo, determinando se, então, que se nomeie alguém para atuar como  
032 secretário até que se realize a eleição. Por aclamação, foi indicado o senhor Antonio Eustáquio da  
033 Rocha Junior, que aceitou a incumbência, dizendo que se sente honrado com a oportunidade,  
034 todavia alertou para o fato de que trata-se de um arranjo provisório, até que se organize nova  
035 eleição para o cargo. Em seguida o presidente da associação procedeu a leitura de um documento  
036 encaminhado pelo Ministério das Comunicações, referente à renovação da outorga para realização  
037 de serviços de radiodifusão. Os documentos devem ser encaminhados até o dia 30 de novembro  
038 do corrente ano, sob pena de ser impedida de continuar funcionando caso não apresente a  
039 documentação solicitada até a data fixada. O presidente afirmou que todas as medidas estão sendo  
040 tomadas no sentido de se enviar a documentação ainda no mês de outubro, para evitar  
041 aborrecimentos, e que necessita da confirmação e atualização dos dados dos membros para  
042 encaminhar juntamente com a demais documentação. O presidente disse ainda que, caso seja  
043 necessário, será convocada uma reunião extraordinária para conclusão dos trabalhos para a  
044 renovação da outorga, e que manterá os membros informados acerca da situação. Nada mais tendo  
045 a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada  
046 por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, secretário desta assembleia; pelo Presidente da  
047 Associação, senhor Jovair Mendonça Vieira, pelo 2º Tesoureiro, senhor Arismar Leão do Amaral,  
048 pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme  
049 previsto no Estatuto da Associação. 050





A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2264 Data Registro: 14/08/2014 Folha nº 2  
O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155

051 *José Pinto de Paiva*  
052 *Walter de Castro Silva*  
053 *Primo do Sr. José*  
054 *Primo do Sr. José*  
055 *Primo do Sr. José*  
056 *Primo do Sr. José*  
057 *Primo do Sr. José*  
058 *Primo do Sr. José*  
059 *Primo do Sr. José*  
060 *Primo do Sr. José*

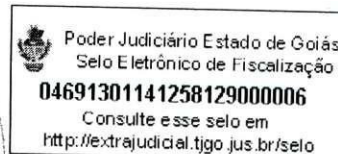
Protocolo: 2264 - AV-36 - Livro: A-1  
Atos Protocolados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia, 14 de agosto de 2014  
José Pinto de Paiva Alves - Escrevente e Suboficial

*José Pinto de Paiva*  
Titular  
SANCLERLÂNDIA-GO

Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia/GO. Dou fé. Eu *10* Escrevente e Suboficial.

*Vanice de Faria Paiva Alves*  
Vanice de Faria Paiva Alves  
Escrevente e Suboficial





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MOLECAR DIREITO

ARISHMAR LEÃO DO AMARAL

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3541997-8741395 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/DEZ/1993

NOME ARISHMAR LEÃO DO AMARAL

FILIAÇÃO JOSE LEÃO DO AMARAL  
BENEDITA DA ROCHA AMARAL

GOIÂNIA-GO DATA DE NASCIMENTO 14/JUL/1975

DOC. ORIGEM C.NAS. 3797 FLS. 51 L. A-4 CRC  
SANCERLANDIA-GO EM 11/09/1986

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
ARISHMAR LEÃO DO AMARAL

Nº de Inscrição 778676391-49 Data do Nascimento 14/07/75

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura  
ARISHMAR LEÃO DO AMARAL

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 26/03/94

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MOLECAR DIREITO

MARCIA CASTORINA E SILVA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8938601 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/AGO/1996

NOME MARCIA CASTORINA E SILVA

FILIAÇÃO VICENTE ANTONIO DA SILVA  
BENEDITA LEMES DA SILVA

SAO LUIS DE MONTES BELOS-GO DATA DE NASCIMENTO 27/MAR/1980

DOC. ORIGEM C.NAS. 1622 FLS. 19V L. A3 CRC-CORREGO DO  
OURO-GO EM 01/06/1986

ASSINATURA DO TITULAR

14866072

LEI Nº 116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
MARCIA CASTORINA E SILVA

Nº de Inscrição 893221181-72 Data do Nascimento 27/03/80

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura  
Marcia Castorina e Silva

MARCIA CASTORINA E SILVA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 11/04/98



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		
REGISTRO GERAL	4351727 2.A VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO 10/JUL/2008
NOME <b>ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA JUNIOR</b>		
FILIAÇÃO <b>ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA DALVA MARIA BORGES DA ROCHA</b>		
SANCLERLANDIA-GO		23/MAR/1985
NATURALIDADE		DATA DE NASCIMENTO
DOC. ORIGEM <b>C.NAS. 4075 FLS. 218 L. A-8 SANCLERLANDIA GO EM 18/04/1985</b>		
CPF	008957661-67	
5079992	Darcyana S. Mariano	23245247
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83		
THOMAS BROS & BROS		

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	
 POLEGAR DIREITO	
<i>Antonio E. da Rocha Junior</i> ASSINATURA DO TITULAR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	
THOMAS BROS & BROS	

## **Relatório da Programação Semanal da Rádio Cerrado FM 87,9**

### **Relatório Semanal da Rádio:**

- Horário de Funcionamento das 05:00 às 00:00.
- Das 05:00 às 07:30 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 07:30 às 08:00 (Programa falando francamente em rede com a Rádio Mil de Goiânia ).
- Das 08:00 às 11:00 (Programa Iris Costa e Você ).
- Durante a Programção Momentos de Informações Derecionados a Comunidade. Ex: Aviso de Cursos , Aviso da Celg, Aviso da Seneago , Avisos do Poder Judiciário, Avisos da Secretária de Saúde , Prefeitura , Oferta de Emprego ,Informações das Principais Manchetes de Jornais Do Estado e da Nossa Região, Giro de Notícias Com Liborio Santos, Resumo de Novelas , Horóscopo do Dia, Giro dos Famosos, etc...
- Das 11:00 às 12:00 hs (Programa Jesus está Voltando da Igreja Evangelica Assembleia de Deus ).
- Das 12:00 às 13:00 hs (Programa Musical e Apoio ).
- Das 13:00 às 15:00 hs (Programa Conexão 87 e Informações á Comunidade ).
- Das 15:00 às 18:00 hs (Programa Nação Sertaneja com informações a Comunidade ).
- Das 18:00 às 18:30 hs ( Programa da Igreja Católica ).
- Das 18:30 às 19:00 hs (Segue o Programa Nação Sertaneja ).
- Das 19:00 às 20:00 hs ( A voz do Brasil ).
- Das 20:00 às 22:00 hs (A Noite e Nossa ).
- Das 22:00 às 00:00 hs (Apoio cultural e Musicas Variadas ).
- Obs:
- Na Terça-feira das 16:00 às 17:00 ( Programa Maravilhosa Graça ).
- Na quarta-feira das 10:00 às 11:00 (Programa Evangelico Jesus está Voltando).
- No Sabádo
- Das 05:00 às 08:00 ( Programa Manhã Sertaneja ).
- Das 08:00 às 09:00 (Programa Infantil da Igreja Católica).

- Das 09:00 às 11:00 (Programa Evangelico Show da Amizade).
- Das 11:00 às 12:00 (Programa Evangelicos Amiguinhos de Jesus).
- No decorrer do dia Bloco de Apoio e Musicas Variadas .
- No Domingo
- Das 05:00 às 08:00 (Programa Manhã Sertaneja).
- Das 09:00 às 11:00 (Apoio Cultural e Músicas Variadas ).
- Das 11:00 às 12:00 ( programa Voz do Evangelho ).
- No decorrer do dia , segue os apoios culturais e Musicas variadas
- Durante a Programação Semanal , acontece promoções com sorteios de brindes para os ouvintes .

*Bandêirânia - 60, 10/08/14*

ASSOC. COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
CNPJ: 02 602 948/0001-42

*Márcia Castorina e Silva*

*Viviane Elza de Faria Simone Aparecida e Silva*  
*Waldine Custódio da Silva Animeses Borges do Amor*  
*Fabian Mendonça Vieira, Antônio Gustavo de Jesus Junior*  
*VALDIVINO MENDONÇA SILVA, Amorosa*  
*Cyrlton Lilemon de Macedo.*

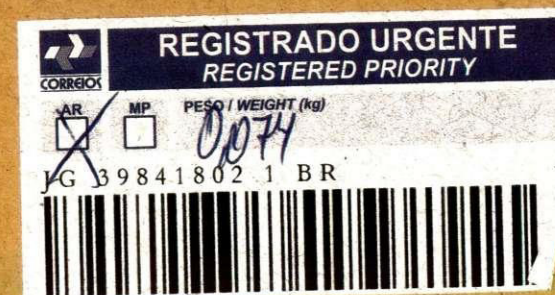


Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, n.º 242, Centro  
Florianópolis - SC  
CEP: 88 010 - 910



AR

DH





# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina-DRMC/SC.

## NOTA TÉCNICA Nº 8770/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.071343/2013-48**

Processo de Outorga nº: 53670.000481/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **SANCLERLÂNDIA/ GO.**

### ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1, 8.2, 8.3 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

II. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, **válido e atual;**

III. Ata de Eleição da nova diretoria devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, visto que o mandato da atual diretoria teve início 11/01/2010 e expirou em 11/01/2014, conforme descreve as Atas da Assembleia Geral dos dias 29/10/2009 e 10/01/2000, respectivamente e, de acordo com o que dispõe o art. 12 do Estatuto da entidade( mandato de quatro (4) anos).

VI. Vale ressaltar que, caso haja alteração na composição desta nova diretoria a ser eleita, é necessário apresentar cópia autenticada e legível do RG E CPF de todos os novos dirigentes.

V. Último relatório resumido do Conselho Comunitário, versando sobre a programação veiculada pela emissora, **assinado por todos os membro do Conselho Comunitário**, tendo vista o que foi apresentado pela entidade, esta assinado apenas pelo presidente do conselho, Sr. Valdineu.

### CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, **sob pena de indeferimento do pedido de renovação e**

**consequente extinção da autorização**, alertando que esta é a terceira (3ª) Nota Técnica dirigida à entidade, para solucionar as pendências.

À consideração superior.

---



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 28/08/2014, às 11:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 28/08/2014, às 11:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0106577** e o código CRC **FF574C3B**.

---





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, 242- Centro -CEP: 88010-970-Florianópolis/SC  
(48) 3229-4338 FAX (48) 3225-6724

Ofício nº 9200/2014/SEI-MC

**Florianópolis, 27 de agosto de 2014**

Ao Senhor

ARISMAR LEÃO DO AMARAL

Representante Legal da Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça

Avenida 5 de janeiro, 2047, Centro

CEP: 76.160.000 - Sanclerlândia/GO.

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **8770/2014/SEI/DRMC/SC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR POSTAL (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, no original ou em cópia autenticada sob pena da **extinção da outorga**.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

**MARCELO JOSÉ DUDEQUE**

Delegado Regional  
Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 28/08/2014, às 11:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0106770** e o código CRC **AE8F873D**.

---



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SR. ARISMAR LEÃO DO AMARAL

ENDEREÇO / ADRESSE

AV. 5 de JANEIRO 2047 CENTRO

CEP / CODE POSTAL

76.160000

CIDADE / LOCALITÉ

SANCLERLÂNDIA

UF

PAÍS / PAYS

GO BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 9200/2014/SEI-MC

53000.071343/2013-48

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Márcia Bastos e Silva

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

03/09/14

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

03 SET 2014

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

3958601 SSP-GO

PUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

DANIEL ROSIQUE SILVÉRIO TAVARES

ASSISTENTE SOCIAL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JH 12906134 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDERECO  
DEVOLUCAO  
RETOUR



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155

Sanclerlândia – GO, 29 de setembro de 2014.

Ao  
Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional de Santa Catarina  
Florianópolis – SC



Senhor Delegado,

Em resposta à Nota Técnica nº 8770/2014/SEI-MC, encaminhamos a este Ministério das Comunicações a documentação solicitada para Renovação da Outorga para funcionamento da Rádio Comunitária mantida pela Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, no município de Sanclerlândia, conforme Processo de Renovação nº 53000.071343/2013-48, a saber:

1. Cópia das Atas da 17ª, 18ª e 19ª Reunião da Associação, com registro e Certidão Cartorária, que convoca as eleições, divulga as chapas inscritas e empossa a nova Diretoria, respectivamente. Ressaltamos que, como não houve alterações, não estão sendo encaminhados os documentos pessoais dos novos diretores, vez que os documentos anteriormente encaminhados suprem esta necessidade.
2. Cópia do Comprovante de Inscrição no CNPJ válido e Atual.
3. Declaração da Associação, conforme item I da Nota Técnica.
4. Ultimo Relatório Resumido do Conselho Comunitário, devidamente Assinado.

A handwritten signature in blue ink, reading 'Arismar Leão do Amaral'.

Arismar Leão do Amaral  
Presidente da Associação

# **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**

## **JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

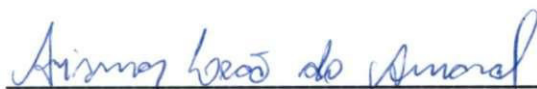
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO

Fone: 64 – 3679-1155

### **DECLARAÇÃO**

A Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ sob o nº 02.602.948/0001-42, com sede na Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, na cidade de Sanclerlândia, Estado de Goiás, CEP 76.160-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 611 datada de 31/10/2001 e Decreto Legislativo nº 834/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 14/11/2003, neste ato representada por seu Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, DECLARA para todos os fins que se fizerem necessários que a Emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Sanclerlândia – GO, 20 de setembro de 2014.



Arismar Leão do Amaral  
Presidente da Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.602.948/0001-42</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>06/01/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ASSOCIACAO JUVENTINA MARIA DE MENDONCA</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>AV 5 DE JANEIRO</b>	NÚMERO <b>2047</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>76.160-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>SANCLERLANDIA</b>	UF <b>GO</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>09/11/2007</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **29/09/2014** às **12:21:23** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155

**RELATÓRIO RESUMIDO DO CONSELHO COMUNITÁRIO**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
*RÁDIO CERRADO FM*

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 05:00 às 00:00  
PROGRAMAÇÃO

**PROGRAMAÇÃO DIÁRIA – TODOS OS DIAS DA SEMANA**

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO
05:00 - 07:29	Programa Manhã Sertaneja
07:30 – 07:59	Programa Falando Francamente, em rede com a Rádio Mil de Goiânia.
08:00 – 10:59	Programa Iris Costa e Você
11:00 – 11:59	Programa Jesus Está Voltando, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus
12:00 – 12:59	Programa Musical da Fé – Programação Gospel
13:00 – 14:59	Programa Conexão 87
15:00 – 17:59	Programa Nação Sertaneja
18:00 – 18:29	Programa Show da Fé, da Igreja Católica
18:30 – 18:59	Programa Nação Sertaneja, com as 20 músicas mais pedidas durante o dia.
19:00 – 19:59	A Voz do Brasil
20:00 – 00:00	Programa “A noite é Nossa”

**PROGRAMAÇÃO ESPECIAL – ALGUNS DIAS DA SEMANA**

**TERÇA FEIRA**

16:00 – 16:59	Programa Maravilhosa Graça
10:00 – 11:00	Programa Jesus Está Voltando – Programação Infantil

**QUARTA FEIRA**

17:00 – 17:59	Programa UEG EM FOCO
---------------	----------------------

**SÁBADO**

08:00 – 08:59	Programa Show da Fé – Programação Infantil Maravilhosa Graça
10:00 – 11:59	Programa Evangélico Show da Amizade
12:00 – 12:59	Programa Amiguinhos de Jesus – Programação Infantil

**DOMINGO**

11:00 – 11:59	Programa “A Voz do Evangelho”.
---------------	--------------------------------

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155

Durante a programação, são veiculados informes de interesse da comunidade, com avisos sobre Cursos, Palestras, Convites, Divulgação de Festividades, Programações Religiosas, Artísticas e Culturais, Avisos das Estatais (CELG, SANEAGO, ANATEL, Secretarias de Estado e Prefeitura Municipal), Avisos do Judiciário e Legislativo, Ofertas de Empregos, Notas de Falecimento, bem como a divulgação das principais notícias do dia.

  
Valdineu Custódio da Silva

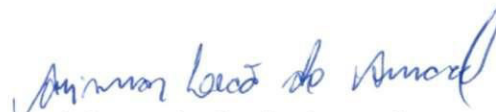
Presidente do Conselho Comunitário

  
Divino Elson de Paiva

Membro do Conselho Comunitário

  
Valdivino Mendonça da Silva  
Membro do Conselho Comunitário

  
Márcia Castorina e Silva  
Membro do Conselho Comunitário

  
Arismar Leão do Amaral  
Presidente da Associação

# ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL

## JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO

Fone: 64 – 3679-1155

### ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da décima nona reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos vinte dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia – GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 005/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na Proclamação do Resultado das Eleições para Diretoria Executiva da Associação, bem como na posse dos eleitos. O Presidente saudou a todos, agradecendo a presença na reunião e a votação maciça durante o processo Eleitoral. Em seguida, o presidente passou a palavra ao secretário da associação, que procedeu a leitura do relatório das Eleições, confirmando que aproximadamente 85% dos membros aptos a participarem do pleito compareceram para votar no dia 17/09/2014, e que o resultado foi a eleição da Chapa “o Trabalho Continua”, única chapa que se inscreveu para participa do pleito, com a seguinte composição: PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e Silva. O Presidente declarou empossados os novos Diretores Executivos da Associação Comunitária, e como presidente eleito, agradeceu a todos pela oportunidade de continuar à frente da Associação, reafirmando seu compromisso em lutar para que novas ações sejam desenvolvidas com o intuito de melhorar a atuação da associação junto à comunidade. Os demais membros não quiseram fazer uso da palavra, dizendo apenas que corroboravam da opinião do presidente. Ato contínuo, o Secretário solicitou o uso da palavra para dar conhecimento à Associação da Nota Técnica nº 8770/2014/SEI-MC, do Ministério das Comunicações, que trata do pedido de renovação de outorga da Associação Comunitária (Processo de Outorga nº 53000.071343/2013-48). O Secretário disse que todas as providências estão sendo tomadas para que a resposta seja entregue em tempo hábil, dependendo agora apenas do registro das atas que ainda não foram registradas e na juntada de documentos. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

Arismar Leão do Amaral

Valdivino Mendonça da Silva

Divino Elson de Paiva

Márcia Castorina e Silva

Antonio Eustáquio da Rocha Júnior

Márcia Castorina e Silva

Valdivino Custódio da Silva

Itamar Leão do Amaral

Arismar Leão do Amaral

04681304030949112000023 - Verifique em: [extrajudicial.tre.br/ma](http://extrajudicial.tre.br/ma)

Protocolo: 2.272 AV-36 Livro A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014

Faria de Faria Paiva Alves

Escrivente e Substituto





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155

**ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA**  
**CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

Ata da décima sétima reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos dois dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia – GO, às 20:00, reuniram-se, extraordinariamente, os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 003/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na aprovação do Edital de Eleição para Diretoria Executiva da Associação e na divulgação de informações referentes às eleições. O presidente ressaltou a importância em se regularizar a situação da atual Diretoria, vez que a Associação vem pleiteando a renovação da Outorga para funcionamento da Rádio, e que o pleito da atual diretoria está vencido. O Secretário Antonio Eustáquio da Rocha Júnior procedeu a leitura do Edital, informando que as Chapas interessadas em concorrer nas Eleições poderá ser realizada a partir do dia 03/09/2014, encerrando no dia 14/09/2014. As Eleições estão previstas para acontecer no dia 17/09/2014, no período das 08:00 às 19:00, na sede da Associação, sendo que contagem dos votos e divulgação do resultado ocorrerão ainda no mesmo dia. Desde já os membros da Associação foram convocados para uma reunião no dia 15/09/2014, para a divulgação das Chapas inscritas e outra no dia 20/09/2014, para a proclamação do resultado. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

*Arismar Leão do Amaral*  
*Alcides Alves Pereira*  
*Márcia Castorina e Silva*  
*Itamar Leão do Amaral*  
*Antonio Eustáquio da Rocha Júnior*  
*Valdineu Custódio da Silva*  
*Divino Elson de Paiva*  
*Valdivino Mendonça da Silva*

04691394030949112000022 - Verifique em: [extrajudicial.juiz.br/sis](http://extrajudicial.juiz.br/sis)

Protocolo: 2.271 AV-36 Livro: A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014

*Antonio Eustáquio da Rocha Júnior*  
Antonio Eustáquio da Rocha Júnior - Escrevente e Subscritor



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO

Fone: 64 – 3679-1155

**ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA  
CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

Ata da décima oitava reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos quinze dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia – GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 004/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na divulgação da Chapas inscritas para Eleição para Diretoria Executiva da Associação e na divulgação de informações referentes às eleições. O presidente passou a palavra ao secretário da associação, que procedeu a leitura dos nomes inscritos na Chapa “o Trabalho Continua”, única inscrita para participar da eleição, com a seguinte composição: PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e Silva. O Secretário ressaltou aos presentes a importância das Eleições, que ocorrerão, conforme previsto, no dia 17/09/2014, na sede da Associação, no período das 08:00 às 19:00, informando que a contagem dos votos e divulgação do resultado serão ainda no dia 17, e, no dia 20/09/2014, às 20:00, na sede da Associação, a Assembléia se reunirá para a proclamação do resultado e posse dos eleitos, ficando desde já convocados todos os presentes. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

*Arismar Leão do Amaral*

*Simone Aparecida e Silva*

*Divino Elson de Paiva*

*Valdivino*

*Antonio Eustáquio da Rocha Júnior*

*Márcia Castorina e Silva*

*Valdivino Mendonça da Silva*

*Itamar Leão do Amaral*

04691204000949112000024 - Verifique em: [extrajudicial.tjgo.jus.br/selo](http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo)

Protocolo: 2.273 AV-36 Livro: A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014

*Valdivino*  
Valdivino Mendonça da Silva - Escrevente e Subscritor

*José Pinto de Paiva*  
Titular

SANCLERLÂNDIA-GO





A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2273 Data Registro: 30/09/2014 Folha nº 1

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇAAV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155

001 ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA  
002 CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA  
003 Ata da décima oitava reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça.  
004 Aos quinze dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro,  
005 nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos  
006 termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 004/2014, a  
007 saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira,  
008 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar  
009 Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de  
010 Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdeine Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva,  
011 Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na divulgação da Chapas inscritas  
012 para Eleição para Diretoria Executiva da Associação e na divulgação de informações referentes às  
013 eleições. O presidente passou a palavra ao secretário da associação, que procedeu a leitura dos  
014 nomes inscritos na Chapa "o Trabalho Continua", única inscrita para participar da eleição, com a  
015 seguinte composição: PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino  
016 Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides  
017 Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO  
018 CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE  
019 PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdeine  
020 Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e  
021 Silva. O Secretário ressaltou aos presentes a importância das Eleições, que ocorrerão, conforme  
022 previsto, no dia 17/09/2014, na sede da Associação, no período das 08:00 às 19:00, informando  
023 que a contagem dos votos e divulgação do resultado serão ainda no dia 17, e, no dia 20/09/2014,  
024 às 20:00, na sede da Associação, a Assembléia se reunirá para a proclamação do resultado e posse  
025 dos eleitos, ficando desde já convocados todos os presentes. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se  
026 a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio  
027 Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do  
028 Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário,  
029 Divino Elson de Paiva e por 3, membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

030 *Arismar Leão do Amaral*  
031 *Valdivino Mendonça da Silva*  
032 *Divino Elson de Paiva*  
033 *Márcia Castorina e Silva*  
034 *Antonio Eustáquio da Rocha Júnior*  
035 *Itamar Leão do Amaral*  
036 *Valdeine Custódio da Silva*  
037 *Valdivino Mendonça da Silva*  
038 *Valdivino Mendonça da Silva*  
039 *Valdivino Mendonça da Silva*  
040 *Valdivino Mendonça da Silva*  
041 *Valdivino Mendonça da Silva*  
042 *Valdivino Mendonça da Silva*  
043 *Valdivino Mendonça da Silva*  
044 *Valdivino Mendonça da Silva*  
045 *Valdivino Mendonça da Silva*  
046 *Valdivino Mendonça da Silva*  
047 *Valdivino Mendonça da Silva*  
048 *Valdivino Mendonça da Silva*  
049 *Valdivino Mendonça da Silva*

1489120402020812000024 - Protocolo 2.273 AV-36 Livro A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia - GO - 30 de setembro de 2014

Ante a Mesa, eu, *Antonio Eustáquio da Rocha Júnior*, Escrevente e Suboficial

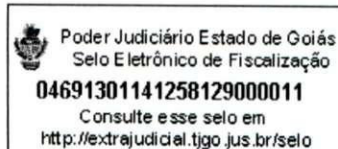


Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia/GO. Dou fé. Eu *Antonio Eustáquio da Rocha Júnior* Escrevente e Suboficial.



*Vanila de Faria Paiva Alves*  
Escrevente e Suboficial







## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2272 Data Registro: 30/09/2014 Folha nº 1  
O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

*[Assinatura]*

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da décima nona reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos vinte dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 005/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na Proclamação do Resultado das Eleições para Diretoria Executiva da Associação, bem como na posse dos eleitos. O Presidente saudou a todos, agradecendo a presença na reunião e a votação maciça durante o processo Eleitoral. Em seguida, o presidente passou a palavra ao secretário da associação, que procedeu a leitura do relatório das Eleições, confirmando que aproximadamente 85% dos membros aptos a participarem do pleito compareceram para votar no dia 17/09/2014, e que o resultado foi a eleição da Chapa "o Trabalho Continua", única chapa que se inscreveu para participa do pleito, com a seguinte composição: PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e Silva. O Presidente declarou empossados os novos Diretores Executivos da Associação Comunitária, e como presidente eleito, agradeceu a todos pela oportunidade de continuar à frente da Associação, reafirmando seu compromisso em lutar para que novas ações sejam desenvolvidas com o intuito de melhorar a atuação da associação junto à comunidade. Os demais membros não quiseram fazer uso da palavra, dizendo apenas que corroboravam da opinião do presidente. Ato contínuo, o Secretário solicitou o uso da palavra para dar conhecimento à Associação da Nota Técnica nº 8770/2014/SEI-MC, do Ministério das Comunicações, que trata do pedido de renovação de outorga da Associação Comunitária (Processo de Outorga nº 53000.071343/2013-48). O Secretário disse que todas as providências estão sendo tomadas para que a resposta seja entregue em tempo hábil, dependendo agora apenas do registro das atas que ainda não foram registradas e na juntada de documentos. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

*[Assinaturas manuscritas]*

Protocolo 2272 AV-36 Livro A-1  
Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014  
José Pinto de Paiva Alves - Escrevente e Suboficial

Protocolo 2272 AV-36 Livro A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos

Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014

José Pinto de Paiva Alves - Escrevente e Suboficial



Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia/GO. Dou fé. Eu 40 Escrevente e Suboficial.

*[Assinatura]*  
Vanir de Faria Paiva Alves  
Escrevente e Suboficial



Poder Judiciário Estado de Goiás  
Selo Eletrônico de Fiscalização  
04691301141258129000010  
Consulte esse selo em  
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

EMOL = 24,66  
TX = 10,68  
TOTAL = 35,33



A

## Registro Integral

Livro nº A-1 Registro nº 36 Protocolo: 2271 Data Registro: 30/09/2014 Folha nº 1

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

*Handwritten signature*ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇAAV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da décima sétima reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos dois dias do mês de setembro de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se, extraordinariamente, os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 003/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral, VICE PRESIDENTE: Alcides Alves Pereira, 2º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdineu Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva. A pauta da Reunião consiste na aprovação do Edital de Eleição para Diretoria Executiva da Associação e na divulgação de informações referentes às eleições. O presidente ressaltou a importância em se regularizar a situação da atual Diretoria, vez que a Associação vem pleiteando a renovação da Outorga para funcionamento da Rádio, e que o pleito da atual diretoria está vencido. O Secretário Antonio Eustáquio da Rocha Júnior procedeu a leitura do Edital, informando que as Chapas interessadas em concorrer nas Eleições poderá ser realizada a partir do dia 03/09/2014, encerrando no dia 14/09/2014. As Eleições estão previstas para acontecer no dia 17/09/2014, no período das 08:00 às 19:00, na sede da Associação, sendo que contagem dos votos e divulgação do resultado ocorrerão ainda no mesmo dia. Desde já os membros da Associação foram convocados para uma reunião no dia 15/09/2014, para a divulgação das Chapas inscritas e outra no dia 20/09/2014, para a proclamação do resultado. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação. Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Tesoureira Márcia Castorina e Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

Arismar Leão do Amaral  
Márcia Castorina e Silva  
Antonio Eustáquio da Rocha Júnior  
Divino Elson de Paiva  
Valdivino Mendonça da Silva  
Aylton Filemon de Macedo  
Valdineu Custódio da Silva

44812402084912000022 - Cartório de Registro de Títulos e Documentos  
Protocolo 2.271 AV-36 Livro A-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 30 de setembro de 2014  
José Pinto de Paiva  
Titular

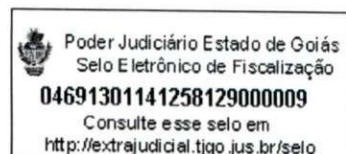
Escritório de Suboficial



Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sanclerlândia-GO. Dou fé. Eu *[assinatura]* Escrevente e Suboficial.

*[assinatura]*  
Vania de Faria Paiva Alves  
Escrevente e Suboficial



EMOL = 24,66  
TX = 30,62  
TOTAL = 55,28





Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional em Santa Catarina

Praca XV de Novembro, nº 242, Centro  
Florianópolis - SC

CEP 88 010-970

AR

DH





(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Associação Comunitária Cultural  
Juventina Maria de Mendonça  
Santalândia - GO

**NOTA TÉCNICA Nº 13143/2014/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.071343/2013-48**

Processo de Outorga nº: 53670.000481/1988.

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Sanclerlândia/GO**.

**ANÁLISE**

---

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Tendo em vista a análise realizada no processo e, em pesquisa à rede mundial de computadores bem como em busca ao banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, constatou-se a existência de indícios segundos os quais a requerente manteria vínculo que a subordinariam ou a sujeitariam à gerência, administração, domínio, comando ou orientação de outra entidade, mediante compromissos ou **relações ideológicas e político-partidárias**, em infringência ao subitem 8.1, "f.7" da Norma 1/2011 e ao art.11 da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. a saber:

- O Vice- Presidente da entidade ( Valdivino Mendonça da Silva) é filiado ao Partido Social Democrático Brasileiro -PSDB, inclusive fazendo parte do Diretório Municipal , como membro da Comissão Provisória do mencionado Partido ( cópia da Certidão em anexo).

Desta maneira, como todos os fatos acima citados têm o potencial de infringir dispositivos legais, em obediência aos princípios Constitucionais da ampla defesa e do contraditório, **é necessário que a entidade se manifeste** no prazo referido no Ofício que acompanha esta NT, **apresentando as razões que entender pertinentes** e realize nova Assembleia para eleição de novo dirigente, que não tenham vínculo partidário, religiosos, familiares ou comerciais,

com a Ata devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e cópia legível autenticada do RG E CPF do novo eleito, bem como, do comprovante de residência, caso o Vice-Presidente venha renunciar.

II. Cópia autenticada e legível do CPF do Secretário Antônio Eustáquio, bem como, do RG e CPF do novo Vice-Presidente eleito, caso o atual venha renunciar seu mandato. Caso contrário, a cópia autenticada e legível do seu CPF.

## CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 09/10/2014, às 10:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 09/10/2014, às 14:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0179455** e o código CRC **EC651DA1**.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar-Centro  
CEP: 88010-970-Florianópolis/SC  
(48) 3229-4373 FAX (48) 3225-6724

Ofício nº 14805/2014/SEI-MC

Florianópolis, 09 de outubro de 2014.

Ao Senhor  
ARISMAR LEÃO DO AMARAL  
Representante Legal da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de  
Mendonça  
Avenida 5 de Janeiro, 2047, Centro.  
CEP: 76.160.000 - Sanclerlândia / GO.

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **13143/2014/SEI/DRMC/SC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR POSTAL (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com

assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

MARCELO JOSÉ DUDEQUE



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 09/10/2014, às 14:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0179592** e o código CRC **0CE3E1F7**.

---



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **VALDIVINO MENDONÇA DA SILVA (Título Eleitoral: 018877991007 )** é **MEMBRO DA COMISSÃO PROVISÓRIA (exercício 24/03/2013 a 24/04/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSDB - 45 PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**  
Abrangência: **MUNICIPAL - SANCLERLÂNDIA/GO**  
Vigência: **Início: 24/03/2013 Final: 24/04/2015**  
Código: **IUHE.HBC9.H\$BB.P6ZQ.**  
Certidão emitida às: **09/10/2014 10:11:42**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar-Centro  
CEP: 88010-970-Florianópolis/SC  
(48) 3229-4373 FAX (48) 3225-6724

Memo. nº 1455/2014/SEI-MC

Florianópolis, 09 de outubro de 2014

À Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas.

**Assunto: Solicitação de abertura de processo de apuração de infração - Ref.Processo nº53000.071343/2013-48.**

1. Foram encontrados indícios de que a Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Sanclerlândia/GO, estaria infringindo o art.11 da Lei nº 9.612/1998, ao manter vínculo político-partidário, conforme exposto abaixo.

O Vice-Presidente da entidade ( Valdivino Mendonça da Silva) é membro do Diretório Municipal do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, fazendo parte da sua Comissão Provisória, conforme Certidão extraída do *site* do TSE, cadastradas e digitalizadas no referido processo via SEI ( doc.0179919).

2. Diante o exposto, solicitamos abertura de processo de apuração de infração.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 09/10/2014, às 12:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0179919** e o código CRC **AD3BC335**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

### DESPACHO

Processo nº: **53000.071343/2013-48**

Interessado(a): **ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA (ASSOCIACAO JUVENTINA MARIA DE MENDONCA)**

Em atenção ao Memorando nº 1455/2014/SEI-MC, de 9 de outubro de 2014, por intermédio do qual comunica indícios de ilícitos administrativos, informamos que foi instaurado o Processo de Apuração de Infração - PAI nº 53900.001686/2015-63 em desfavor da ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA (ASSOCIACAO JUVENTINA MARIA DE MENDONCA), entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Sanclerlândia, Estado de Goiás.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 10/02/2015, às 10:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0319564** e o código CRC **49FC1074**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL  
JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO – SANCLERLÂNDIA – GO  
Fone: 64 – 3679-1155

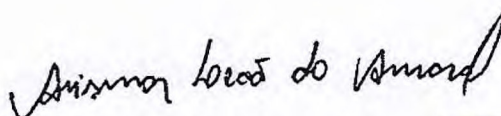
Sanclerlândia – GO, 20 de novembro de 2014.

Ao  
Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional de Santa Catarina  
Florianópolis – SC

Senhor Delegado,

Em resposta à Nota Técnica, encaminhamos a este Ministério das Comunicações a documentação solicitada para Renovação da Outorga para funcionamento da Rádio Comunitária mantida pela Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, no município de Sanclerlândia, conforme Processo de Renovação nº 53000.071343/2013-48, a saber:

1. Cópia da Ata da 20ª Reunião da Associação, com registro e Certidão Cartorária, substitui o Vice Presidente, senhor Valdivino Mendonça da Silva
2. Cópia dos documentos pessoais do senhor Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário da Associação.



Arismar Leão do Amaral  
Presidente da Associação



Carolina Souto Ribeiro  
Agente Administrativo  
ORMC - 04 / Matrícula 1786449



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL**  
**JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**  
AV. 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO - SANCLERLÂNDIA - GO  
Fone: 64 - 3679-1155

**ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA**  
**CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**

Ata da vigésima reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sanclerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 006/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filemon de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elson de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e Silva. A pauta da Reunião consiste na substituição do vice presidente da associação, em cumprimento à determinação do Ministério das Comunicações, referente ao processo de renovação de Outorga da Rádio. O Presidente saudou a todos, agradecendo a presença na reunião, e fez a leitura da Nota Técnica, que recomenda a substituição do Vice Presidente da Associação, uma vez que o mesmo é membro de um partido político e exerce o cargo dentro da Comissão Municipal do referido Partido. Dada a palavra ao vice presidente, este se manifestou dizendo que embora faça parte da comissão, jamais influenciou as decisões da associação levando em consideração seu posicionamento político partidário, e que sua atuação como vice presidente sempre foi seguida com o intuito de ajudar a fortalecer as ações da instituição, e que, para não prejudicar a Associação, renuncia ao seu mandato. O presidente agradeceu ao senhor Valdivino por seu posicionamento e por seu desprendimento, reforçando as suas palavras de que, realmente, o seu intuito sempre foi o de auxiliar, o que mais uma vez foi demonstrado. Em seguida, passou a deliberar-se sobre a substituição do vice presidente, ficando acordado que a 1º Tesoureira, senhora Márcia Castorina e Silva, assumiria a função e que o 2º tesourei-te, senhor Alcides Alves Pereira passaria a ocupar a função de 1º Tesoureiro. Os membros aprovaram a solução proposta, deliberando, por unanimidade, que assim fosse feito. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Vice Presidente, Márcia Castorina e Silva, pelo Senhor Valdivino Mendonça da Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elson de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

Antonio Eustáquio da Rocha Júnior

Valdivino Custódio da Silva

Márcia Castorina e Silva

Alcides Alves Pereira

Divino Elson de Paiva

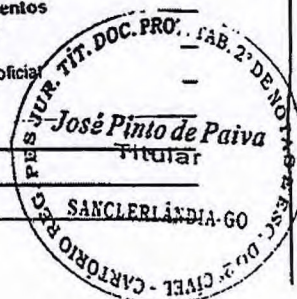
Arismar Leão do Amaral

0499130-1092849112000020 - Verifique em: extrajudicial.jus.br 1010

Protocolo: 2.285 AV-36 Livro B-1

Atos Praticados - Registro de Títulos e Documentos  
Sanclerlândia-GO, 21 de novembro de 2014

Valdivino Mendonça da Silva  
Escritor e Suboficial







B

## Registro Integral

Livro nº B-1 Registro nº 36 Protocolo: 2285 Data Registro: 21/11/2014 Folha nº 1

O documento abaixo, foi DIGITALIZADO, conforme o original.

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL

## JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

AV 5 DE JANEIRO, Nº 2047, CENTRO, SANCERLÂNDIA - GO

Fone: 64 3679-1133

## ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

Ata da vigésima reunião da Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça. Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de 2014, na sede da Associação, sito à Avenida 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Sancerlândia - GO, às 20:00, reuniram-se os membros da Associação, nos termos do Estatuto da instituição e em conformidade com o Edital de Convocação 006/2014, a saber: o PRESIDENTE: Arismar Leão do Amaral. VICE PRESIDENTE: Valdivino Mendonça da Silva. 1º TESOUREIRO: Márcia Castorina e Silva. 2º TESOUREIRO: Alcides Alves Pereira. SECRETÁRIO: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Itamar Leão do Amaral. PRESIDENTE DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO: Aylton Filomeno de Macedo. CONSELHO COMUNITÁRIO: Valdivino Custódio da Silva, Divino Elton de Paiva, Valdivino Mendonça da Silva e Márcia Castorina e Silva. A pauta da Reunião consiste na substituição do vice presidente da associação, em cumprimento à determinação do Ministério das Comunicações, referente ao processo de renovação de Outorga da Rádio. O Presidente saudou a todos, agradecendo a presença na reunião, e fez a leitura da Nota Técnica, que recomenda a substituição do Vice Presidente da Associação, uma vez que o mesmo é membro de um partido político e exerce o cargo dentro da Comissão Municipal do referido Partido. Dada a palavra ao vice presidente, este se manifestou dizendo que embora faça parte da comissão, jamais influenciou as decisões da associação levando em consideração seu posicionamento político partidário, e que sua atuação como vice presidente sempre foi seguida com o intuito de ajudar a fortalecer as ações da instituição, e que, para não prejudicar a Associação, renuncia ao seu mandato. O presidente agradeceu ao senhor Valdivino por seu posicionamento e por seu desprendimento, reforçando as suas palavras de que, realmente, o seu intuito sempre foi o de auxiliar, o que mais uma vez foi demonstrado. Em seguida, passou a deliberar-se sobre a substituição do vice presidente, ficando acordado que a 1ª Tesoureira, senhora Márcia Castorina e Silva, assumiria a função e que o 2º tesoureira, senhor Alcides Alves Pereira passaria a ocupar a função de 1º Tesoureira. Os membros aprovaram a solução proposta, deliberando, por unanimidade, que assim fosse feito. Nada mais tendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, lavrando-se a presente ata, que após lida, segue assinada por mim, Antonio Eustáquio da Rocha Júnior, Secretário desta Associação, Presidente, senhor Arismar Leão do Amaral, pela Vice Presidente, Márcia Castorina e Silva, pelo Senhor Valdivino Mendonça da Silva, pelo representante do Conselho comunitário, Divino Elton de Paiva e por 3 membros, conforme previsto no Estatuto da Associação.

Antonio Eustáquio da Rocha Júnior  
Valdivino Custódio da Silva  
Márcia Castorina e Silva  
Alcides Alves Pereira  
Itamar Leão do Amaral  
Aylton Filomeno de Macedo  
Divino Elton de Paiva  
Valdivino Mendonça da Silva

Protocolo 2285 - Livro B-1  
Atos Práticos - Registro de Atos e Documentos  
Sancelândia - GO 21 de novembro de 2014

Arismar Leão do Amaral - Presidente e Secretário

Valdivino Mendonça da Silva - Vice Presidente

Márcia Castorina e Silva - 1ª Tesoureira

Alcides Alves Pereira - 2ª Tesoureira

Antonio Eustáquio da Rocha Júnior - Secretário

Itamar Leão do Amaral - Presidente do Conselho Fiscal

Aylton Filomeno de Macedo - Presidente do Conselho de Programação

Valdivino Custódio da Silva - Membro do Conselho Comunitário

Divino Elton de Paiva - Membro do Conselho Comunitário

Valdivino Mendonça da Silva - Membro do Conselho Comunitário

Márcia Castorina e Silva - Membro do Conselho Comunitário

Alcides Alves Pereira - Membro do Conselho Comunitário

Antonio Eustáquio da Rocha Júnior - Membro do Conselho Comunitário

Itamar Leão do Amaral - Membro do Conselho Comunitário

Aylton Filomeno de Macedo - Membro do Conselho Comunitário

Valdivino Custódio da Silva - Membro do Conselho Comunitário

Divino Elton de Paiva - Membro do Conselho Comunitário

Valdivino Mendonça da Silva - Membro do Conselho Comunitário

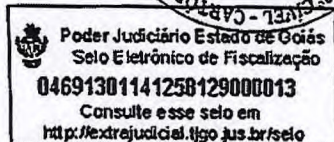
Márcia Castorina e Silva - Membro do Conselho Comunitário

Alcides Alves Pereira - Membro do Conselho Comunitário

Declaro registrado em meu Serviço Registral o documento acima, digitalizado em seu número de protocolo, número de registro, número de livro e folha acima.

Sancelândia/GO. Dou fé. Eu Arismar Leão do Amaral Escrevente e Suboficial.

Arismar Leão do Amaral  
Escrevente e Suboficial





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4351727 2ª VIA DATA DE EXPEDICAO 10/JUL/2008

NOME ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA JUNIOR  
FILIAÇÃO ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA  
DAIVA MARIA BORGES DA ROCHA

SANCERLANDIA-GO 23/MAR/1985  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. CHUEM C.NAS. 4075 FLB. 218 L. A-8 SANCERLANDIA  
GO EM 18/04/1985

CNP 008957661-67

5079992 Darcyana S. Machado  
PAVIMENTO DO CHISPA 23245247

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Assinatura: Antonio E. da Rocha Junior

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Fls. 01

ESTADO DE GOIÁS – COMARCA DE  
SANCLERLÂNDIA

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE  
INTERDIÇÃO E TUTELAS E TABELIONATO DE NOTAS

Praça Três Poderes, nº 10, centro, Sanclerlândia – Goiás.

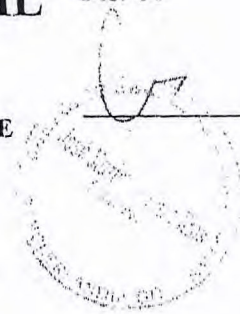
Telefone e Fax: (64) 3679-1157

Adriana Macedo e Silva Rios

José Maria Ferreira Rios

Oficiala e Tabeliã

Escrevente



## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

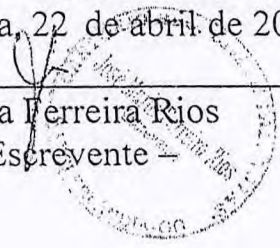
CERTIFICO que do Livro nº A-08 às fls. 218 sob o termo de nº 4.075, consta o registro do Nascimento de: ANTONIO EUSTÁQUIO DA ROCHA JUNIOR, ocorrido a vinte e três dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, (23.03.1985.), em Hospital Santa Lucia, nesta cidade, às 05:15 horas, do sexo masculino, filho de: Antonio Eustáquio da Rocha e de Dalva Maria Borges da Rocha brasileiros, casados, comerciante e do lar, ela com 31 anos de idade, naturais de Santana de Patos-MG e Carmo do Paranaíba-MG, residentes e domiciliados nesta cidade. AVÓS PATERNOS: Alceu José da Rocha e Abadia Maria de Jesus. AVÓS MATERNOS: Boanerges Elias Borges e Laudelina Ana de Jesus. FOI DECLARANTE: O pai do registrado. OBS: Feito o registro em 18 de abril de 1985.

Emolumentos: R\$ 20,00  
Taxa Judiciária: R\$ 8,00  
Total R\$ 28,00

O referido é verdade e dou fé.  
Sanclerlândia, 22 de abril de 2009.

José Maria Ferreira Rios

—Escrevente—







## COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
**008.957.661-67**Nome  
**ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA JUNIOR**Nascimento  
**23/03/1985**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
**8D47.6C09.5951.6E3A**A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço**www.receita.fazenda.gov.br**Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 09:32:25 do dia 17/02/2014 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR  
*Antonio E. da Rocha Junior*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4351727 2.A VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 10/JUL/2008

NOME **ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA JUNIOR**

FILIAÇÃO **ANTONIO EUSTAQUIO DA ROCHA  
DALVA MARIA BORGES DA ROCHA**

SANCLERLANDIA-GO 23/MAR/1985  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM C.NAS. 4075 FLS. 218 L. A-8 SANCLERLANDIA  
GO EM 18/04/1985

CPF 008957661-67

5079992 Darcyana S. Marinho 23245247  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/85

THOMAS GREG & SONS



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4351727 2.A VIA DATA DE EMISSÃO 10/11/2008

NOME **ANTONIO EUSTÁQUIO DA ROCHA JUNIOR**

FILIAÇÃO **ANTONIO EUSTÁQUIO DA ROCHA DELVA MARIA BORGES DA ROCHA**

SANCTI LINDIA-GO DATA DE NASCIMENTO 23/MAR/1966

DOC. ORIGEM C.NAS. 4075 FLS. 318 L. A-B SANCTI LINDIA GO EM 18/04/1985

CPF 008957661-67

5079992

Darcyana S. M. M. LINDIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/88

THOMAS ORSI & SOUZA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS ORSI & SOUZA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANTONIO EUSTÁQUIO DA ROCHA JUNIOR

ASSINATURA DO TITULAR

VÁLIDA SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME DO ELEITOR

ANTONIO EUSTÁQUIO DA ROCHA JUNIOR

DATA DE NASCIMENTO

23/03/1966

LOCAL DE NASCIMENTO

SANCTI LINDIA-GO

DATA DE EMISSÃO

10/11/2008

LOCAL DE EMISSÃO

SANCTI LINDIA-GO

VÁLIDA SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA



Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional em Santa Catarina

Rua XV de Novembro, nº 242, Centro  
Florianópolis - SC  
CEP 88 010-970

AR

AR

DH



**REGISTRADO URGENTE**  
**REGISTERED PRIORITY**

VAR ☒ MP ☐ PESO / WEIGHT (kg) 0.053

9H 35438467 8 BR

Barcode



Associação Comunitária Cultural Puertina  
Rua de Mendença  
Ave 5 de Janeiro, nº 2047, Centro, Barcelonandia - GO  
CEP. 76.160-000

(ETIQUETA DO CARIMBO MP)



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR** 30 dias - Toda

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE** 25/11/2014

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SR. ARISMAR LEÃO DO AMARAL

ENDEREÇO / ADRESSE

AV. 5 de JANEIRO 2047 CENTRO

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITE

UF

PAIS / PAYS

76.160-000 SANCERLÂNIA

GOIÁS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 14805/2014/SEI.MC

53000.071343/2013.48

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*Arismar Leão*

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

24/10/2014

CARIMBO DE ENTREGA  
UNITÁRIO (D.D.E.U.)  
BUREAU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'EMPLOIÉ

DANIEL ROSQUE SILVERIO TAVARES  
AG. CORREIOS/CARTEIRO

6.331.975-1

AG SANCERLÂNIA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

72403-0

FCB 63 / 16

114 x 186 mm



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 - Centro - CEP: 88010-970 - Florianópolis/SC  
(48) 3229-4338 FAX (48) 3225-6724

Memo. nº 359/2015/SEI-MC

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias - CODEN

Assunto: Informação sobre entidades comunitárias de pleiteiam a Renovação da Outorga.1.

Senhora Coordenadora,

Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Sanclerlândia/GO**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM  
Delegada Regional  
Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 25/02/2015, às 12:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0372956** e o código CRC **2FF00936**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica****Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica****Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas****Coordenação de Análise de Denúncias****DESPACHO**Processo nº: **53000.071343/2013-48**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA  
MARIA DE MENDONÇA**

Em atenção ao Memorando nº 359/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registro de PAIs Ativos	53900.001686/2015	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando análise da defesa;</li><li>• Irregularidade apurada: Art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98.</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.000347/2007	<ul style="list-style-type: none"><li>• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0411554);</li><li>• Despacho nº 792, de 28/10/2009 - ADVERTÊNCIA;</li><li>• Infração: 14.2 c/c 17.2 e 18.3.2.2 da Norma Complementar n 01/2004 e Art. 40, inciso XXII c/c Art. 38 inciso do Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 1998.</li></ul>

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**,



**Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 20/03/2015, às 11:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0411550** e o código CRC **405CEC9B**.

---

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.



Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | [menu](#) [ajuda](#)

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** GO  
**Município:** Sanclerlândia  
**Canal:** 200  
**Fase:** 3

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**

### Dados da Entidade

**Entidade:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA  
**Nome Fantasia:**  
**Logradouro:** AV 5 DE JANEIRO  
**Telefone:** Não Informado  
**Situação:** Entidade não possui débitos

**CNPJ:** 02.602.948/0001-42

**Bairro:** SETOR RODOVIÁRIO  
**Número:** 2047  
**Fax:** Não Informado

### ☐ Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

**CNPJ:**

**Razão Social:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA  
**Tipo de Usuário:** Integral

#### Endereço Sede

**País:** Brasil  
**Cep:** 76160000  
**Número:** 2047  
**Município:** Sanclerlândia  
**Telefone:**

**Logradouro:** AV 5 DE JANEIRO  
**Complemento:**  
**Bairro:** SETOR RODOVIÁRIO  
**Distrito:**  
**SubDistrito:**  
**Fax:**

**UF:** GO

#### Endereço de Correspondência

**País:** Brasil  
**Cep:** 76160000  
**Número:** 2047  
**Município:** Sanclerlândia

**Logradouro:** AV 5 DE JANEIRO  
**Complemento:**  
**Bairro:** SETOR RODOVIÁRIO  
**Distrito:**  
**SubDistrito:**

**UF:** GO

**Telefone:**   **Fax:**   **E-mail:**

#### Dados da Outorga

**Data Publicação Contrato/Convênio:**

**Data Limite Instalação:**

**Número do Processo:**

**Fistel:**

**Caixa:**

**Sequência:**

### ☐ Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text" value="611"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="24/10/2001"/>	<input type="text" value="31/10/2001"/>	Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text" value="27696"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="SCM"/>	<input type="text" value="29/07/2002"/>	<input type="text" value="31/07/2002"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text" value="834"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="14/11/2003"/>	<input type="text" value="17/11/2003"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>



43455	▼	ATO	▼	SCM	▼	25/03/2004	▼	30/03/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▼
792	▼	Despacho	▼	MC	▼	28/10/2009	▼		Advertência	Jur. ▼

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

 Tela Inicial	 Imprimir
--	--



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

**DESPACHO Nº 792 DE 28 de outubro DE 2009**

**A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 do mesmo mês e ano, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 53000.000347/2007**, bem como em atendimento à faculdade conferida pelo disposto no § 1º do art. 59 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a modificação introduzida pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, resolve: **ADVERTIR a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RADCOM, no canal 200, no Município de Sanclerlândia, no Estado de Goiás, por contrariar o que está disposto nos itens 14.2 c/c 17.2 e 18.3.2.2 da Norma Complementar nº 01/2004, aprovada pela Portaria nº 103, de 23 de Janeiro de 2004 do Ministério das Comunicações e Art. 40, inciso XXII combinado com o Art. 38 inciso I do Regulamento de Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 1998.

*E. F. Teixeira*

**ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA**

D.L. 834/2003

**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

### Identificação do Processo

Número: 53000.071343/2013 Localidade / UF: SANCLERLÂNDIA/GO  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONCA  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 200

### Processo

1. A Entidade é uma: Associação

#### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Arismar Leão do Amaral	779.575.391-49	Presidente	20/09/2014 20/09/2018	
Antonio Eustáquio da Rocha Júnior	008.957.661-67	Secretário	20/09/2014 20/09/2018	
Alcides Alves Pereira	479.014.971-49	Tesoureiro	20/09/2014 20/09/2018	
Marcia Castorina e Silva	893.221.181-72	Vice-Presidente	20/09/2014 20/09/2018	

#### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PROCESSO CADASTRADO E DIGITALIZADO-SEI.

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos: fl.02, doc.0178217.
- CNPJ válido e atual : fl. 03,doc.0178217.
- O Estatuto Social: fls.15 à 26,31,32 e 56, doc.0037215.
- Certidão Negativa ANATEL: fl.50, doc.0037215.
- Cópia do RG e CPF dos dirigentes: fls.10 e 11, doc.0105852, fl.40,doc.0037215, fl.06,doc.0265051.
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada: fl.06,doc.0178217 e fl.02,doc.0265051.
- Último relatório Conselho Comunitário: fls. 04 e 05, doc.0178217.

Conclusão da Análise-Processo Instruído.  
É o Relatório.

TADEU/DRMC/SC.21/05/15.

Tadeu Rosa



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina-DRMC/SC.

## NOTA TÉCNICA Nº 10821/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.071343/2013-48**

Assunto: **Renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Sanclerlândia/GO**, por meio da Portaria nº **611**, publicada no DOU de 31/10/2001, e Decreto Legislativo nº **834**, publicado no DOU de 17/11/2003.

### ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou 17/11/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 27/11/2013, às fls. nº 02, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
Associação Comunitária Cultural Juventina Maria Mendonça

QUADRO DIRETIVO
Presidente: Arismar Leão do Amaral.
Vice-Presidente: Márcia Castorina e Silva.
Tesoureiro: Alcides Alves Pereira.
Secretário: Antonio Eustáquio da Rocha Júnior.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, fls.15 à 26, 31, 32,56, doc.0037215.
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fl.06, doc.0178217, fl.02, doc.0265051.
		Ok,

3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	fls.10,11,doc.0105852, fl.40,doc.0037215, fl.06,doc.0265051.
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fl.02,doc.0178217.
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, fl.50,doc.0037215..
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, fl.03,doc.0178217.
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok,fls.04,05, doc.0178217.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.

MINUTA

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora

Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, 17 de novembro de 2023, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Juventina Maria Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão

comunitária, na localidade de Sanclerlândia/GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**RICARDO JERÔNIMO**  
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2015.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000481/1998 e nº 53000.071343/2013-48, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sanclerlândia/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos



termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria

entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 21/05/2015, às 11:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegado Substituto**, em 21/05/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/05/2015, às 14:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 27/05/2015, às 14:43, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 09/06/2015, às 12:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0517585** e o código CRC **8943D454**.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo

nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a



entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das

## Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.
19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a

ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	<b>DOCUMENTOS</b>			
--	-------------------	--	--	--



		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta

Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.  
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****DESPACHO**

Processo n.: 53000.071343/2013-48

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0604420), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		fl.02, doc.0037215.
1.1	O requerimento é tempestivo?		X	
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		fl.02. doc.0178217.
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		fl.50, doc.0037215.
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual.	X		fl.03, doc.0178217.
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		fls. 15 á 26,3132,56, doc.0037215.
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		fl.06, doc.0178217, fl.02, doc.0265051.
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		fls.10 e 11, doc.0105852 e fl.40, doc.0037215 e fl.06,doc.0265051.
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		fls.04 e 05, doc.0178217.
9	Relatório de apuração de infrações	X		Despacho Interno CODEN 04115

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/08/2015, às 12:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0604143** e o código CRC **A47CC335**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.071343/2013-48**

**Interessado: Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**

**Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do Processo nº 53000.071343/2013-78 (ver Despacho 0604143), da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, entidade que requer renovação de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sanclerlândia, estado de Goiás, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/09/2015, às 15:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0698905** e o código CRC **486006F9**.

**Minutas e Anexos**

EM nº - MC

Brasília, de de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.



2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**RICARDO BERZOINI**

Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº , DE DE DE 2015.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000481/1998 e nº 53000.071343/2013,

#### **R E S O L V E:**

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RICARDO BERZOINI**

## PORTARIA Nº 4374/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000481/1998 e nº 53000.071343/2013, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RICARDO BERZOINI**



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2015, às 14:27, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0722342** e o código CRC **00F8AA32**.



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**RICARDO BERZOINI**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2015, às 14:27, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0722346** e o código CRC **8F3D3042**.

**PORTARIA Nº 156, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.020130/2015-92, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica INSPETECH - INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ nº 05.871.613/0001-18, situada no Município de Rio de Janeiro - RJ, na Rua Newton Prado, 46, Vasco da Gama, CEP 20.930-440 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**PORTARIA Nº 157, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.023055/2015-11, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica IPETRA INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR DE TRÂNSITO S/S LTDA, CNPJ nº 07.573.361/0001-76, situada no Município de Joaçaba - SC, na Rodovia BR 282, s/n, Km 391, Vila Remor, CEP 89.600-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**PORTARIA Nº 158, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.018273/2015-34, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica TRANSMETRO TECNOLOGIA DA QUALIDADE LTDA-ME, CNPJ: 05.673.750/0001-48, situada no Município de Rio de Janeiro - RJ, na Rua Sousa Barros, nº 404, Engenho Novo, CEP 20.961-150, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**PORTARIA Nº 159, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.014260/2015-96, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica QUALITEC - QUALIDADE TÉCNICA EM INSPEÇÃO AUTOMOTIVA LTDA - EPP, CNPJ nº 04.713.598/0001-17, situada no Município de Vila Velha - ES, na Avenida Carlos Lindenberg, 4.723, Galpão 06, Loja 07, Nossa Senhora da Penha, CEP 29.123-001 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**PORTARIA Nº 160, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.017146/2015-18, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica NITETRAN SERVIÇOS VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ nº 05.752.649/0001-82, situada no Município de São Gonçalo - RJ, na Rua Oswaldo Vieira de Souza, 4651, Boa Vista, CEP 24.466-190 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**PORTARIA Nº 161, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.016614/2015-37, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica SETA - INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - ME, CNPJ nº 02.750.377/0001-93, situada no Município de Cuiabá - MT, na Avenida Kaytto Guilherme do Nascimento Pinto, s/n, Residencial Paiaguas, CEP 78.048-240 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

**Ministério das Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 4.283, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.043652/2003-56, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURA E LAZER DO BAIRRO ASTECA, com sede à RUA 109 Nº 73 - AZTECA, na localidade de Governador Valadares/MG, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**PORTARIA Nº 4.369, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051987/2012-39 e nº 53670.000477/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO SETOR AEROPORTO CAMPOS DE BELOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Campos Belos / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**PORTARIA Nº 4.370, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058098/2011-11 e nº 53770.002934/1998 resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de trinta de Agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DE QUISSAMÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quissamã / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**PORTARIA Nº 4.372, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000730/1998 e nº 53000.056642/2011, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 28 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VIANÓPOLIS, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Vianópolis, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**PORTARIA Nº 4.373, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001246/1998 e nº 53000.031942/2012, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 10 de maio de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SOCIAL DE SANTO ESTEVÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Santo Estevão, estado da Bahia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**PORTARIA Nº 4.374, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000481/1998 e nº 53000.071343/2013, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.071343/2013-48**

**Referência: Portaria nº 4.374, de 22 de setembro de 2015.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 24/09/2015, da Portaria nº 4.374, de 22/09/2015, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 24 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 24/09/2015, às 14:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0735591** e o código CRC **ABBDF75D**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.071343/2013-48**

Entidade: **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça (associação Juventina Maria de Mendonça)**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4.374, de 22/09/2015, no Diário Oficial da União de 24/09/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Sanclerlândia/GO**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.071343/2013-48**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/10/2015, às 10:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0770100** e o código CRC **6323C7BE**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.071343/2013-48**

**Interessado: Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**

**Assunto: Atualização da Exposição de Motivos**

Solicitamos atualização da Exposição de Motivos (documento 0722346), em função da troca da Pasta Ministerial.

Brasília, 20 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemmin**, **Chefe de Divisão**, em 20/10/2015, às 16:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **077405** e o código CRC **72334**.

---

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0780264** e o código CRC **CBB8E182**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.071343/2013-48**

Entidade: **Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonça**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4.374, de 22/09/2015, no Diário Oficial da União de 24/09/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Sanclerlândia/GO**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53000.071343/2013-48**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/01/2016, às 15:11, conforme art. 3º, III, das Portarias MC nº 9/2014 e MCTC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0909095** e o código CRC **3DB2A48B**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima***

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar

requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### **III - CONCLUSÃO**

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

**ANEXO**  
**PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

<b>DOCUMENTOS</b>		<b>SI</b>	<b>NÃ</b>	<b>Fls. /</b>
		<b>M</b>	<b>O</b>	<b>nº do</b>
				<b>doc.</b>
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

**Lucas Borges de Carvalho**

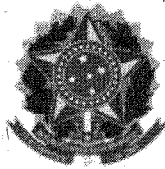
Assessor do Consultor Jurídico

**Alan Emanuel Cavalcante Trajano**

Consultor Jurídico



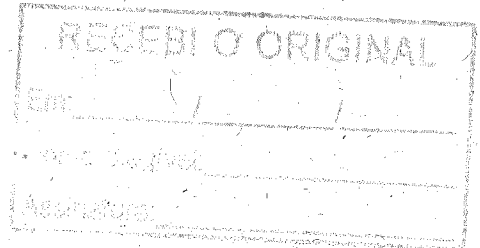
*Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 4416/2016/SEI-MC



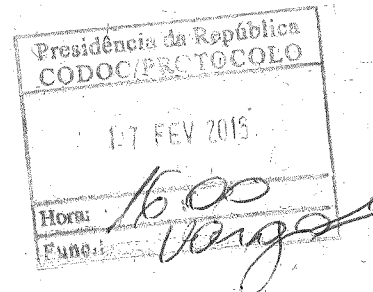
Ao Senhor

**ADAUTO MODESTO JÚNIOR**

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar  
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**



Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 01/2016 MC ✓

- 53000.020436/2013

EM nº 02/2016 MC ✓

- 53000.029406/2013

EM nº 03/2016 MC ✓

- 53000.055380/2013

EM nº 04/2016 MC ✓

- 53000.004800/2014

EM nº 05/2016 MC ✓

- 53000.059200/2013

EM nº 06/2016 MC ✓

- 53000.060033/2013

EM nº 07/2016 MC ✓

- 53000.026610/2013

EM nº 08/2016 MC ✓

- 53000.006807/2013

EM nº 09/2016 MC ✓

- 53000.069868/2013

EM nº 10/2016 MC ✓

- 53000.071599/2013

EM nº 11/2016 MC ✓

- 53000.005567/2013

EM nº 12/2016 MC ✓

- 53000.069421/2013

EM nº 13/2016 MC ✓

- 53000.057576/2013

EM nº 14/2016 MC ✓

- 53000.062556/2013

EM nº 15/2016 MC ✓

- 53000.029836/2013

EM nº 16/2016 MC ✓

- 53000.024521/2009

EM nº 17/2016 MC ✓

- 53000.046500/2013

EM nº 18/2016 MC ✓

- 53000.041415/2008

EM nº 19/2016 MC ✓

- 53000.067628/2013

EM nº 20/2016 MC ✓

- 53000.069249/2013

EM nº 22/2016 MC ✓

- 53000.059223/2013

EM nº 23/2016 MC ✓

- 53830.000833/2001

EM nº 24/2016 MC ✓

- 53000.058385/2013

EM nº 25/2016 MC ✓

- 53000.067636/2013

EM nº 26/2016 MC ✓

- 53000.070749/2013



EM nº 27/2016 MC ✓

- 53000.008262/2014

EM nº 28/2016 MC ✓

- 53000.071627/2013

EM nº 29/2016 MC ✓

- 53000.071201/2013

EM nº 30/2016 MC ✓

- 53000.027270/2013

EM nº 31/2016 MC ✓

- 53000.052005/2013

EM nº 32/2016 MC ✓

- 53000.001775/2003

EM nº 33/2016 MC ✓

- 53000.028782/2013

EM nº 34/2016 MC ✓

- 53000.053176/2013

EM nº 35/2016 MC ✓

- 53000.057226/2011

EM nº 36/2016 MC ✓

- 53000.057353/2011

EM nº 37/2016 MC ✓

- 53000.065557/2013

EM nº 38/2016 MC ✓

- 53000.017967/2013

EM nº 39/2016 MC ✓

- 53000.016224/2012

EM nº 41/2016 MC ✓

- 53000.069957/2013

EM nº 42/2016 MC ✓

- 53000.092143/2006

EM nº 43/2016 MC ✓

- 53000.008629/2012

EM nº 45/2016 MC ✓

- 53000.059736/2013

EM nº 46/2016 MC ✓

- 53000.064843/2007

EM nº 48/2016 MC ✓

- 53000.030808/2008

EM nº 49/2016 MC ✓

- 53000.023452/2013

EM nº 50/2016 MC ✓

- 53000.025519/2007

EM nº 51/2016 MC ✓

- 53000.050216/2012

EM nº 52/2016 MC ✓

- 53000.056637/2011

EM nº 53/2016 MC ✓

- 53000.071343/2013

EM nº 54/2016 MC ✓

- 53000.061913/2013

EM nº 55/2016 MC ✓

- 53000.056642/2011

EM nº 56/2016 MC ✓

- 53000.058098/2011

EM nº 57/2016 MC ✓

- 53000.020796/2013

EM nº 58/2016 MC ✓

- 53000.046522/2013

EM nº 59/2016 MC ✓

- 53000.069974/2013

EM nº 60/2016 MC ✓

- 53000.015829/2013

EM nº 61/2016 MC ✓

- 53000.039068/2013

EM nº 62/2016 MC ✓

- 53000.058131/2011

EM nº 63/2016 MC ✓

- 53000.065780/2013

EM nº 64/2016 MC ✓

- 53000.062558/2013

EM nº 65/2016 MC ✓

- 53000.057914/2011

EM nº 66/2016 MC ✓

- 53000.051987/2012

EM nº 67/2016 MC ✓

- 53000.020798/2013

EM nº 68/2016 MC ✓

- 53000.031942/2012

EM nº 69/2016 MC ✓

- 53000.056238/2011

EM nº 70/2016 MC ✓

- 53000.058125/2011

EM nº 71/2016 MC ✓

- 53000.052021/2011

EM nº 72/2016 MC ✓

- 53000.059226/2012

EM nº 73/2016 MC ✓

- 53000.057295/2012

EM nº 74/2016 MC ✓

- 53000.006880/2013

EM nº 75/2016 MC ✓

- 53000.062335/2013

EM nº 76/2016 MC ✓

- 53000.031927/2012

EM nº 77/2016 MC ✓

- 53000.070233/2013

EM nº 78/2016 MC ✓

- 53000.045558/2013

EM nº 79/2016 MC ✓

- 53000.046522/2011

EM nº 80/2016 MC ✓

- 53000.040134/2011

EM nº 81/2016 MC ✓

- 53000.016939/2012

EM nº 82/2016 MC ✓

- 53000.055763/2011

EM nº 83/2016 MC ✓

- 53000.020068/2012

EM nº 84/2016 MC ✓

- 53000.048414/2012

EM nº 85/2016 MC ✓

- 53000.071796/2013

EM nº 86/2016 MC ✓

- 53000.056634/2011



EM nº 105/2016 MC (antiga EM 394/2015 MC) ✓

- 53000.062227/2013

EM nº 106/2016 MC (antiga EM nº 368/2015 MC) ✓

- 53000.004549/2005

EM nº 108/2016 MC (antiga EM 120/2012 MC) ✓

- 53000.037683/2007

EM nº 109/2016 MC (antiga EM 672/2011 MC) ✓

- 53670.002069/2002

Atenciosamente,

**RENATA MORAES CHECCHIO**  
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 17/02/2016, às 10:49, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0969905** e o código CRC **A9732DA7**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.071343/2013-48**

**Referência:Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016.**

**Interessado: Associação Comunitária E Cultural Juventina Maria de Mendonca (associação Juventina Maria de Mendonça)**

**Assunto:Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 18 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 19/02/2016, às 10:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0974917** e o código CRC **0EB46DBA**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17635/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

ARISMAR LEÃO DO AMARAL

Representante Legal da Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça

Avenida 5 de Janeiro, 2047, Centro.

CEP: 76.160.000 - Sanclerlândia / GO.

CNPJ nº 02.602.948/0001-42

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, sediada em **Sanclerlândia / GO**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **07 de novembro de 2013**, conforme Portaria nº 4.374, de 22/09/2015, publicada no DOU de 24/09/2015.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1137602** e o código CRC **C9ED3420**.

Ofício nº 17635/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.071343/2013-48



NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

OFÍCIO nº 17635/ 2016/SEI-MCTIC, de 18/05/2016

ENDEREÇO / ADDRESS

Nº DO PROCESSO: 53000.071343/2013-48

ARISMAR LEÃO DO AMARAL

ASS. COM. E CULTURAL JUVENTINA MARIA DE MENDONÇA

CEP / CODE POSTAL

AVENIDA 5 DE JANEIRO, 2047, CENTRO.

76.160.000

SANCLERLÂNDIA / GO

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

01/06/16

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

3541997

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DU DESTINATAIRE

DANIEL RUIZ DE SILVEIRO TAVARES

AG. CORREIOS / CARTEIRO

8.331.975-1

AC SANCLERLÂNDIA/GO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CNO

AR

JO 39168266 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

31 / 05 / 16

13 : 55 h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações

Departamento de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Estacionamento dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O  
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.071343/2013-48**

Entidade: **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/11/2017, às 16:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2373468** e o código CRC **AE8FBA61**.

## Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.



Respeitosamente,

---

**Referência:** Processo nº 53000.071343/2013-48

SEI nº 2373468

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2382462** e o código CRC **8B4E0A70**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 21/12/2017, às 09:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2516622** e o código CRC **5EB730AE**.

**Referência:** Processo nº 53000.071343/2013-48

SEI nº 2516622



Brasília, 16 de fevereiro de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071343/2013-48, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Sanclerlândia, estado de Goiás.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*


**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**
**GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 6869/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
**MARCELO PACHECO DOS GUARANY**  
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
 Casa Civil da Presidência da República  
 Brasília/DF


 Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
064/2018	53000.018934/2013-97	Associação Comunitária Inocenciente de Comunicação e Marketing
065/2018	53000.050829/2011-81	RC FM – Rádio Comunitária de Itambé
066/2018	53000.062558/2013-78	Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM
067/2018	53000.052005/2013-15	Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD
068/2018	53000.069421/2013-44	Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo
069/2018	53000.045645/2013-61	Associação Comunitária Rádio Tropical FM
070/2018	53000.006951/2013-81	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN
071/2018	53000.027270/2013-57	Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru
072/2018	53000.062556/2013-89	Associação Lar Comunitário
073/2018	53000.067636/2013-21	Associação Local de Obras Assistenciais
074/2018	53000.021295/2013-47	Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM
075/2018	53000.071343/2013-48	Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça
076/2018	53000.057704/2012-62	Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois
077/2018	53000.065557/2013-85	Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto - MG
078/2018	53000.056215/2011-11	Associação Comunitária Farroupilha
079/2018	53000.058135/2011-91	Associação Comunitária Bonjardinense de Radiodifusão
080/2018	53000.058120/2011-23	Sociedade Rádio Comunitária Camará FM
081/2018	53000.045554/2013-25	Associação Cultural Comunitária Joanopolense
082/2018	53000.031927/2012-08	Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA)
083/2018	53000.059288/2011-56	Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN
084/2018	53000.016594/2013-60	Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo
085/2018	53000.070749/2013-11	Fundação Deputado Walfrido Monteiro
086/2018	53000.056641/2011-46	Associação Comunitária e Cultural Teresense
087/2016	53000.068677/2013-34	Fundação Beneficente Rosal da Liberdade
088/2018	53000.050217/2012-79	Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV
089/2018	53900.017160/2015-03	Associação Anunciação
090/2018	53900.049331/2015-55	Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira
091/2018	53000.006952/2013-26	Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR)
092/2018	53900.048224/2015-18	Associação Comunitária de Barros Cassal - ASCOBAC
093/2018	53900.049658/2015-27	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural
094/2018	53000.015797/2013-39	Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde
095/2018	53000.049958/2012-15	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
096/2018	53000.039184/2013-97	Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro - AMICENTRO
097/2018	53900.000757/2014-21	Associação Cultural Ideal



098/2018	53000.056216/2011-57	Associação Comunitária Cultural
099/2018	53900.024778/2014-31	Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim
100/2018	53900.049346/2015-13	Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM
101/2018	53900.029912/2015-71	Associação Comunitária Cultural Capimense
102/2018	53900.016430/2015-51	Associação Comunitária dos Moradores de Juruiaia
103/2018	53000.056241/2011-31	Race FM – Rádio Comunitária Educadora FM
113/2018	01250.006631/2017-18	TV Taubaté Ltda.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017**, em 27/02/2018, às 15:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2681350** e o código CRC **5193A0E8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6869/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2681350



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº: 53000.071343/2013-48**

**Referência: Ofício nº 6869/2018 SEI-MCTIC.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: CGRC**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 6869/2018 SEI-MCTIC, de 27 de fevereiro de 2018, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restituo o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 28/02/2018, às 16:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2689567** e o código CRC **65DFC38C**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.071343/2013-48

SEI nº 2689567

## Pedro Paulo Verano de Souza

---

**De:** Luciana Silveira Teixeira  
**Enviado em:** sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43  
**Para:** Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva  
**Cc:** Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho  
**Assunto:** Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC  
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC  
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC  
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC  
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC  
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC  
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC  
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC  
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC  
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC  
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC  
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC  
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC  
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC  
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC  
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC  
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC  
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC  
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC  
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)  
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)  
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)  
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)  
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)  
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)  
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)  
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)  
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)  
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC  
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)  
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)  
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)  
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)  
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)  
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)  
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)  
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)  
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)  
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)  
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)  
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)  
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)  
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)  
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)  
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)  
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)  
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)  
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)  
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)  
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)  
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)  
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)  
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)  
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)  
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)  
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)  
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)  
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)  
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)  
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)  
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)  
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)  
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)  
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)  
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)  
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)  
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)  
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)  
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)  
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)  
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)  
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)  
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)  
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)  
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)  
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)  
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)  
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)  
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)



53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)  
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)  
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)  
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)  
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)  
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)  
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)  
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)  
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)  
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)  
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)  
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)  
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)  
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)  
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)  
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)  
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)  
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)  
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)  
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)  
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)  
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)  
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)  
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)  
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)  
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)  
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)  
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)  
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)  
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)  
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)  
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)  
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)  
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)  
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)  
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)  
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)  
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)  
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)  
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)  
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)  
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)  
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)  
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)  
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)  
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)  
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)  
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)  
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)  
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)  
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)  
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)  
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)  
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)  
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)  
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)  
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)  
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)  
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)  
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)  
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)  
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)  
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)  
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)  
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)  
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)  
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)  
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)  
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)  
53900.029648/2014-94 - Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)  
53900.006988/2015-28 - Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)  
53000.056628/2011-97 - Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)  
53900.048808/2016-66 - Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)  
53710.000978/2000-30 - Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)  
53900.047678/2015-63 - Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)  
53000.007678/2014-93 - Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)  
53900.001298/2016-63 - Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)  
53900.062018/2015-11 - Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)  
53000.058118/2011-54 - Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)  
53000.017948/2012-11 - Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)  
53900.025768/2014-12 - Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)  
53000.059288/2011-56 - Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)  
53900.024778/2014-31 - Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)  
53000.049958/2012-15 - Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)  
53900.049658/2015-27 - Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)  
53000.062558/2013-78 - Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)  
53900.000808/2016-85 - Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)  
53900.046788/2015-16 - Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)  
53000.058078/2011-41 - Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)  
53900.041788/2015-11 - Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)  
53000.034808/2013-80 - Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)  
53900.019318/2016-52 - Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)  
53000.051378/2012-80 - Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)  
53000.048668/2012-46 - Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)  
53000.008188/2012-42 - Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)  
53000.047008/2013-29 - Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)  
53000.020688/2013-33 - Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)  
53900.000468/2014-21 - Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)  
53000.057298/2012-38 - Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)  
53000.057228/2011-07 - Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)  
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)  
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)  
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)  
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)  
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)  
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)  
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)  
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)  
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)  
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)  
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)  
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)  
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)  
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)  
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)  
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)  
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)  
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)  
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)  
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)  
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)  
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)  
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)  
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)  
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)  
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)  
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)  
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)  
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)  
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)  
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)  
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)  
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)  
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)  
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)  
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)  
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018



53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC



53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
<b>53000.071343/2013-48</b>	<b>Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC</b>
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)



53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)



53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	



53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)  
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)  
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)  
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)  
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)  
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)  
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)  
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)  
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)  
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)  
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)  
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)  
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)  
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)  
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)  
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)  
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)  
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)  
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)  
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)  
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)  
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)  
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)  
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)  
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)  
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)  
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)  
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)  
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)  
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)  
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)  
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)  
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)  
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)  
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)  
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)  
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)  
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)  
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)  
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)  
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)  
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)  
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)  
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)  
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)  
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)  
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)  
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)  
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)  
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)  
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)  
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)  
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)  
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)  
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)  
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)  
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)  
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)  
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)  
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)  
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)  
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)  
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)  
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)  
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)  
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)  
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)  
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)  
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)  
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)  
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)  
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)  
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)  
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)  
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)  
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)  
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)  
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)  
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)  
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)  
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)  
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)  
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)  
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)  
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)  
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)  
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)  
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)  
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)  
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)  
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)  
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)  
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)  
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)  
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)  
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)  
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)  
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)  
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)  
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)  
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)  
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)  
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)  
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)  
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)  
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)  
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)  
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)  
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)  
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)  
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)  
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)  
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)  
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)  
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)  
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)  
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)  
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)  
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)  
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)  
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)  
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)  
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)  
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)  
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)  
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)  
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)  
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)  
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)  
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)  
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)  
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)  
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)  
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)  
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)  
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)  
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)  
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)  
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)  
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)  
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)  
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)  
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)  
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)  
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)  
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)  
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)  
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)  
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)  
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)  
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)  
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)  
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)



53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)  
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)  
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)  
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)  
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)  
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)  
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)  
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)  
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)  
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)  
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)  
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)  
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)  
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)  
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)  
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)  
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)  
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)  
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)  
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)  
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)  
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)  
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)  
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)  
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)  
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)  
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)  
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)  
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)  
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)  
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)  
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)  
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)  
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)  
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)  
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)  
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)  
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)  
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)  
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)  
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)  
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)  
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)  
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)  
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)  
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)  
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)  
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)  
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)  
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)  
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)  
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)  
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)  
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)  
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)  
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)  
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)  
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)  
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)  
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)  
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)  
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)  
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)  
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)  
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)  
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)  
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)  
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)  
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)  
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)  
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)  
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)  
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)  
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)  
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)  
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)  
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)  
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)  
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)  
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)  
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)  
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)  
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)  
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)  
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)  
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)  
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)  
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)  
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)  
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)  
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)  
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)  
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)  
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)  
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)  
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)  
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)  
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)  
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)  
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)  
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)  
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)  
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)  
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)  
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)  
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)  
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)  
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)  
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)  
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)  
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)  
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)  
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)  
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)  
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)  
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)  
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)  
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)  
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)  
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)  
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)  
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)  
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)  
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)  
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)  
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)  
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)  
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)  
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)  
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)  
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)  
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)  
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)  
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)  
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)  
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)  
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)  
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)  
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)  
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)  
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)  
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)  
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)  
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)  
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)  
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)  
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)  
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)  
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)  
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)  
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)  
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)



53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)  
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)  
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)  
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)  
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)  
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)  
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)  
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)  
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)  
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)  
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)  
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)  
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)  
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)  
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)  
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)  
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)  
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)  
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)  
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)  
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)  
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)  
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)  
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)  
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)  
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)  
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)  
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)  
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)  
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)  
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)  
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)  
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)  
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)  
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)  
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)  
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)  
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)  
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)  
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)  
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)  
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)  
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)  
  
 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)  
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)  
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)  
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)  
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)  
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)  
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)  
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)  
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)  
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)  
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)  
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)  
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)  
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)  
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)  
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)  
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)  
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)  
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)  
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)  
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)  
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)  
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)  
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)  
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)  
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)  
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)  
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)  
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)  
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)  
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)  
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)  
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)  
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)  
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)  
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)  
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)  
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)  
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)  
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)  
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)  
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)  
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)  
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)  
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)  
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)  
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)  
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)  
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)  
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)  
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)  
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)  
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)  
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)  
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)  
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)  
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)  
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)  
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)  
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)  
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)  
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)  
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)  
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)  
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)  
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)  
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)  
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)  
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)  
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)  
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)  
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)  
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)  
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)  
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)  
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)  
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)  
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)  
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)  
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)  
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)  
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)  
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)  
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)  
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)  
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)  
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)  
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)  
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)  
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)  
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)  
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)  
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)  
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)  
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)  
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)  
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)  
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)  
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)  
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)  
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)  
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)  
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)  
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)  
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)  
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)  
  
 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)  
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)  
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)  
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)  
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)  
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)  
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)  
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)  
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)  
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)  
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)  
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)



53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)  
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)  
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)  
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)  
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)  
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)  
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)  
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)  
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)  
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)  
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)  
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)  
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)  
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)  
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)  
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)  
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)  
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)  
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)  
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)  
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)  
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)  
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)  
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)  
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)  
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)  
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)  
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)  
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)  
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)  
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)  
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)  
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)  
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)  
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)  
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)  
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)  
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)  
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)  
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)  
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)  
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)  
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)  
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)  
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)  
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)  
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)  
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)  
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)  
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

**Luciana Silveira Teixeira**

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

[luciana.teixeira@presidencia.gov.br](mailto:luciana.teixeira@presidencia.gov.br)

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.071343/2013-48.**

Entidade: **Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Matima Alvares** **anis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 11/07/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Aiolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliás Chaves Guriel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **430208** e o código CRC **3423 A.D**

**Minutas e Anexos**

MINUTA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.071343/2013-48, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ nº 02.602.948/0001-42, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de novembro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sanclerlândia, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10821/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 4374, de 22 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.071343/2013-48, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ nº 02.602.948/0001-42, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de novembro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sanclerlândia, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10821/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 4374, de 22 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37161/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.071343/2013-48.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4701981** e o código CRC **BDDE9947**.